



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM ÁREA URBANA:
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA – BAIRRO JORGE
TEIXEIRA - MANAUS /AM.

MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO

Manaus
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARTHA BENFICA DO NASCIMENTO

PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM ÁREA URBANA:
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA – BAIRRO JORGE
TEIXEIRA - MANAUS /AM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, nível de Mestrado, como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de concentração Amazônia: Território e Ambiente.

Orientador: Profº. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

Manaus
2014

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

Nascimento, Martha Benfica do
N244p Produção agrícola familiar em área urbana: Comunidade Nova
Esperança - Bairro Jorge Teixeira - Manaus-AM / Martha Benfica do
Nascimento. 2014
134 f.: il. color; 29,7 cm.

Orientador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Agricultura. 2. Camponês. 3. Produção Familiar. 4. Território. 5.
Territorialidade. I. Cruz, Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

Folha de Aprovação



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95, credenciado pela CAPES em set/2000
Reconhecido através da Portaria N. 611-MEC, de 22 de junho de 2007



**“PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM ÁREA URBANA:
COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA, BAIRRO JORGE TEIXEIRA,
MANAUS - AM”**

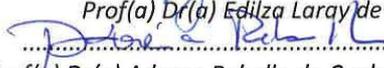
Martha Benfica do Nascimento

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/MESTRADO EM GEOGRAFIA (PPG-GEOG) DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, NO DIA **26 DE AGOSTO DE 2014**, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA.

Assinada por:


.....
Prof(a) Dr(a) Manuel de Jesus Masulo da Cruz


.....
Prof(a) Dr(a) Edilza Laray de Jesus


.....
Prof(a) Dr(a) Adorea Rebello da Cunha Albuquerque

Novo 99
.....
aprovada
.....
APROVADA
.....



MANAUS, AM – BRASIL
AGOSTO DE 2014

DEDICATÓRIA

*À minha mãe Terezinha Benfica,
a “Vovó Benfica”
A mulher Guerreira em que eu sempre me espelhei,
Mãe e Pai, que sempre fez o que pôde
A qual eu dedico todas as minhas conquistas,
Ela foi e sempre será a minha inspiração.
AMO VOCÊ.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar sempre a minha caminhada e me dar discernimento para todas as escolhas feitas até aqui nesta etapa a que um dia achei impossível chegar.

Vários fatores contribuíram para realização deste trabalho, porém seria possível escrever um livro para agradecer a todas as pessoas que contribuíram direto e indiretamente, para chegar até aqui, mas não irei deixar de agradecer a algumas pessoas que foram peças fundamentais nesta etapa da minha vida, logo abaixo são elas relacionadas:

Ao meu orientador, Professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, pela oportunidade dada há cinco anos quando comecei a minha caminhada e amadurecimento científico no primeiro projeto de iniciação científica e aos cuidados de sua orientação permaneço ainda hoje nessa caminhada. Agradeço sempre pelas orientações, paciência, a confiança que ele teve em orientar-me.

Aos professores Ricardo José Batista Nogueira (UFAM) e Edilza Laray de Jesus (UEA), por suas contribuições durante a qualificação o que proporcionou o desenvolvimento da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no que diz respeito ao corpo docente e secretaria, que desde a minha entrada na Graduação, deram-me subsídios para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional, especial a secretária Maria das Graças Luzeiro.

À SPF e IDAM, por disponibilizarem materiais digitais referente à Comunidade Nova Esperança.

Agradeço aos produtores agrícolas familiares da Comunidade Nova Esperança que me acolheram em seu lugar de trabalho e moradia, além de me fornecerem informações valiosas e, dessa forma, contribuíram para realização deste trabalho.

Ao Sr. Lopes, conhecido como Seu Lopes, uma vez que foi uma pessoa que sempre, em minhas dúvidas, estava sempre presente para me ajudar sobre o que dizia respeito à Comunidade, agradeço de coração à forma como sempre fui recebida em sua propriedade.

À minha querida e amada mãe, que me proporcionou com seus ensinamentos sempre buscar o melhor para mim, a quem eu agradeço por alcançar e realizar mais esta etapa da minha vida.

Às minhas irmãs Alessandra Benfica e Leonor Benfica, por todo incentivo que, de alguma forma, foram fundamental nesta caminhada.

À Thays Thyza, uma grande amiga durante e após graduação em Geografia, agradeço pela troca ideias, pelos acompanhamentos aos trabalhos em campo, entre outros auxílios, espero poder retribuir futuramente esse apoio dado por ela nesta etapa.

Ao Andrew Silva, pelos desenhos realizados por ele para melhor descrever representar a Comunidade Nova Esperança e ao acompanhamento ao trabalho em campo.

À Samara Aquino, estudante de Graduação da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a qual eu tive a oportunidade de conhecê-la e que é moradora da Comunidade Nova Esperança, por acompanhar-me nos trabalhos em campo realizados.

Aos amigos Rodrigo Félix, Jacilene Bentes, Armando Maciel, Anne Dirane, que em muitos momentos deram-me total apoio durante essa caminhada.

Fica aqui o meu singelo e humilde agradecimento para cada um.

MUITO OBRIGADA!

*Hoje me sinto mais forte
Mais feliz, quem sabe
Só levo a certeza
De que muito pouco eu sei
Ou nada sei...
Cada de um de nós compõe a sua história.
Cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
E ser feliz.*

Tocando em frente – Almir Sater

RESUMO

O trabalho aqui proposto visou compreender a organização da produção agrícola familiar realizada em área urbana, especificamente na Comunidade Nova Esperança – Jorge Teixeira – Manaus-AM. Sendo a pesquisa realizada em uma abordagem teórico-empírica em que se analisou a realidade do espaço geográfico da área de estudo a partir da realidade espacial dos produtores agrícolas familiares da Comunidade Nova Esperança. Tendo como embasamento teórico os conceitos de: Território, Territorialidade, Camponês, Agricultura Urbana, destacando autores como: Raffestin, Teodor Shanin, Tavares dos Santos, Chayanov e Ariovaldo U. Oliveira, Mongeout, entre outros. Ao se falar de agricultura familiar, logo se deduz que são as atividades agrícolas praticada no campo. O termo utilizado nessa pesquisa foi o de “Agricultura Urbana”, ou seja, atividades agrícolas sendo realizada em área urbana, ainda que essa seja uma discussão pouco difundida no Brasil. Convém destacar nessa pesquisa quais os fatores que influenciaram e que influenciam a prática da atividade agrícola familiar realizada em área urbana, assim como entender seus objetivos e benefícios. Vale ressaltar ainda nesta pesquisa que essa prática assemelha-se à organização da agricultura camponesa. A área de estudo está localizada na Comunidade Nova Esperança, bairro: Jorge Teixeira - 4ª etapa, Manaus-AM, em as famílias moradoras e produtoras preservam muitas características tipicamente rurais no que diz respeito à terra, e com a atividade agrícola sendo mais ativa na Comunidade, foi possível construir uma identidade com o local, através de seus traços de territorialidades que essas famílias trouxeram consigo de seus locais de origens. Portanto, surgiu, diante desse contexto, o interesse da realização deste projeto, uma vez que esse estudo contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento científico, a partir da temática aqui abordada sobre “Produção agrícola familiar em área urbana”.

Palavras – chaves: Agricultura, Camponês, Produção Familiar, Território e Territorialidade.

ABSTRACT

The following study aimed to comprehend the organization of Familiar Agricola Production developed in urban area, more specifically at the Community *Nova Esperança*, Manaus –AM. This research being conducted on a theoretical and empirical approach in which was analyzed the reality of the geographic space of the study area of the Community *Nova Esperança*'s familiar Agricola producer. Having as theoretical basis the concepts of: Territory, Territoriality, Peasant, Urban Agriculture; and Emphasizing authors, such as: Raffestin, Teodor Shanin, Tavares dos Santos, Chayanov and Ariovaldo U. Oliveira, Mongeout, among others. When speaking about “family agriculture”, then it is deduced that those activities are agricola activities realized at the countryside. The expression used in this research is “Urban Agriculture”, namely, Agricola activities being developed in the urban area, although it is a discussion not so diffused at Brazil. It is appropriate to emphasize in this research, which factors that influence the practices of the familiar Agricola activities executed in urban area, as well as, understand their objectives and benefits. It is worth mention in this research that those practices resemble the Peasant Agriculture Organization. The Study Area is located at the Community *Nova Esperança*, District of *Jorge Teixeira* – 4^o Stage – Manaus – AM, in which the resident families and producers preserve typical rural characteristics concerning the land, and about the agricola activity being more active in the Community, it was possible develop an identity with the locality, by their traces of territoriality that those families brought with themselves from their origin places. Therefore, appeared, before this context, the interests of develop this research project, once his research will contribute to the development scientific knowledge, considering the issue here approached about “Familiar Agricola Production in urban area”.

Keywords: Agriculture – Peasant – Family Production Planning – Territory and Territoriality

LISTA DE SIGLAS

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

GPS – Global Position System

IDAM – Instituto Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PM – Prefeitura Municipal de Manaus

SPF – Secretaria de Política Fundiária

SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Localização da área de estudo- Comunidade Nova Esperança- Jorge Teixeira.....	33
Figura 02 – Mapa da Comunidade Nova Esperança e os ramais existentes.....	34
Figura 03 – Croqui dos Ramais existentes na Comunidade Nova Esperança.....	35
Figura 04 – Ramal Paranacaxi de barro batido.....	36
Figura 05 – Ramal do Areal asfaltado.....	37
Figura 06 – Croqui esquemático da área de interflúvio e fundo de vale.....	39
Figura 07 – Casas de vegetações - vista de cima da Comunidade Nova Esperança.....	40
Figura 08 – Exemplo de casa da parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	40
Figura 09 – Croqui ilustrativo de casa da parte de baixo e de cima da Comunidade Nova Esperança.....	41
Figura 10 – Caixa D’água –construída em 2008.....	42
Figura 11 – Cantina e local de reuniões mensais da Associação.....	44
Figura 12 – Gráfico - Associados x Assiduidade nas reuniões da Associação.....	46
Figura 13 – Mapa de situação fundiária da Comunidade Nova Esperança.....	48
Figura 14 – Gráfico Produtores x Assistência do IDAM.....	51
Figura: 15 – Igreja Assembleia de Deus.....	52
Figura: 16 – Gráfico produtor evangélico e católico.....	52
Figura 17 – Campo de futebol.....	53
Figura 18 – Casas de vegetação da Comunidade Nova Esperança.....	54
Figura 19 – Constituição do Território Agrícola da Comunidade Nova Esperança.....	62
Figura 20 – Gráfico das famílias e seus locais de origens.....	64

Figura 21 – Croqui ilustrativo de casa na área de cultivo – parte de baixo da Comunidade Nova Esperança.....	66
Figura 22 – Croqui esquemático das propriedades na área de cultivo.....	66
Figura 23 – Casa na parte de baixo sem limite físico – casa localizada na frente do terreno.....	67
Figura 24 – Casa na parte de cima - o muro como limite de propriedade.....	68
Figura 25 – Croqui ilustrativo das propriedades na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	68
Figura 26 – Croqui esquemático das propriedades na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	69
Figura 27 – Leira (espécie de canteiro no chão).....	77
Figura 28 – Cultivo de cebolinha.....	78
Figura 29 – Cultivo de coentro.....	79
Figura 30 – Sistema de irrigação por aspersão (mangueiras).....	80
Figura 31 – Sistema de irrigação por gotejamento.....	80
Figura 32 – Processo de germinação da alface –técnica hidropônica.....	82
Figura 33 – Processo de crescimento da alface.....	82
Figura 34 – Processo de crescimento da alface no tabuleiro-técnica hidropônica.....	83
Figura 35 – Alface no tabuleiro em definitivo pronto para colheita.....	83
Figura 36 – Gráfico da renda das famílias que vivem somente da renda da atividade agrícola.....	87
Figura 37 – Cultivo de hortaliça, na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	90
Figura 38 – Casa de vegetação na parte de baixo na Comunidade Nova Esperança.....	90
Figura 39 – Bar do Vascão.....	92
Figura 40 – Apartamentos pequenos para aluguéis, antes era o Bar do Vascão.....	92

Figura 41 – Comércio de pequeno porte, Mercearia São Marcos.....	93
Figura 42 – Sítio “Santa Helena” - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	95
Figura 43 – Chácara “Ternura S.S. Trindade” – parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	95
Figura 44 – Chácara “São Francisco”- parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	96
Figura 45 – Casa na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	97
Figura 46 – Casa na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	97
Figura 47 – Criação de gado - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	98
Figura 48 – Plantação de cana de açúcar – parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	99
Figura 49 – Aluguel do campo de futebol – parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	100
Figura 50 – Propaganda do Balneário na Comunidade Nova Esperança.....	100
Figura 51 – Chácara “Vovô Jaime” – parte de cima da Comunidade Nova Esperança.....	101
Figura 52 – Fluxograma dos atores sociais envolvidos na comercialização de hortaliças da Comunidade Nova Esperança.....	102
Figura 53 – Gráfico dos produtores que comercializam sua produção dentro e fora da Comunidade.....	104
Figura 54– Fluxograma do atravessador que comercializa com as feiras de Manaus.....	105
Figura 55 – Fluxograma do atravessador que comercializa com donos de mercadinhos e restaurantes.....	106
Figura 56 – escoamento de hortaliças em motocicleta e carrinho de mão.....	109
Figura 57 – Alface sendo transportada em bicicleta.....	110
Figura 58 – Alface embalada em maço para comercialização.....	111
Figura 59 – Cebolinha embalada em maço para comercialização.....	112

Figura 60 – Coentro embalado em maço para comercialização.....	112
Figura 61 – Tabela de produto e preço anual na Comunidade Nova Esperança.....	116
Figura 62 – Tabela de cultivos na Comunidade Nova Esperança – dados dos produtores agrícolas.....	118
Figura 63 – Mapa da Comunidade Nova Esperança e feiras onde são comercializadas as hortaliças.....	119
Figura 64 – Mapa da Comunidade Nova Esperança – abrangências com os bairros de Manaus-AM.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - O CAMINHO DA PESQUISA.....	17
CAPÍTULO 1.....	22
A ÁREA DE ESTUDO EM UMA DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM ÁREA URBANA.....	22
1.1 Considerações sobre produção agrícola familiar em área urbana e agricultura urbana.....	22
1.2 Contextualizando a produção agrícola familiar em área urbana: “Comunidade Nova Esperança - Jorge Teixeira – Manaus/AM.....	30
1.3 Conhecendo os sujeitos sociais da pesquisa na Comunidade Nova Esperança.....	55
CAPÍTULO 2.....	60
A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA.....	60
2.1 Território e Territorialidade Agrícola.....	60
2.2 Trabalho e Renda na Comunidade Nova Esperança.....	72
2.3 Os diferentes usos da terra.....	89
CAPÍTULO 3.....	102
A COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE AGRÍCOLA NOVA ESPERANÇA.....	102
3.1 Os atores sociais envolvidos na comercialização.....	102
3.2 As formas de escoamento e o destino da produção.....	109
3.3 A vinculação com o mercado de Manaus.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	128
ANEXOS.....	133

INTRODUÇÃO - O CAMINHO DA PESQUISA

Após ter trabalhado no período de 2001-2005, em algumas empresas como auxiliar de produção no Distrito Industrial, resolvi trabalhar em casa na comercialização de pastéis, para que assim pudesse ter mais tempo para estudar, visando à preparação para o vestibular. Prestei o exame vestibular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para o curso de Geografia. Fui aprovada e ingressei no curso de Geografia no ano de 2008 e dei início a uma nova etapa na minha vida. Deste momento em diante, dediquei-me aos estudos, porém continuei trabalhando na comercialização de pastéis para manter-me durante a graduação, escolha essa feita objetivando não somente uma qualificação para o mercado de trabalho, mas também o crescimento humano e intelectual.

No ano de 2009, cursando a disciplina de Geografia Agrária, ministrada pelo Professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, o qual comunicou que haveria três vagas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com tema relacionado com a Geografia Agrária, salientando que o critério de avaliação seria além da nota na disciplina e uma prova discursiva. Eu me dispus a concorrer a uma dessas vagas, na qual eu consegui ficar entre os três primeiros colocados, começando assim a caminhada acadêmica com a Geografia Agrária.

O projeto intitulado “A rede de comercialização da pesca dos bagres na Costa do Arapapá – Manacapuru – AM” foi realizado entre 2009-2010, sob a orientação do professor Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, cujo objetivo era compreender a rede de comercialização da pesca dos Bagres (peixe-liso), bem como os atores sociais envolvidos nessa rede de comercialização.

Durante o projeto, dediquei-me à literatura voltada, especificamente, para Geografia Agrária. A partir do envolvimento no universo da pesquisa acadêmica, outras oportunidades foram conquistadas, empenhei-me e concluí o projeto no segundo semestre de 2010. Nesse mesmo ano, o próprio orientador propôs renovar o projeto, porém agora o critério era outro, eu teria que construir o projeto e submetê-lo ao Programa mencionando anteriormente, caso fosse aceito, continuaria com a orientação do mesmo. Eu aceitei mais esse desafio, elaborei o projeto e ele foi aceito. Nesse momento, começou meu 2º Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação Científica (PIBIC), com o título “Agricultura Familiar em área Urbana: Comunidade Nova Esperança - Jorge Teixeira- Manaus/AM”.

O projeto foi realizado entre 2010-2011, com o objetivo de compreender uma nova territorialidade em área urbana, ou seja, compreender como se formou a Comunidade com a prática da agricultura em área urbana, a partir desse projeto me dediquei à literatura voltada sobre a complexidade campo-cidade.

Neste momento houve o primeiro contato com o objeto de estudo, pois, através de trabalhos já realizados na Comunidade Nova Esperança, e na execução da pesquisa, pude compreender o universo rural dentro do urbano, dessa forma começou a minha caminhada até a realização da dissertação do Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Durantes os primeiros trabalhos em campo, pude identificar um território delimitado abstratamente pela atividade agrícola dentro do urbano, especificamente na zona Leste de Manaus-AM, zona da cidade em que a atividade comercial tem mais ênfase. Isso pôde ser observado na paisagem do lugar, já que, no caminho à Comunidade Nova Esperança, há áreas comerciais na referida zona. Ao adentrar na Comunidade, verificam-se a paisagem rural através das casas de cultivos de vegetação, a calma do lugar, os ramais que caracterizam paisagem tipicamente rural e produtores trabalhando em suas hortas.

Com a realização da pesquisa, identificou-se que o perfil dos produtores da Comunidade era que muitos haviam vindo de outros municípios do estado do Amazonas e, até mesmo de outros estados. Além disso, esses produtores já haviam trabalhado com a atividade agrícola em seus locais de origem e encontraram um meio de sobreviver com essa atividade na cidade, especificamente na Comunidade Nova Esperança. Dessa forma, deu origem a formação da Comunidade.

Os produtores da Comunidade começaram a migrar para cidade a partir de notícias dos familiares que falavam entre si, como doações e venda de terrenos com preços baixos e, dessa forma, eles poderiam melhorar suas condições de vida na cidade. Assim foram se instalando os primeiros moradores da Comunidade Nova Esperança em meados dos anos de 1990, iniciando de forma discreta as primeiras atividades no cultivo de hortaliças.

A partir desse contato, identificaram-se diversas complexidades que deveriam ser mais aprofundadas, como a complexidade de atividades agrícolas sendo praticadas em área urbana, ou seja, agricultura urbana, uma nova territorialidade dentro do urbano, a produção familiar reproduzindo-se em meio urbano. Tal aspecto apresenta características da unidade camponesa presentes às características da unidade de produção familiar em área urbana, isto é, o camponês reproduzindo seu modo de vida na cidade. Essas inquietudes contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Por meio dos trabalhos em campo, foram traçados os objetivos propostos para a realização da pesquisa tendo como objetivo geral a compreensão do processo de organização da produção agrícola familiar na Comunidade Nova Esperança – Jorge Teixeira - Manaus/AM, entendendo o processo de formação sócio-espacial da Comunidade, assim como as condições da produção agrícola familiar, considerando os diferentes usos da terra e analisando a rede de comercialização dos produtores agrícolas e sua vinculação com o mercado de Manaus-AM.

A pesquisa proposta permitiu refletir sobre uma realidade que ocorre na cidade de Manaus-AM, especificamente na Comunidade Nova Esperança, uma atividade agrícola familiar sendo praticada em área urbana. É importante ressaltar nesta pesquisa os aspectos rurais existentes na própria caracterização da paisagem, pois o local em questão está inserido em área urbana da cidade de Manaus-AM. A respeito do que se propôs nesta pesquisa, alguns questionamentos nortearam a realização do estudo, para que assim pudessem ser realizados os objetivos propostos, como: Quem são os sujeitos sociais envolvidos? Qual a relação que os produtores assumem na dinâmica do urbano? Quais as atividades desempenhadas pelos produtores em sua unidade de produção? Qual a relação com a terra? De quem pertence legalmente a propriedade da terra em que trabalham? Qual a relação que os produtores estabelecem com o mercado de Manaus? Quais as vantagens da produção agrícola sendo praticada em área urbana?

A pesquisa foi realizada em uma abordagem teórico-empírica, em que se pretendeu analisar a realidade do espaço geográfico da área de estudo, a partir da realidade espacial dos produtores agrícolas familiares e detentores do direito de uso da terra na Comunidade Nova Esperança, Jorge Teixeira- Manaus/AM.

A primeira etapa realizada foi a coleta de dados. Segundo dados do IDAM (Instituto Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas, 2009), estima-se que existam cerca de 300 (trezentas) famílias na área de estudo da pesquisa, sendo cadastrados 98 (noventa e oito) produtores agrícolas familiares. As entrevistas foram realizadas com os produtores agrícolas, membros da Comunidade Nova Esperança, em sua unidade de produção.

A seleção justificou-se a partir dos primeiros contatos realizados com os sujeitos da pesquisa. A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança é formada por aproximadamente 118 membros associados. Dessa forma, a meta para a realização das entrevistas foi entrevistar 20 membros da Comunidade, adultos e maiores de 18 anos.

Realizou-se consulta em alguns órgãos públicos, como a Secretaria de Política Fundiária (SPF), Instituto Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), por meio de visitas locais e em seus respectivos *sites* na internet, a fim de buscar dados secundários que poderiam subsidiar a pesquisa no que se refere ao processo de formação da Comunidade Nova Esperança e à titularidade da terra.

Outra fonte de pesquisas de dados consistiu na realização de trabalhos em campo para coleta de dados primários e empíricos com os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Os trabalhos em campo tiveram como base a realização de entrevistas semiestruturadas que seguem um roteiro de questões que nortearam a pesquisa visando ao seu desenvolvimento. As participações em reuniões da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança e os trabalhos em campo tiveram importância fundamental na realização da pesquisa, trabalhos em campos realizados no primeiro e segundo semestre de 2013, e primeiro semestre de 2014.

Esta pesquisa contou ainda com o uso de alguns materiais e ferramentas de registro como: câmera fotográfica, gravador de voz, imagens de satélite, mapa de reconhecimento da área de estudo, GPS (Global Position System), para aquisição precisa de coordenadas geográficas para plotagens dos pontos coletados em carta de localização da área, o software para mapeamento foi o Sistema para Processamento de Informação Georeferenciada – Arc Gis, versão 9.3.

O **capítulo 1** apresenta uma reflexão sobre produção agrícola familiar em área urbana e agricultura urbana, considerando a área de estudo de acordo com a expansão urbana da

cidade de Manaus, levando em consideração a formação sócio-espacial da Comunidade Nova Esperança, identificando, além disso, os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa. Neste capítulo, a análise discorreu sobre o processo de formação e organização da Comunidade Nova Esperança, assim como os sujeitos sociais envolvidos na mesma.

O **capítulo 2** apresenta uma análise sobre o território e as territorialidades agrícolas presentes no contexto da Comunidade Nova Esperança, compreendendo não somente processo de trabalho, como também a renda obtida com a atividade agrícola, levando em consideração as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Nova Esperança. Neste capítulo, procurou-se refletir sobre a produção agrícola familiar da Comunidade, no que diz respeito à constituição de um território formado através da atividade agrícola e as territorialidades existentes nesta atividade, também o trabalho e as condições de trabalho, e, ainda, os diferentes usos da terra.

Por fim, o **capítulo 3** apresenta uma reflexão sobre a comercialização de hortaliça na Comunidade Nova Esperança, com objetivo de identificar os atores sociais envolvidos nessa comercialização, as formas de escoamento da produção e a vinculação dos atores sociais com o mercado de Manaus-AM. Neste capítulo, destacaram-se aspectos sobre a comercialização das hortaliças produzidas pelos produtores da Comunidade, aliás, conheceram-se os atores sociais envolvidos nessa comercialização, como ocorre o escoamento e o destino dessa produção, além da vinculação que os produtores mantêm com o mercado na cidade de Manaus.

CAPÍTULO 1 - A ÁREA DE ESTUDO EM UMA DISCUSSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM ÁREA URBANA

1.1. Considerações sobre produção agrícola familiar em área urbana e Agricultura Urbana

Nesta seção, fez-se necessário refletir sobre rural e o urbano ou campo e cidade, uma vez que é uma atividade típica de zona rural sendo praticada no meio urbano. O campo era visto como um lugar em que o modo de desenvolvimento era atrasado tanto na questão tecnológica, quanto na questão econômica, uma vez que o campo sempre foi subordinado à cidade. A cidade sendo vista como um lugar de progresso onde são praticadas atividades industriais e comerciais acompanhando as novas tecnologias e, nesse contexto, as atividades econômicas mais desenvolvidas no modo de produção capitalista.

Essa distinção toma força a partir do modo de produção capitalista, pois o campo era visto como um obstáculo para o desenvolvimento desse modo de produção, porque os agricultores familiares não tinham possibilidades de acompanhar tal desenvolvimento. O campo é e sempre foi visto como um lugar de atraso ou superado, enquanto o urbano/cidade como algo novo, moderno, lugar de desenvolvimento.

A Comunidade Nova Esperança tem a constituição de territorialidades rurais dentro do urbano, porém não são distintas, uma vez que ocorre uma relação de interação entre os diferentes grupos sociais nessa prática da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Existe, desse modo, uma persistência ou reprodução da prática dos produtores agrícolas e seu modo de vida no meio urbano, por isso essa discussão tem sua significância hoje a partir da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP).

Essa dicotomia entre campo e cidade não seria uma discussão dos dias atuais, visto que a diferença entre esses dois elementos teve início na origem das sociedades humanas, percebendo-se o campo sempre subordinado, de alguma forma, à cidade, e esta sendo o local de realizações de festas, lugar de poder, da religiosidade, do político e do econômico. O campo é considerado parte complementar nessa relação, como destaca Mont-Mór:

A dominação da cidade sobre o campo, expressão da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, segundo Marx, da centralidade e comando do mercado, segundo Weber, é dos fatos que marcaram definitivamente as sociedades

humanas desde tempos remotos e marcaram ainda mais a sociedade capitalista industrial, hoje globalizada através de suas cidades e do espaço social urbanizado. (MONT-MÓR, 2006 p. 185).

Rural e urbano são dois adjetivos utilizados para denominar o campo e a cidade respectivamente, sendo que, com o passar do tempo, essa complexidade de caracterizar o campo ou a cidade somente aumentou, pois a partir da sociedade capitalista globalizada ficou difícil delimitar tanto o rural quanto para o urbano. Não se pode deixar de ressaltar que a temática proposta nesta pesquisa trata especificamente de uma atividade econômica, que é típica do campo, porém sendo executada na cidade. Devido a esse fato, faz-se necessário realizar essa breve reflexão sobre essa relação campo-cidade.

A partir do modo de produção capitalista, o rural e urbano passaram por muitas transformações após a industrialização, porque a cidade passou a ser um território privilegiado de produção, acumulando capital através da exploração da força de trabalho assalariado, sendo possuidora dos meios de produção e do mercado. A cidade assumia, dessa forma, o centro de organização no âmbito político, econômico, social e cultural, podendo com isso definir e redefinir o território a partir da economia.

O campo, por sua vez, apesar de ser subordinado à cidade, ocupa um espaço importante nessa relação, contrariando o que alguns teóricos afirmam que nesse modo de produção capitalista o campesinato não resistiria e não acompanharia tal modernidade. Tomando como exemplo o camponês, estudos realizados defendem que esse sujeito não assimilaria seu trabalho com as novas tecnologias. Mas não é o que está ocorrendo, já que o camponês produz mercadoria e comercializa para poder adquirir instrumentos para melhorar sua produção. Vale ressaltar que camponês hoje não adquire somente instrumentos, pode vir adquirir bens para uso domésticos, pois são mercadorias que ele não produz como destaca Oliveira:

Nesse sentido, o campo industrializa-se, porém ele ainda continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais conflitado. O campesinato moderno passou a cobrar cada vez mais um lugar no pacto social das sociedades desenvolvidas. (OLIVEIRA, 2004, p.56).

Seguindo essa linha de raciocínio, procurou-se, ao longo dos anos, caracterizar o campo e a cidade, rural ou urbano a partir do modo de vida, do padrão de vida, padrão de consumo e como a sociedade tanto do campo como da cidade se organizava e se organiza, porém o urbano pode ultrapassar o perímetro urbano de uma cidade, assim como o rural também pode adentrar no meio urbano, também convém dizer que a sociedade que vive no campo pode ser possuidora de mercadoria típica de área urbana, sem perder suas características do campo.

É necessário, assim, apresentar a diferença entre agricultura capitalista e a produção agrícola familiar para que se possa entender a prática agrícola em área urbana. A agricultura capitalista se configura na exploração de força de trabalho, trabalho esse assalariado que se baseia na fórmula D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro), ou seja, o capitalista investe para obter mercadoria, que ao ser comercializada se transformará em dinheiro, a mesma já com um excedente. “Neste caso, o fim último da propriedade privada da terra é a exploração do trabalho alheio, para extração de mais valia”. (Paulino, 2006, p. 30). É importante deixar claro que nesta prática agrícola não há uma diversidade de cultivos, ou seja, ela se caracteriza por uma produção voltada para monocultura e cada vez mais tende a permanecer com essa atividade.

Na produção agrícola familiar (unidade camponesa), vê-se que o trabalho é familiar em busca de um objetivo: a busca de mercadorias que os agricultores não produzem ou que deixaram de produzir, visando apenas atender às necessidades básicas da família. A fórmula em que se baseiam é a M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), visto que produzem mercadoria para obter dinheiro e, assim, adquirir mercadorias que não produzem, sendo que uma de suas características é a diversidade de cultivos.

Pode-se afirmar que, a partir disso, na produção agrícola familiar a renda da terra é componente fundamental e primordial para produção familiar. A terra se torna um bem natural, visto que não pressupõe trabalho acumulado sob esse aspecto, esse fato a difere da produção agrícola capitalista. Com isso, observa-se o porquê dessa contradição que vem de dentro do modo de produção capitalista.

Na agricultura capitalista, a produção é como se fosse uma indústria, na qual os trabalhadores são assalariados obedecendo a uma jornada de trabalho e, assim, o grande capitalista acumula capital através do excedente, assim como destaca Paulino:

A lógica inerente à propriedade capitalista é a possibilidade de obtenção de lucro, o qual resulta da exploração do trabalho. Ou seja, o lucro é parte do valor produzido pelo trabalho, subtraído dos trabalhadores. Em se tratando da atividade agrícola, a ele soma-se a renda capitalista da terra. (PAULINO, 2006, p.31).

Para entender melhor a diferença entre agricultura capitalista da produção agrícola familiar, é necessário analisar como as relações estão estruturadas internamente, uma vez que o capitalista pode monopolizar um território sem que o camponês perceba tal atitude. Essa é uma das estratégias utilizadas pelos capitalistas para se apropriarem da renda gerada pela sujeição da terra camponesa. Nessa atividade agrícola capitalista, pode ocorrer acumulação de duas formas: uma diretamente pela sujeição da renda da terra ou pela exploração da força de trabalho.

Nesse contexto, o grande capitalista em primeiro lugar subordina a terra ao capital e, em seguida, a força de trabalho familiar em busca de atender a demanda de sua produção sem ter muitos custos na mesma, pois, ao subordinar a terra ao capital esse capitalista não faz qualquer investimento desnecessário, já que ele não visa correr riscos com relação à questão financeira, devido a isso deixa a mão de obra e a terra a ser trabalhada sob responsabilidade dos produtores agrícolas familiares. Verifica-se, assim, o que seria a agricultura capitalista, e, mediante a esse aspecto, pode-se observar como o capital adentra no meio rural e como ele difere da produção agrícola familiar.

Para esclarecer o entendimento sobre produção agrícola familiar faz-se necessário haver uma descrição sobre os elementos que caracterizam a produção agrícola familiar (camponesa). A partir de tal esclarecimento, verifica-se como é executada a atividade agrícola no campo e na cidade.

Um dos principais elementos que caracteriza a agricultura familiar é a força de trabalho familiar, que, diga-se de passagem, seria a energia que faz funcionar todo o processo de produção. Nesse contexto, cada membro da família realiza um trabalho de acordo com a necessidade da demanda da produção, tornando-se, dessa maneira, um trabalho coletivo, como afirma Tavares dos Santos:

Na unidade produtiva camponesa, a força de trabalho é utilizada segundo seu valor - de- uso, pois é como atividade orientada de transformações de objetos que a capacidade de trabalho de cada membro possui significado para a família. Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a consequente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica de trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada de vários membros da família. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33-34).

Quando a família não consegue atender a demanda, aparece nesse momento outro elemento que é o da ajuda mútua. Nessa ajuda, outros produtores agrícolas familiares se propõem a ajudar, quando solicitados, uma família que necessita de mão de obra para entrega de produção em tempo hábil. Mas, a forma mais comum de se apresentar essa característica são os mutirões que acontecem em muitas comunidades em busca de um objetivo. Isso pôde ser identificado na Comunidade Nova Esperança, os mutirões sendo realizado para limpeza dos terrenos, isso ocorrendo entre os vizinhos dentro da Comunidade.

Além disso, existem os produtores familiares que não possuem condições financeiras suficientes para assalariar mão de obra. Dessa forma, utiliza-se a parceria, meio pelo qual outro camponês/produtor familiar divide custos e ganhos da produção, ou seja, essa é outra forma de ambos os produtores ajudarem-se entre si em busca de um objetivo, manter a família através de sua atividade agrícola. Esse seria outro elemento que caracteriza a produção agrícola familiar /camponesa.

Como foi descrito acima, o produtor familiar precisa muitas vezes de uma ajuda para atender possíveis necessidades da família, dessa forma aparece ainda o trabalho acessório que seria mais um elemento característico da produção agrícola familiar, no qual um produtor trabalha uma parte do tempo recebendo um salário, sendo assim uma renda complementar, não deixando, entretanto, de perder raízes camponesas, já que esse produtor possui seus cultivos em sua propriedade.

Cabe ainda citar a existência da força de trabalho assalariado que se baseia no assalariamento ocorrendo no interior da unidade familiar. Isso ocorre de modo frequente devido a uma família não ter membros suficientes para realizar uma tarefa que exija rapidez, sendo necessárias mais pessoas que trabalham às vezes somente o tempo da colheita e recebem salário por esse trabalho, como relata Oliveira:

Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo da existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços. (OLIVEIRA, 1996, p.58).

Entre tantos elementos característicos da produção agrícola familiar, não se pode deixar de destacar a socialização que existe na unidade familiar, em que os membros da família menores de idade acompanham o trabalho de seus pais desde criança, pois isso faz parte de seu modo de vida, porém ainda não exercem uma atividade específica dentro da unidade de produção. Ao atingirem entre 12 e 14 anos, alguns deles começam a desempenhar atividades dentro dessa unidade familiar, com isso, diminuem-se os desgastes físicos de outros membros da família. Porém, convém destacar que a família camponesa possui muitos componentes e, diante disso, na busca por melhorias, incentiva-se muitos filhos de produtores a migrarem para as cidades, como destaca Oliveira:

Nesse momento desencadeia a contradição no seio da unidade familiar: o jovem precisa continuar na propriedade, pois é parte integrante da força de trabalho familiar; aí permanecendo, garante a reprodução do processo de trabalho camponês. No entanto, com o aumento da família, a migração é inevitável. (OLIVEIRA, 1996, p.60).

No contexto da Comunidade Nova Esperança, a mesma já se localiza na cidade, de acordo com o que foi explicitado anteriormente, os filhos desses produtores na cidade buscam melhorias por meio dos estudos e com isso muitos não trabalham mais com a atividade agrícola, ficando essa atividade sob a responsabilidade somente dos pais. Nesse momento em que a migração é inevitável, ocorre muitas vezes a contratação de mão de obra, seja ela assalariada ou por meio de diárias, pois a força de trabalho já não é mais suficiente para realização dos trabalhos na unidade produtiva.

Há também a propriedade da terra, propriedade essa familiar, porém nela se explora o trabalho alheio como ocorre na propriedade capitalista, aqui o instrumento de trabalho é do próprio trabalhador, terra de trabalho. Quando ocorre o contrário é que se denomina a sujeição da renda da terra ao capital, como afirma Tavares dos Santos, em seu Livro Colonos do Vinho:

Tendo em vista o nível de desenvolvimento das forças produtivas que se encontra na produção camponesa, a terra é o meio fundamental para o camponês. Além disso, as condições históricas que geraram os núcleos coloniais camponeses marcaram-nos com a propriedade capitalista da terra. No modo capitalista, a terra é equivalente de mercadoria, e assim determinada é que ela se antepõe ao camponês, obrigando-a comprá-la para converter em seu proprietário privado. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 48).

A propriedade dos meios de produção são as mercadorias adquiridas, mercadorias essas que, na maioria das vezes, os produtores não as produzem. Com relação à aquisição dessas mercadorias, ao adquirirem as mesmas, nesse momento, passa-se a manter uma relação com capital. Essas mercadorias são os instrumentos de trabalho, de necessidades básicas da família e da unidade produtiva.

A jornada de trabalho é outro elemento fundamental a ter tamanha importância na configuração da unidade produtiva familiar, pois na unidade familiar não ocorre uma rigidez na jornada de trabalho como existe na indústria. Acontece, nesse contexto, uma variação de jornada de trabalho que se alterna de acordo com a época do ano, ou seja, de acordo com ciclos naturais. Assim, o produtor familiar possui uma autonomia no que diz respeito ao seu horário de trabalho.

A partir da reflexão sobre tais elementos que caracterizam a produção agrícola familiar, procurou-se analisar a Comunidade Nova Esperança, se ela possui alguns desses elementos e, assim, poder analisar como ocorre essa atividade familiar em área urbana, que será analisada no capítulo 2.

Ao falar-se de agricultura sendo praticada dentro das cidades ou no entorno das mesmas, denomina-se de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Essa é uma discussão recente sem ter um conceito bastante consolidado. Trata-se de uma temática pouco difundida, porém para autores como Mougeot (2001 p.1), para o qual a Agricultura Urbana “é caracterizada por atividades localizadas dentro ou na periferia (Agricultura Periurbana), de um centro urbano, onde se cultiva ou cria, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares”. É importante salientar, que, no contexto desta pesquisa, a área de estudo localiza-se na zona Leste de Manaus – AM, zona de periferia da cidade.

A atividade agrícola, quando praticada no campo, distante dos centros consumidores, representa um aumento nos custos, uma vez que o gasto é maior com o transporte. A

Agricultura Urbana pode servir como um instrumento de gestão para o desenvolvimento agrícola, porque a agricultura é praticada em área urbana ou em seu entorno.

Não sendo regra, ocorre uma agricultura urbana sendo praticada por famílias de baixa renda, que se localizam nas zonas de periferia da cidade e buscam na atividade agrícola um meio de subsistência, como acontece com os produtores agrícolas familiares que compõem a Comunidade Nova Esperança – bairro Jorge Teixeira, visto que se trata de um bairro criado justamente para atender a população de baixa renda.

Essa atividade toma força no meio urbano a partir de iniciativas de um grupo de pequenos produtores familiares. É importante salientar que a Comunidade surgiu depois da criação do bairro Jorge Teixeira, isso quer dizer que ela não se formou a partir da expansão urbana da cidade de Manaus-AM. O que ocorre na maioria das vezes é primeiramente a formação da Comunidade e, sucessivamente, a criação do bairro. No entanto, isso não ocorreu na área de estudo, uma vez que o bairro foi criado em março de 1989, ressaltando que os primeiros moradores começaram a instalar-se na Comunidade em meados dos anos de 1991 e a Comunidade foi credenciada como Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança em Outubro de 1993.

Ao analisar o conceito de Agricultura Urbana, verifica-se que corresponde ao mesmo conceito de agricultura que é praticada no campo, no entanto o que muda é o lugar onde a atividade está sendo executada, que, nesse contexto, é realizada em área urbana, por mais que seja na periferia ou em seu entorno, como afirma Oliveira:

Agricultura Urbana (AU) designa um conjunto de atividades típicas do mundo rural (tais como cultivo, criação, pesca, etc.) que se desenvolvem no interior das cidades ou nas suas periferias ocupando pequenos espaços e áreas não utilizáveis por residências ou outras construções. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

A atividade agrícola na Comunidade Nova Esperança veio como um incentivo para a população carente daquela área, que percebeu nessa atividade um meio para sobreviver, uma vez que ela faz parte da população excluída da sociedade. É importante frisar nesta pesquisa que as famílias de produtores são oriundas de áreas rurais e que trouxeram consigo traços de suas territorialidades do passado.

Dessa forma, sucede-se uma nova territorialidade no meio urbano, pois, ao mencionar o “urbano”, denota-se logo que seria uma zona de atividades comerciais e industriais, mas não de atividades agrícolas, no entanto o que se ensina nas escolas e que se reproduz com o passar dos anos, são estes conceitos: o rural é o local onde são desenvolvidas atividades agrícolas e agropecuárias, sendo assim o setor primário da economia de um país, e o urbano é o lugar onde se desenvolvem as atividades econômicas voltadas para a indústria e o comércio. A realidade da área de estudo contrapõe essas ideias repassadas ao longo dos anos.

Portanto, a partir de tal reflexão, é possível analisar uma realidade que se apresenta na cidade de Manaus-AM, especificamente na Comunidade Nova Esperança na zona Leste da cidade, de uma atividade econômica tipicamente rural sendo praticada em área urbana, servindo como uma ferramenta para o desenvolvimento da Comunidade.

1.2. Contextualizando a produção agrícola familiar em área urbana: Comunidade Nova Esperança - Jorge Teixeira – Manaus/ AM.

Há praticamente cinquenta anos a cidade de Manaus-AM viveu rápidas e consideráveis transformações, no que diz respeito ao limite espacial e territorial, devido à criação do Modelo Zona Franca de Manaus (MZF), assim como outras iniciativas vindas do poder público, com intuito de incentivar o desenvolvimento para Amazônia.

Com essas iniciativas, aumentaram os fluxos migratórios e com isso implicou o aumento da população na cidade de Manaus-AM, isto é, essas iniciativas foram motivos de atração para as populações ribeirinhas migrarem para cidade em busca de trabalho e melhorias de condições vida, como destaca Cruz:

A Zona Franca de Manaus, principalmente com expansão dos pólos comercial e industrial, como já foi visto anteriormente, vai exercer um forte poder de atração, ocasionando conseqüentemente uma interna migração para a capital amazonense alterando de forma significativa o quadro populacional no estado do Amazonas e nos demais estados que compõem a região norte. (CRUZ, 2007, p.29).

Essa migração não pode ser vista somente a partir da criação da Zona Franca de Manaus. Outros fatores são levados em consideração para tais famílias migrarem para cidade, sendo estes: o ciclo da natureza no que diz respeito às enchentes/cheias e secas/vazantes, que

ocorrem anualmente com os produtores-ribeirinhos no campo amazônico, a falta do mínimo de infraestrutura nas Comunidades ribeirinhas, a falta de acesso a bens e serviços para essa população que busca na migração para a cidade uma melhoria no seu bem-estar.

Essas famílias que migraram para cidade de Manaus vieram em busca de trabalho e melhor qualidade de vida, uma vez que em seus locais de origem as condições de vida não eram satisfatórias para elas permanecerem e poderem dar aos seus filhos um bom estudo e melhores condições profissionais. Considerando também o ciclo da natureza, pois, em se tratando de campo amazônico, os camponeses - ribeirinhos sofrem durante as enchentes/cheias e vazantes/secas, já que esse aspecto compromete a atividade agrícola desempenhada pelos mesmos, porque esses produtores - ribeirinhos no período de abril a julho - ficam impossibilitados de realizarem a atividade agrícola. Diante disso, após a criação da Zona Franca de Manaus, essas famílias viram na cidade de Manaus uma oportunidade de mudarem suas condições de vida para melhor.

Desse modo, ratificam-se alguns dos motivos que, em sua maioria, contribuíram para que as populações ribeirinhas migrassem para cidade de Manaus-AM, motivos esses aliados às enchentes/cheias amazônica, salientando que na década de 70 foram registradas as maiores enchentes relacionadas às anteriores, comprometendo, desse modo, as atividades agrícolas desempenhadas por essa população em seus locais de origens, como afirma Cruz:

Esses fatores de ordem natural e econômica impulsionaram a migração de muitos camponeses-ribeirinhos para a atrativa capital do estado do Amazonas, devido ao dinamismo da Zona Franca de Manaus nessa década de 1970 e nas décadas seguinte. (CRUZ, 2007, p.29/30).

A migração revela-se como uma estratégia de sobrevivência por parte dessas famílias ribeirinhas que migraram e ainda migram para cidade com intuito de melhorar sua condição social e econômica, sendo essa a necessidade básica dessas famílias que atribuem à cidade o lugar de acesso a bens e serviços e, com isso, essas famílias não se tornam uma parte excluída da sociedade.

Com essa migração, a cidade de Manaus presenciou, devido ao crescimento populacional, a criação de bairros nas periferias, principalmente na zona Leste da cidade de

Manaus-AM e, por esse crescimento, não terem sido planejados, esses bairros não possuem o mínimo de infraestrutura básica às famílias que ali residem, como afirma Matos:

Isso mostra que o aumento da população resultou num crescimento desordenado e rápido de Manaus, dando origem a novos bairros na periferia, principalmente na zona leste da cidade, bairros estes, dotados de pouca infraestrutura e baixa disponibilidade de serviços públicos oferecidos à população local. (MATOS, 2012, p.17).

De acordo com tal reflexão, pode-se analisar nessa perspectiva a área de estudo da pesquisa, pois ela se formou após a criação de um desses bairros, nesse caso o bairro Jorge Teixeira. Esse bairro está localizado na zona Leste de Manaus-AM, com a data de criação do dia 14 de março de 1989, a partir da distribuição de lotes de terrenos para pessoas de baixa renda, sendo formado por quatro etapas: Jorge Teixeira I, II, III e IV, tendo em suas adjacências os bairros Cidade de Deus, Distrito Industrial II, Tancredo Neves e Reserva Ducke. Cabe considerar que, após a criação do bairro, os primeiros moradores começaram a instalar-se nesse espaço em meados dos anos de 1990 e 1991, quando começaram as primeiras iniciativas de prática agrícola no local. A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança foi credenciada enquanto Associação em 01 de Outubro de 1993, estando localizada na 4^a etapa do bairro Jorge Teixeira. Ver figura nº 01.

Vale ressaltar que as famílias residentes na Comunidade Nova Esperança não foram trabalhar na indústria, porque, no local em que se instalaram para residir, começaram a praticar a agricultura e, assim, permanecem até então. Mediante isso, elas puderam dar aos seus filhos uma melhor oportunidade por meio dos estudos proporcionados por elas estando na cidade de Manaus-AM. Não deixando de considerar que, ao praticarem a atividade agrícola em área urbana, tais famílias não sofrem com o período de enchente/cheia amazônica, logo o trabalho dessas famílias é durante o ano todo e, assim, o retorno financeiro para manter a família é certo.

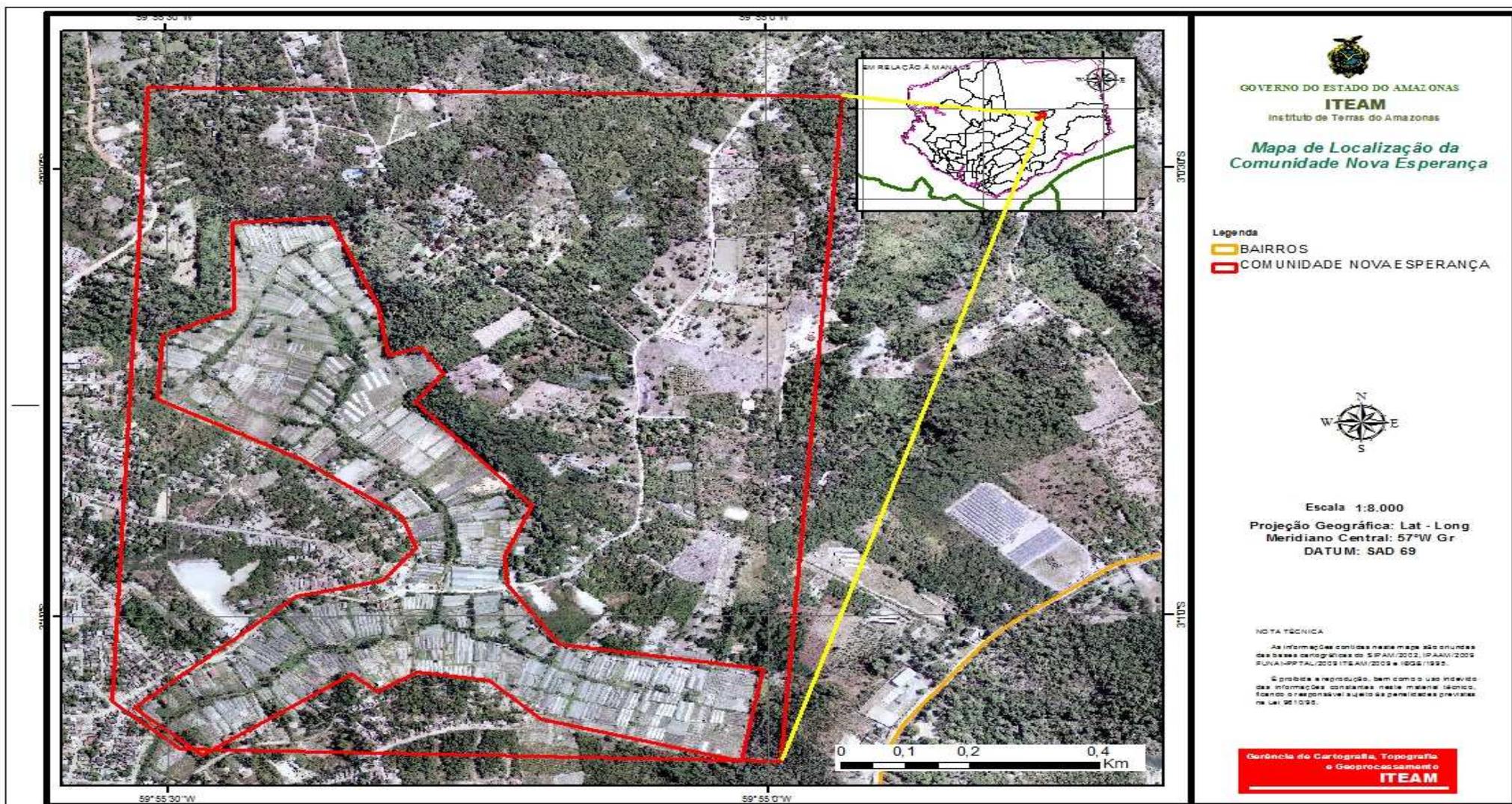


Figura: 01 – Mapa de Localização da área de estudo, Comunidade Nova Esperança, Jorge Teixeira.

Fonte: Base SPF e ITEAM.

Org. e elaboração: Nascimento. Jan/ 2014.

A principal via de acesso à Comunidade Nova Esperança é o Ramal Paranacaxi, asfaltada há apenas seis anos, antes era somente um chão de barro batido, como ainda ocorre em alguns ramais existentes na Comunidade. Ver figura nº 02.

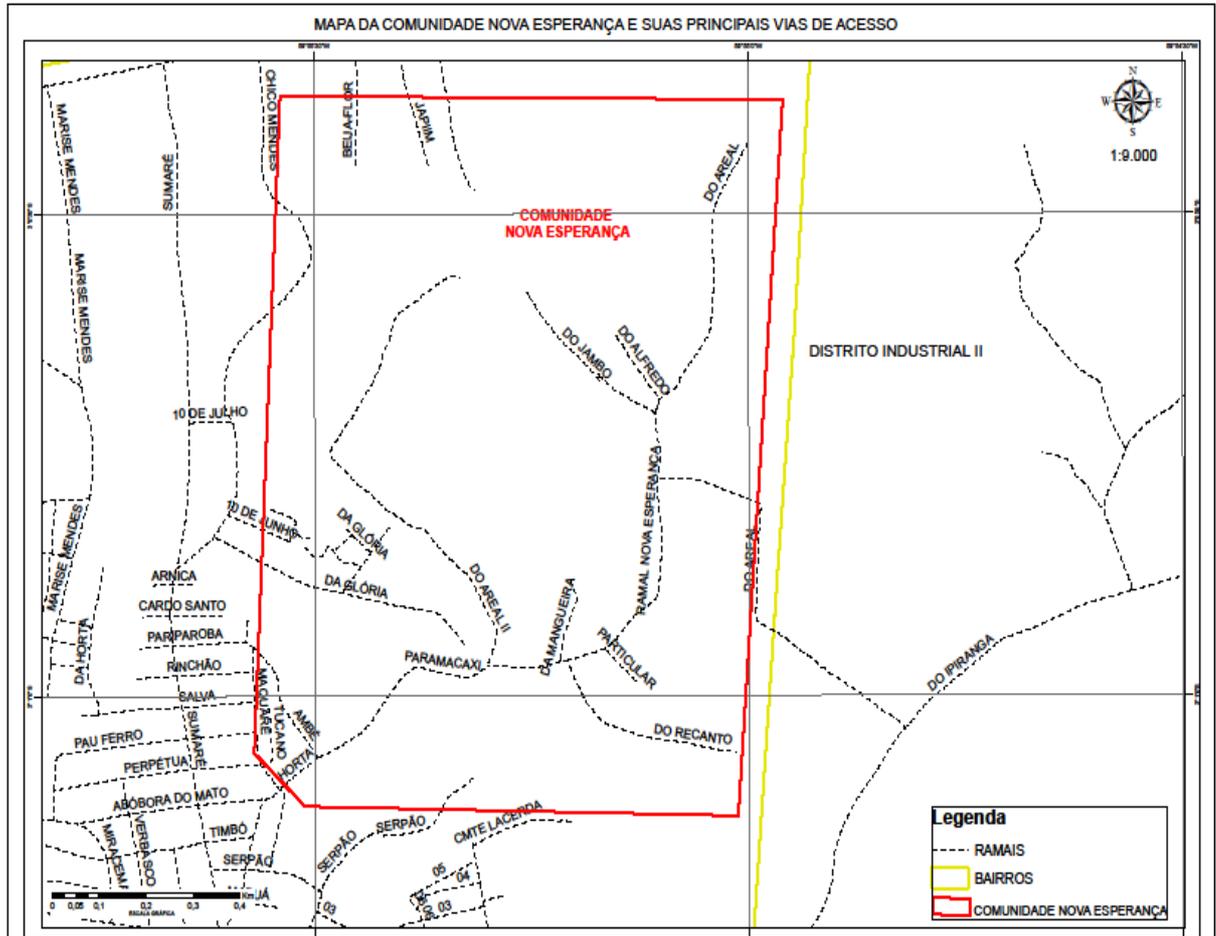


Figura: 02 – Mapa da Comunidade Nova Esperança e os ramais existentes.

Fonte: Base cartográfica ITEAM E SPF.

Org. e elaboração: Nascimento. Jan/ 2014.

As áreas em que ocorre a produção e consequentemente o escoamento do que é produzido estão localizadas nos principais e seguintes ramais: Ramal do Areal I, II, III; Ramal do Recanto; Ramal Nova Esperança; Ramal Paranacaxi; Ramal do Marinho; Ramal da Mangueira; Ramal do Jambo e Ramal do Pereira. Ver figura nº 03.

As condições dos ramais utilizados para o escoamento da produção variam de regular a péssima, ou seja, alguns ramais ainda são de chão de barro batido, e os demais asfaltados, porém encontram-se em péssimos estado de conservação. Ainda que a Comunidade possua vinte anos de existência, ela não possui o mínimo de estrutura física adequada, uma vez que está localizada em área urbana. Ver figuras nº 04 e 05.

Em alguns trechos dos ramais por onde se escoam a produção durante o período de novembro a janeiro, o acesso é restrito, pois ocorre a cheia dos igarapés que cortam a Comunidade. Os ramais são: Ramal do Pereira; Areal II, Ramal do Marinho, porém os próprios produtores desses ramais utilizam outros meios de transporte e até mesmo outros caminhos para que haja o escoamento do que é produzido, nos demais ramais da Comunidade, o acesso é durante todo ano.



Figura: 04– Ramal Paranacaxi de chão de barro batido.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 05 – Ramal do Areal asfaltado.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

A falta do mínimo de infraestrutura básica, no que diz respeito a asfalto, pôde ser observada durante a realização da pesquisa em campo, de acordo com relatos de alguns produtores e, até mesmo de registros fotográficos, pois para eles os ramais, em péssimas condições, dificultam a comercialização de suas produções, como argumenta o Sr. W.P.A, produtor: *“Se melhorassem os ramais, era melhor para os compradores vir aqui comprarem com a gente, e até mesmo pra gente e nossos filhos na Comunidade”*.

A melhoria no asfalto é necessária em todos os ramais, porque os que existem encontram-se em estado de precariedade. Tal situação às vezes dificulta o escoamento da produção e, até mesmo, a locomoção das famílias residentes no local, que já foi descrito anteriormente. Os ramais mais afetados com essa precariedade localizam-se na parte de “baixo” ou horta da Comunidade, onde suas condições variam de regular a péssimo, alguns asfaltados e os demais de chão de barro batido, como citado anteriormente. Esse fato, em dia de chuva, prejudica a acessibilidade ao local, como relata a moradora S.M. 20 anos:

Outro problema da comunidade por muitos anos foi à falta de asfalto. Durante seis meses os estudantes sofriam com a lama, logo no início as ruas da comunidade era de areia, depois a prefeitura foi compactando barro que estragou os calçados de muita gente, alguns vizinhos que tinham caminhonete nos davam carona, mas não era sempre então para não faltar aula e conseguir passar de ano, tínhamos que enfrentar a lama, chuva e sol. Nós não tínhamos opções, mas sim a opção de da continuidade nos estudos. (S.M. 20 anos e moradora).

A Comunidade é uma área dividida entre parte de “baixo”, onde se localizam as hortas, caracterizada por um terreno arenoso, cortado por dois igarapés: um no sentido norte/sul e outro no sentido leste/oeste, e a parte de “cima”, onde se localizam os sítios ou chácaras, assim denominados pelos moradores.

Essas áreas de “cima” ou de “baixo” são denominadas pelos próprios produtores e moradores da Comunidade Nova Esperança, sendo a parte de “baixo” onde se localiza efetivamente a produção de hortaliça, que seria tecnicamente o fundo de vale que “são formas topográficas constituídas por talwegues e duas vertentes com dois sistemas de declives convergentes”, (Guerra, 2006), que também é conhecida como horta.

A parte de “cima” é o local em que se localizam os sítios, chácaras, para moradia contínua ou sítios para finais de semana, área essa denominada tecnicamente de interflúvio “que são pequenas ondulações que separam os vales, cujas vertentes são, na maioria dos casos convexa, constituindo pequenas colinas”, (GUERRA, 2006). Ver figura nº 06.

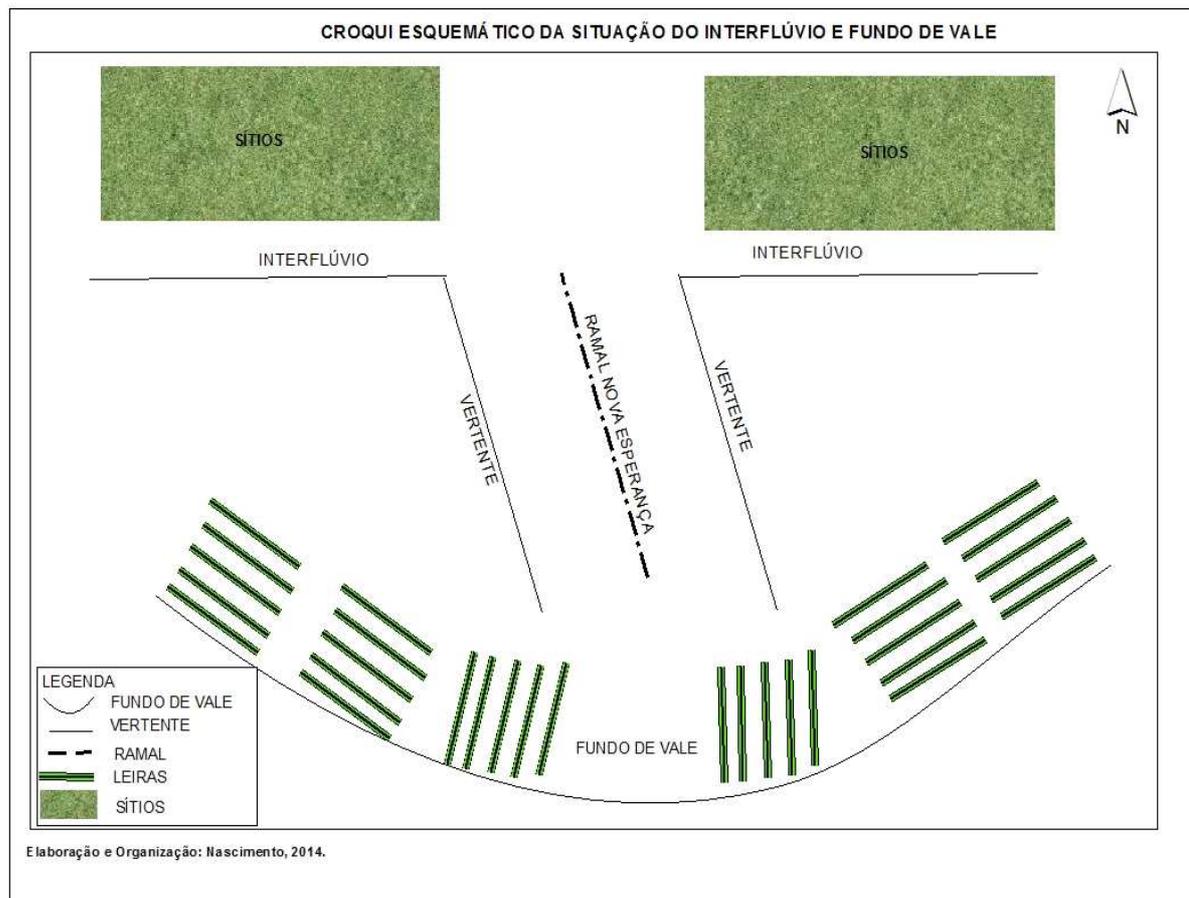


Figura: 06 – Croqui esquemático da área de interflúvio e fundo de vale.
Org. e elaboração: Nascimento. Jan/2014.

De acordo com a figura nº 06 (acima), é possível visualizar como está dividida fisicamente a Comunidade Nova Esperança, exemplificando o que foi revelado durante a pesquisa em campo, tendo em seu contexto duas áreas distintas e que, ao mesmo tempo, completam-se a partir do uso da terra e atividade desempenhada pelos produtores e moradores.

A área localizada na parte de “cima” se diferencia a partir da paisagem, pois ao se visualizar essa área percebe-se a mudança tanto na paisagem como em suas funções, porque em cima são considerados sítios, lugar de moradia e sossego, lazer e para outros tipos de atividade que serão destacados no capítulo 2, na seção sobre os diferentes usos da terra. Ver figura nº 07, 08 e 09.



Figura: 07- Casas de vegetações, vista de cima na Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 08- Exemplo de casa da parte de “cima” na Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/ 2013.



Figura: 09- Croqui ilustrativo de casa da parte de “cima” e de “baixo” na Comunidade Nova Esperança.
 Desenho: Andrew Silva.
 Org.: Nascimento. Jan/ 2014.

Na Comunidade, a fonte de energia elétrica é do Programa do Governo Federal Luz para Todos. Anteriormente a forma mais comum de se ter energia eram os chamados “gatos”, pois a Comunidade não possuía rede de distribuição de energia, como destaca Amaral:

Em relação ao abastecimento de energia, inicialmente as famílias eram dependentes das redes clandestinas (os “gatos”), mas em 2005 a Comunidade Nova Esperança possui rede de distribuição de energia, proveniente do Programa Luz para Todos do Governo Federal. (AMARAL, 2014, p.54).

Com isso, verifica-se que a fonte de energia utilizada pela Comunidade Nova Esperança provém de um Programa dedicado à população de zonas rurais dos estados brasileiros e, nesse contexto, sendo utilizada em área urbana da cidade de Manaus-AM em uma Comunidade com traços e atividades economicamente rurais.

O abastecimento de água na Comunidade atualmente ainda é precário, já que justamente em 2005 quando houve a rede de distribuição de energia, houve também a

distribuição de água encanada, porém ela não atende a todas as famílias da Comunidade Nova Esperança. Por esse aspecto, podem ser destacadas algumas famílias que são residentes na parte de “cima” e algumas da parte de “baixo” da Comunidade, que não são favorecidas por essa distribuição, ou seja, não possuem água encanada. A Comunidade até possui uma caixa d’água (ver figura nº 10), porém essa não é utilizada, pois geraram-se muitos gastos para mantê-la e, por esse motivo, ela se encontra desativada, diante dessa conjuntura os próprios produtores e moradores, quando possuem condições financeiras, constroem seus próprios poços artesanais.

Um fato constatado durante a pesquisa foi que, ao ser construída essa caixa d’água, a conta proveniente do seu uso viria em nome de um dos produtores da Comunidade Nova Esperança. Essa situação não permaneceu por muito tempo, pois esse produtor ficou com receio da dívida que poderia adquirir futuramente em seu nome a partir da conta dos gastos com a caixa d’água e, devido a isso, ela foi desativada. Com isso e com o descaso do poder público com a Comunidade Nova Esperança, esses produtores e moradores sofrem consequências da falta de um elemento básico de infraestrutura, que é a falta da distribuição de água em suas casas e na sua unidade de produção.



Figura: 10– Caixa D’água, construída em 2008.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

A partir dessa dificuldade no abastecimento de água, surgem problemas que poderiam ser evitados com a normalização desse abastecimento. Nesse sentido, acontece o alto índice de doenças para os produtores e moradores e, em relação à produção, há o prejuízo na qualidade de seus cultivos, uma vez que os produtores não possuem um processo de irrigação eficiente, interferindo na qualidade de suas hortaliças, como argumenta Amaral:

[...], porém o abastecimento de água ainda é precário, já que a rede ainda não atende todas as famílias, principalmente as que estão instaladas nas partes mais elevadas da área. [...] Essa ineficiência vem trazendo prejuízos tanto para as pessoas (doenças) quanto para a produção, uma vez que o processo de irrigação das hortaliças é deficiente e inadequado, prejudicando a qualidade dos produtos. (AMARAL, 2014, p.55).

Mesmo entre carências os produtores não trocam suas moradias e locais de trabalho por nenhum outro lugar, porque foi na Comunidade que eles conseguiram seu terreno para moradia e trabalho, além da tranquilidade e sossego que há na Comunidade Nova Esperança.

O período dos produtores atuando na Comunidade Nova Esperança varia entre quatro anos a vinte e dois anos, produtores esses ativos na atividade agrícola na produção de hortaliças, conforme dados coletados em campo através da realização das entrevistas semiestruturadas aplicadas com os produtores agrícolas.

Basicamente a mão de obra utilizada na unidade de produção na Comunidade é familiar e contratada, com variação de uma a cinco pessoas. A produção é comercial, sendo somente 1% para consumo próprio. Isso se configura em uma produção quase totalmente para ser comercializada.

Com relação a financiamentos, os produtores somente puderam usufruir desse benefício quando a Associação foi credenciada em outubro de 1993 pela AFEAM. No entanto tal benefício não pôde ser usufruído devido à falta de titularidade da terra, o que os impossibilita de conseguir financiamentos junto aos bancos.

De acordo com dados do “IDAM, 2009”, a Comunidade possui noventa e oito produtores cadastrados responsáveis por quatrocentas e quinze casas de vegetação existentes para o cultivo de hortaliças. Porém, hoje, de acordo com o Presidente da Associação Sr. A.A.P., a Comunidade possui cento e dezoito produtores associados e os não associados,

sendo que há mais de trezentas famílias residindo na Comunidade. Entretanto, o “IDAM” não possui dados estatísticos atualizados, já que se passaram cinco anos desde a última pesquisa realizada por esse Instituto.

A Comunidade possui uma Associação denominada Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança – APRCNE, em que a atual gestão é presidida pelo Sr. A. A.P., que é morador há dez anos da Comunidade e sua gestão é do ano de 2011 até 2015. Atualmente a Associação não possui uma sede, pois onde era sede da Associação hoje é uma cantina (ver figura nº 11), que serve refeições para moradores e que pertence à Prefeitura de Manaus. Esse é o local em que normalmente ocorrem as reuniões mensais da Associação.



Figura: 11 – Cantina e local de reuniões mensais da Associação.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Essa cantina pertencente à Prefeitura de Manaus é responsável por disponibilizar aos produtores e moradores cento e oitenta (180) pratos de refeições diariamente, porém, para muitos produtores e moradores, essa cantina não seria uma necessidade da Comunidade, pois, como muitos argumentam, eles trabalham e têm dinheiro para comprar sua alimentação, como afirma o Sr. E.A.L., produtor:

Essa cantina, só serve pros vagabundos que vem comer aí da cidade alta, porque a gente tem nosso dinheiro pra comprar comida pra gente, em vez de construir uma escola pros nos filhos, constroem cantina, a gente não passa fome. (E.A.L., produtor).

Dessa forma, verifica-se que para os produtores da Comunidade Nova Esperança a cantina não é necessidade específica de uma Comunidade, outras necessidades poderiam ser supridas em vez de uma cantina para servir refeições diárias, portanto, existe uma insatisfação por parte dos produtores quanto a isso.

O local onde se localiza atualmente essa cantina, já houve uma escola no tempo em que esse espaço era sede da Associação. Entretanto, sendo que em uma das reuniões que ocorriam com os pais, sendo eles os produtores agrícolas, assinaram um papel e, a partir desse momento, fechou-se a escola que servia aos filhos dos produtores e, até mesmo aos pais. Diante dessa situação, esses produtores agrícolas foram lesados, retirando-lhes, dessa forma, uma necessidade básica: a “escola”. Tal dado pode ser verificado de acordo com o relato de uma filha de produtor:

Havia uma Escolinha onde hoje é a “cozinha Comunitária” eu não estudei lá, mas lembro que meus irmãos estudaram junto com meus tios. Houve boatos de que os pais foram enganados em uma reunião de final de ano, em que eles assinaram a transferência de seus filhos para outra Escola. Como a maioria dos agricultores só tinha o básico, não tinham conhecimento do que estavam assinando, isso foi péssimo para nós, pois tínhamos uma escola dentro da comunidade que atendia diretamente os filhos dos agricultores. (S.M., 20 anos, moradora).

Há a necessidade de construção de uma escola para os filhos dos produtores da Comunidade, uma vez que eles precisam deslocar-se aos bairros mais próximos para que seus filhos possam ter acesso ao ensino regular. Essa é uma das reivindicações desses produtores,

pois, na Comunidade deveria haver uma escola pública para que seus filhos não precisassem deslocar-se tanto para adquirirem conhecimento. Quanto a essa questão é o momento em que os produtores sentem-se insatisfeitos com a criação da cantina, pois para eles a necessidade primária e básica seria a escola. Escola essa que poderia atender os filhos dos produtores e, até mesmos os pais, visto que muito destes não possuem o ensino fundamental completo. Essa é uma das reivindicações propostas em reunião mensal da Associação.

De acordo com os dados da Associação, são cento e dezoito produtores associados, mas somente dez por cento (10%) desses produtores, ou seja, entre dez e vinte associados, participam das reuniões que ocorrem mensalmente para tratar de assuntos que dizem respeito à Comunidade. Ver gráfico/figura nº 12.

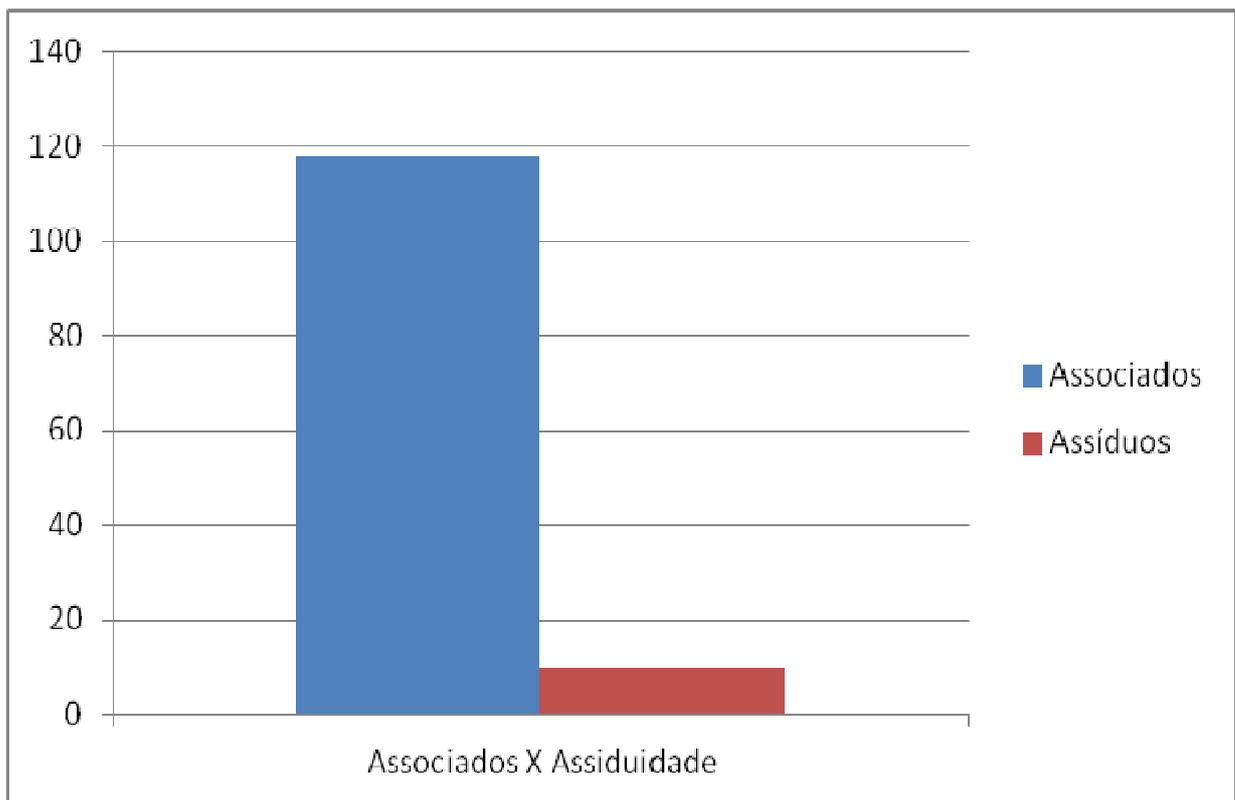


Figura: 12- Gráfico - Associados x Assiduidade nas reuniões da Associação.
Org.: Nascimento. Jan/ 2014.

O pagamento realizado pelos associados é uma taxa de R\$ 10,00 reais mensalmente, que é revestido para futuras despesas com a Comunidade. O ano de 2013 fechou o caixa com o valor R\$ 12.966,00 reais, segundo o tesoureiro da Associação, porém nem todos os associados são adimplentes.

A grande dificuldade para a atual gestão é a falta de assiduidade dos produtores nas reuniões, o que dificulta o papel da Associação com a Comunidade, como foi destacado no gráfico acima, e como relata seu A.A.P., presidente da Associação: *“é difícil tocar a Associação, a Comunidade não é unida, só procura quando realmente precisa, mas não participa das reuniões”*.

Atualmente os assuntos que estão na pauta das reuniões são: titularidades da terra; melhoria da infraestrutura básica para Comunidade; a questão do lixo nos ramais e no igarapé; uso de agrotóxicos nos cultivos; a proteção dos igarapés; questão de segurança na Comunidade, entre outros assuntos.

Em relação à titularidade da terra, dos vinte entrevistados nenhum possui título definitivo de sua propriedade, uma vez que até o ano de 1984 esta área pertencia à Empresa de Plantação, de propriedade da família Daou. Essa família, a partir deste ano, não pediu reintegração de posse dessa área, uma vez que residiam muitas famílias nesse local.

Após a realização de pesquisa na Secretaria de Política Fundiária – SPF, em busca de obter resposta sobre a situação fundiária atual da Comunidade Nova Esperança, foi disponibilizada uma planta de situação que mostra que desde Novembro de 1984 a área da Comunidade pertence uma parte à Prefeitura de Manaus, com matrícula N° 5119, de 08/11/1984, e a outra parte é pertencente ao Estado do Amazonas, com matrícula N° 5121, de 08/11/1984. A área em que se localizam as unidades de produção de hortaliças pertence à Prefeitura de Manaus-AM, mas alguns produtores destacam que a Prefeitura não disponibiliza nenhum tipo de documento de posse da terra e nem o Título definitivo, o que dificulta os produtores conseguirem financiamento em bancos. Ver figura n° 13.

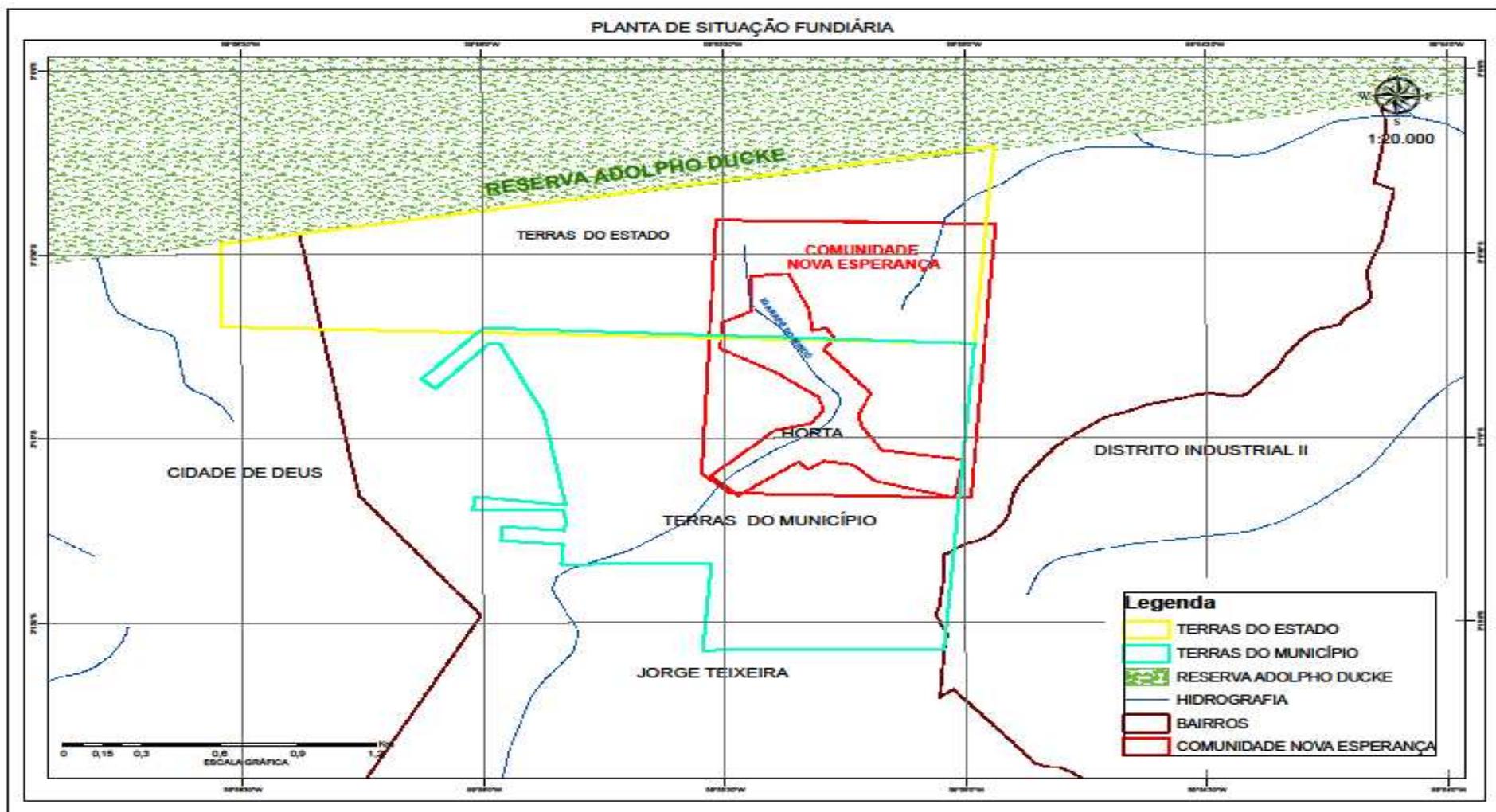


Figura: 13- Mapa de situação fundiária da Comunidade Nova Esperança.

Fonte: Base Cartográfica Secretaria de Política Fundiária – SPF.

Org.: Nascimento. Jan/2014

Essa foi uma das principais reivindicações durante as entrevistas realizadas, visto que a falta de titularidade da terra impossibilita os produtores de realizarem financiamentos junto aos bancos, eles não possuem o título da terra em seu nome que serve de garantia ao se conseguir financiamentos bancários. Isso se justifica pelo fato da Comunidade não estar informada no que diz respeito a real situação fundiária da área, o que foi apresentado somente com a realização desta pesquisa.

A questão do lixo é outro assunto que fez parte das pautas das reuniões da Comunidade, uma vez que a coleta de lixo deveria ser mais presente e há a falta de sensibilização por parte dos produtores e moradores, quanto ao descarte dos resíduos, pois eles são os responsáveis, na maioria das vezes, pelo lixo que é jogado nas margens dos ramais, fato esse revelado durante a pesquisa em campo.

Além disso, o uso dos agrotóxicos nos cultivos para combater as pragas é um dos maiores e mais graves problemas enfrentados pela atual gestão da Associação, ou melhor, o aumento no uso desses, pois, além de comprometer a qualidade do produto, o agrotóxico pode ainda ocasionar doenças aos produtores agrícolas, uma vez que no contato que os agricultores possuem ao inalar essa substância, pode resultar futuramente em uma doença ou, até mesmo, em alergias momentâneas, o que prejudicaria de alguma forma a saúde deles. Mas, para uma redução ocorrer, quanto a essa questão, é necessária a apresentação de alternativas aos produtores, o que não ocorre na Comunidade com eficiência, além de uma fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Além do comprometimento na qualidade dos produtos e doenças aos produtores, a partir do uso desses agrotóxicos, existe mais uma preocupação: a proteção do igarapé do Mindú que corta alguns ramais da Comunidade, pois, além do lixo que é despejado nesse ambiente, os produtores ao usarem agrotóxicos contribuem para poluição do igarapé que poderia ser utilizado no sistema de irrigação, caso já ele não fosse poluído.

A questão da falta de segurança na Comunidade foi outro assunto de reunião, pois existem alguns ramais que são mais perigosos durante a noite, com isso as pessoas não podem circular normalmente, como são os casos das famílias que moram na parte de “cima”. Muitas vezes ao chegarem à noite, elas precisam subir de mototáxi, isso para não correrem o risco de serem assaltadas. Há também a existência de “boca de fumo”, ou seja, traficantes de entorpecentes que “controlam” alguns dos ramais existentes na Comunidade Nova Esperança,

fato esse revelado pelos próprios produtores e moradores durante a pesquisa, como relata S.M, 20 anos, moradora:

A violência na minha infância não tinha com frequência, tinha conversas de que lá fora estava perigoso, mas dentro da horta era diferente, todos se conheciam, o que tinha era roubo de galinha, mas era os meninos lá de fora que faziam isso. Vez ou outra podia ser alguma aposta maluca dos adolescentes. Mas era devolvido. A criminalidade veio acontecer depois que o Bairro Val Paraíso (umas das etapas do bairro Jorge Teixeira) foi crescendo, a marginalização foi cruel, esse pessoal que começou a atacar os filhos de agricultores que vinham da aula meio dia, os que saíam nos horários que não transitavam carro e moto, até mesmo pessoas nos Ramais. É a horta já foi mais tranquila, não que hoje não seja, mas assaltos frequentes estão acontecendo, estão fazendo agricultores de reféns em plena madrugada. O medo esta abrangendo muitos. (S.M., 20 anos, moradora).

Com esse relato, ratifica-se o porquê a criminalidade aumentou durante esses anos dentro da Comunidade Nova Esperança, já que, durante a pesquisa, foi identificado que realmente os assaltos ou arrastões que ocorrem dentro da Comunidade não são realizados por pessoas de dentro da Comunidade, mas de bairros adjacentes, motivos esses que atualmente fazem com os produtores agrícolas e moradores sintam-se amedrontados em seu lugar que um dia já foi de sossego e tranquilidade, no que diz respeito à segurança.

A criação de um posto de saúde seria outra reivindicação, porque os produtores precisam se deslocar aos bairros adjacentes para poder receber atendimento médico, porém muitas famílias sofrem com o descaso, pois são excluídas de atendimento pelas Unidades Básica de Saúde (UBS), visto que estas por sua vez costumam atender somente moradores que residem nas proximidades da UBS.

Todos os assuntos tratados nas reuniões da Comunidade têm um fator em comum: a falta da presença do poder público como destaca Sr. A.A.P., presidente da Associação: *“A melhoria na Comunidade precisa, porém o poder público não colabora... e se vier pode acabar com a horta, devido ao alto uso de agrotóxico”*.

Para as reivindicações apresentadas, poderia ser citado o IDAM/SEPROR, sendo o órgão responsável para se trabalhar a diminuição de agrotóxicos, visto que essa é uma das maiores preocupação atualmente na Comunidade, pois, durante as entrevistas, dos vinte entrevistados onze desconhecem o técnico responsável pela Comunidade e os que conhecem se dizem insatisfeitos com a ausência constante desse agente, já que não há uma visita técnica

regular nas propriedades de cultivos para dar assistência aos produtores, como mostra o gráfico/ figura nº 14.

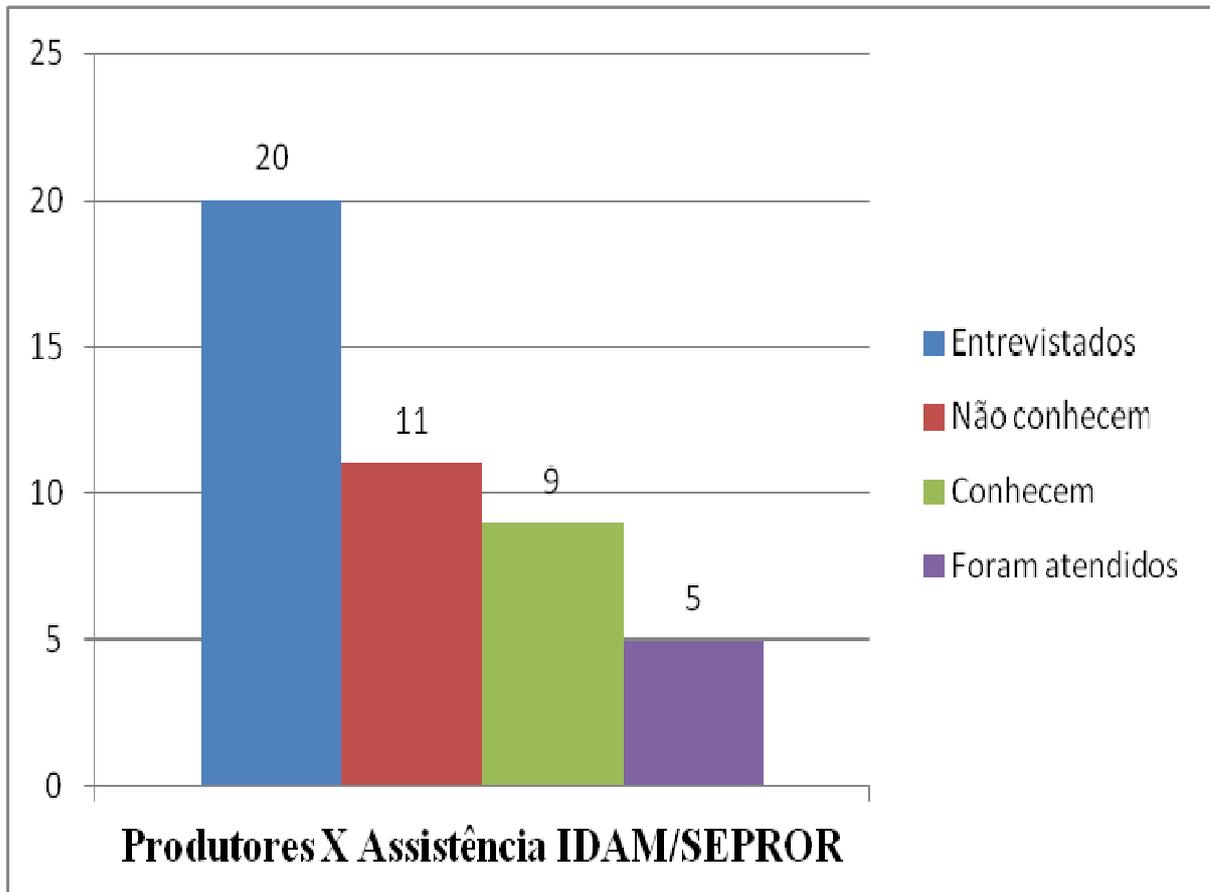


Figura: 14- Gráfico Produtores Agrícolas x Assistência do IDAM.
Org.: Nascimento. Jan/ 2014.

Com a falta efetiva dessa assistência, fica difícil exigir uma sensibilização por parte dos produtores agrícolas, porque não são apresentadas alternativas para esses diminuírem ou extinguirem o uso do agrotóxico. Nessa questão, verifica-se o descaso de assistência por parte do órgão responsável, que pode ser comprovado pela falta de atualização de dados estatísticos por esse órgão, fato esse já mencionado anteriormente sobre a Comunidade Nova Esperança, desde o ano de 2009.

Na Comunidade, existem três Igrejas Evangélicas da Congregação Assembléia de Deus (ver figura nº15), não foi identificada na Comunidade nenhuma Igreja Católica.



Figura: 15- Igreja Assembléia de Deus.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

A partir das entrevistas realizadas com vinte produtores (amostra da pesquisa), apenas três eram evangélicos, os demais eram católicos (ver gráfico/figura nº 16), o que causa certas inquietudes, pois a Comunidade Nova Esperança possui três Igrejas Evangélicas da Congregação Assembléia de Deus.

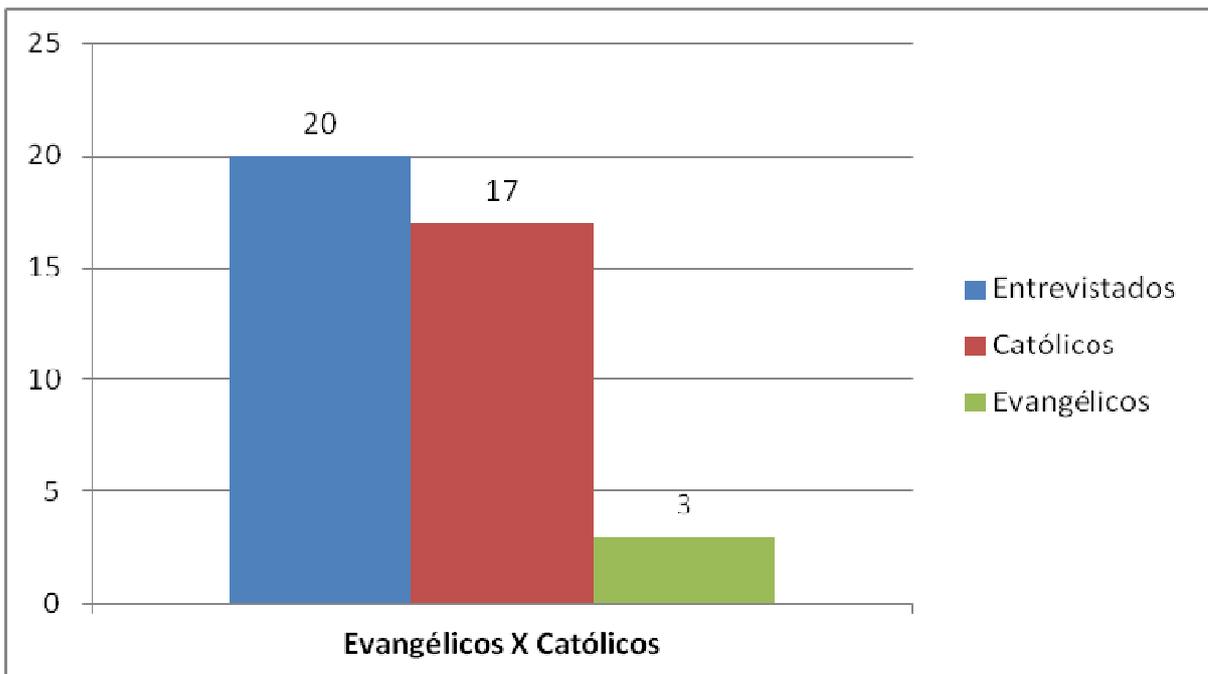


Figura: 16- Gráfico produtor evangélico e católico.
Org.: Nascimento. Jan/ 2014.

Na Comunidade, há um campo de futebol em que são realizadas partidas de futebol entre os produtores agrícolas, local para seus filhos brincarem de futebol, as “peladas” assim denominadas pelos brincantes, entretanto esse evento não ocorre com muita frequência como ocorria nos primeiros anos da Comunidade. Ver figura nº 17.



Figura: 17 – Campo de futebol da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/ 2013.

Esse campo de futebol é de chão de barro batido, situado ao lado da Associação da Comunidade, onde se realizam as partidas de futebol, em que ocorrem os momentos de lazer entre os produtores e seus filhos, local onde antes ocorriam os torneios de futebol.

As casas na Comunidade Nova Esperança variam entre a estrutura de alvenaria e madeira. Os terrenos para cultivo na maioria das vezes estão localizados na frente ou atrás das casas, com exceções de alguns produtores agrícolas que residem em um ramal e o terreno para o plantio e trabalho localizam-se em outro ramal.

A Comunidade possui quatrocentas e quinze (415) casas de vegetação para cultivos de hortaliças do tipo capela que servem para proteger a produção de hortaliças dos raios solares, nas quais cada produtor é responsável pela manutenção das mesmas. Ver figura nº 18.



Figura: 18 – Casas de vegetação da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/ 2013.

Nessas casas de vegetação, são cultivadas as seguintes hortaliças: alface (*Lactuca*), cebolinha (*Allium fistulosum*), coentro (cheiro-verde) (*Micropogonias furnieri*), todas consideradas de ciclo curto e contínuo e são os principais cultivos na Comunidade Nova Esperança.

Identificou-se que a Comunidade Nova Esperança possui algumas necessidades como: a falta de documentação definitiva das áreas cultivadas; projeto de intervenção para manutenção do igarapé; construção de uma escola; construção de posto de saúde para a Comunidade e segurança pública.

Verifica-se, assim, por meio desse panorama, como está organizada a Comunidade Nova Esperança, com seus problemas e perspectivas apresentadas pelos próprios produtores, esses os atores sociais que possuem uma relação direta com a Comunidade, pois é o lugar em que se realizam todas as relações sejam elas, econômica, social, cultural ou política.

1.3. Conhecendo os sujeitos sociais da pesquisa na Comunidade Nova Esperança

Segundo dados do IDAM/SEPROR, 2009, a Comunidade Nova Esperança possui trezentas (300) famílias, sendo noventa e oito (98) produtores cadastrados. Esses produtores cadastrados são os que trabalham diretamente com a produção de hortaliças na Comunidade Nova Esperança, mas como já foi visto anteriormente atualmente possui como Associados cento e dezoito (118) produtores agrícolas.

Esses sujeitos sociais migraram para Manaus-AM em busca de melhores condições de vida. Muitas dessas famílias vieram à procura de trabalho na Zona Franca de Manaus, o que não ocorreu e, assim, começaram a prática agrícola. Essas famílias conheceram o local onde moram através de parentes que vieram com antecedência e os avisaram de que havia doações de terrenos às pessoas de baixa renda, e, a partir disso, inicia-se o processo de formação da Comunidade Nova Esperança.

As famílias residentes na Comunidade, que se instalaram na mesma a partir das doações desses terrenos, encontraram na agricultura o meio de sobrevivência, ainda que em uma área urbana, enfatizando que a maioria dessas famílias são oriundas de municípios do Estado do Amazonas e de outros Estados.

Ao se entrevistar vinte (20) produtores agrícolas familiares, pôde-se identificar que desses vinte (20), somente seis (6) são da cidade de Manaus-AM. Durante as realizações das entrevistas, questionou-se: qual o motivo que os levou a trabalhar com a agricultura em área urbana? As respostas tinham um dado comum, a prática da atividade agrícola já era executada em seus locais de origens. Esses produtores trouxeram com eles uma territorialidade, que pôde ser adaptada em área urbana como uma fonte de renda para sustento da família. Nesse contexto, Haesbaert, 2004, destaca: “[...] territorialidade vincula-se à dimensão afetiva e associa-se à identidade de grupos e a afetividade espacial”.

A mão de obra na produção é formada basicamente pela família e que, em alguns períodos, existe mão de obra contratada, sendo sazonal ou permanente, que varia entre uma a três pessoas. Esses produtores têm existência na Comunidade em média de quatro (4) a vinte e dois anos (22) e, durante esse tempo, trabalham apenas com a produção de hortaliças, porém, a produção não é somente para o consumo próprio, mas também como a fonte de renda principal.

Dentre os sujeitos sociais, foram identificados dois tipos de produtores agrícolas, os que são produtores agrícolas e moradores da Comunidade Nova Esperança, e também os produtores agrícolas que já foram moradores da Comunidade, porém residem em outros bairros da cidade de Manaus-AM, mas ainda assim continuam trabalhando com a atividade agrícola.

Em se tratando dos produtores agrícolas e moradores, esses foram a maioria, foram dezoito dos vinte entrevistados, que encontraram na atividade agrícola sua fonte de geração de renda e, também, lugar de moradia, tranquilidade, sossego, e que os mesmos preservam muito e, dificilmente trocariam sua atividade de renda e seu lugar de moradia e sossego por outro trabalho e lugar. Esses produtores agrícolas já haviam trabalhado com a atividade agrícola em seus locais de origens, e essa característica faz com que eles permaneçam com essa atividade mesmo em meio urbano.

Esses produtores agrícolas vivem e sobrevivem somente da renda gerada pelo trabalho realizado pela família na atividade agrícola executado na Comunidade Nova Esperança. Identificou-se apenas uma das famílias entrevistadas que complementa a renda com trabalhos não agrícolas, porém a renda principal é proveniente da atividade agrícola praticada pela família.

Os produtores agrícolas da Comunidade são os principais atores sociais dentro desse Território Agrícola construído por eles mediante suas territorialidades e atividade econômica visivelmente ativa. São responsáveis pela produção de hortaliças dentro da Comunidade Nova Esperança, atividade essa que os mantém através da renda gerada por esse trabalho realizado pela família dentro da unidade produtiva. Com a facilidade de comercialização que esses produtores possuem por estar na cidade de Manaus-AM, esse ciclo de atividade agrícola persiste até então.

No que diz respeito aos produtores agrícolas que não são mais moradores e permanecem com a atividade agrícola na Comunidade, dos vinte entrevistados, dois produtores moram em outro bairro e distante da Comunidade, porém o trabalho e a renda da qual vivem é gerada pelo trabalho na atividade agrícola.

Esses produtores possuem características semelhantes aos produtores agrícolas e moradores da Comunidade, pois esses atores foram os pioneiros na atividade agrícola e sujeitos responsáveis pelo desenvolvimento da produção de hortaliças, além disso, muitos são filhos que nasceram na Comunidade, o que justifica esse laço de afetividade com o lugar presente em seu cotidiano.

A saída da Comunidade deu-se por motivos de dentro da unidade produtiva, já que as famílias muitas vezes possuem bastantes componentes e, com a idade em que os filhos casam-se, a unidade produtiva já não comporta a quantidade de integrantes, ainda mais em se tratando de propriedade em área urbana. Com isso, os filhos são obrigados a sair de casa, que foi o que ocorreu com esses dois produtores. São produtores que constituíram suas famílias, porém o trabalho ainda continua sendo a atividade agrícola e que não deixaram suas características ou territorialidades, mesmo não morando mais na Comunidade.

O trabalho na atividade agrícola é visto por esses produtores como atividade com geração de renda rápida, em um lugar agradável de trabalhar, em que os mesmos possuem maior habilidade, sem ter que obedecer a uma rigidez no horário de trabalho. Assim, eles possuem autonomia dentro da unidade produtiva, pois trabalham na terra que muitas vezes é de seus pais que ainda encontram-se na Comunidade, porém já estão idosos. Nesse momento, os filhos assumem essa dinâmica na reprodução de suas territorialidades.

Nesses dois exemplos foi possível identificar esse fato, pois os filhos trabalham diariamente na terra que pertence aos seus pais e, no final do dia de trabalho, retornavam a suas casas, isso sendo realizado continuamente por esses produtores agrícolas. Nesses dois exemplos, o bairro onde residem localiza-se em sentido oposto à unidade de produção, pois respectivamente um mora no bairro da Compensa, zona Oeste de Manaus-AM, e o outro no bairro de Educando, zona Centro-Sul, sendo a Comunidade localizada na zona Leste de Manaus-AM.

Um desses produtores até deixou por um tempo o trabalho na atividade agrícola, porém ele não se adaptou a rotina de trabalho na indústria e retornou à atividade agrícola

realizada na Comunidade. Dessa forma, verifica-se o apego com relação à atividade desempenhada por esse produtor.

Esses não foram os únicos sujeitos sociais identificados na Comunidade Nova Esperança, pois se identificou ainda um sujeito social que se configura a partir da comercialização que se constituiu com a circulação da produção gerada pela Comunidade. Esse sujeito é o atravessador, que nada mais é que o responsável pela circulação da produção de hortaliças da Comunidade, sendo, no contexto atual, um agente essencial na função de realizar a circulação dessa produção de hortaliça.

O atravessador, para maioria dos entrevistados nesta pesquisa, é o mediador da Comunidade com o mercado, pois ele faz essa produção circular de maneira mais rápida, uma vez que se encontra inserido na cidade, o que facilita a comercialização dessa produção. Para os produtores agrícolas atualmente, o atravessador é peça de fundamental importância, pois nem todos os produtores possuem condições financeiras de saírem da Comunidade para realizarem a comercialização de seus produtos, ficando essa responsabilidade para o atravessador.

Durante as pesquisas em campo, foi possível realizar entrevistas com alguns atravessadores, em que eles relataram que, através dessa intermediação realizada por eles, gera-se uma renda a partir dessa circulação de produção. Essa é a fonte de renda principal resultante desse trabalho que já era praticado por eles há mais de sete anos dentro da Comunidade, tempo esse revelado de acordo com os entrevistados. O papel do atravessador dentro da Comunidade não segue um a rigidez ou exclusividade de compra com os produtores agrícolas, pois, eles compram de quem tiver mercadoria, nesse caso as hortaliças, para vender, não havendo uma exclusividade entre produtor e atravessador.

Além dos atravessadores, existem também os donos de mercadinho que também fazem parte como sujeito social, uma vez que se deslocam até a Comunidade em busca de hortaliças para comercializar em seus comércios de pequeno e médio porte. A compra é realizada por esses atravessadores e donos de mercadinhos diariamente de domingo a domingo, acontecendo, na maioria das vezes pela manhã, e sendo na segunda-feira o dia em que é realizada a compra por muitos atravessadores dentro da Comunidade para abastecer as feiras com as quais esses atravessadores comercializam suas mercadorias. São os verdadeiros responsáveis em realizar a circulação da produção até chegar ao consumidor final. O processo

de circulação da comercialização de hortaliças da Comunidade Nova Esperança será descrito no capítulo 3.

Chega-se, assim, a uma instância em que se deve chamar atenção para a entidade social que está por trás desses produtores agrícolas, isto é, a Associação de Produtores Rurais da Comunidade Nova Esperança - APRCNE, que hoje tem a função de realizar intermediações dentro e fora da Comunidade, em prol da mesma.

Cabe destacar que a função atualmente da Associação na Comunidade está sendo apenas na emissão de declaração de produtor rural para os interessados poderem requerer aposentadoria, porém o problema não é somente da gestão, mas também dos associados, pois, dos cento e dezoito, somente vinte comparecem às reuniões que ocorrem mensalmente, o que dificulta a realização do trabalho da atual gestão. Com isso, os produtores agrícolas em sua maioria mostraram-se insatisfeitos com atual gestão, pois para eles poderiam ser realizadas mais benfeitorias em favor dos produtores e moradores, ou seja, na Comunidade como todo, uma vez que possuem dinheiro em caixa, para realizar tais necessidades.

Uma das atividades que está sendo intermediada pela Associação é a luta pela permanência das denominações dos ramais e da atividade agrícola realizada na Comunidade Nova Esperança. Para a atual gestão da Associação, é importante a Comunidade permanecer com as denominações de suas vias de acesso como ramal, pois assim não perderiam totalmente suas características rurais, havendo o receio por parte dos produtores agrícolas e moradores de ocorrer à mudança para denominação rua, o que é característico de área urbana. A luta pela permanência da atividade agrícola é justa, uma vez que são mais de trezentas famílias que vivem dessa atividade econômica que contribui para o desenvolvimento da Comunidade Nova Esperança, mesmo ela sendo praticada em área urbana.

Conheceram-se, assim, os sujeitos sociais envolvidos e identificados na formação da Comunidade Nova Esperança e responsáveis pela constituição do Território Agrícola em meio urbano, através da prática agrícola desempenhada por essas famílias.

CAPÍTULO 2 - A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA

2.1 Território e Territorialidades Agrícolas

Trata-se aqui de compreender o conceito sobre território que, do ponto de vista crítico, se delimita a partir das relações de poder exercidas pelos atores sociais que fazem de suas ações a territorialidade dos mesmos com o lugar, como destaca Raffestin, 1993: “[...] revela relações marcadas pelo poder, [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que a envolvem, se inscreve no campo de poder”.

Territorialidade seria as relações exercidas pelo ator social, nesse caso específico o ator sendo o produtor agrícola familiar que, ao delimitar seu território a partir das técnicas utilizadas para atividade agrícola, atividade essa sendo o cultivo de hortaliças, cria sua própria territorialidade, ou seja, sua identidade com o lugar, como considera Sack:

A territorialidade corresponde às ações de controle numa área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares. O território resulta dessas relações sociais. [...] a territorialidade está intimamente relacionada ao como às pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significados ao lugar. (SACK, 1986, p.2).

O motivo pelo qual se levou a analisar o território urbano a partir da organização da produção agrícola foi justamente o fato da atividade agrícola ser típica do campo, fazendo com que se utilizem as categorias geográficas para compreender a análise proposta.

O Território é delimitado por meio das ações da sociedade em uma determinada área e que assim apropria-se da mesma estabelecendo formas de controle manifestadas através de relações de poder. Verificam-se, dessa forma, as relações existentes e como o território é apropriado, criando-se territorialidades a partir da produção agrícola familiar praticada em área urbana.

É necessário entender o termo território que é apresentado na pesquisa realizada, território esse formado através das atividades econômicas, políticas, culturais e sociais. Nesse

contexto, trata-se do território agrícola, dentro de área urbana da cidade de Manaus-AM, que seria um instrumento de gestão exclusiva de uma parcela da sociedade nele inserido. A organização de um território é consequência de uma relação contínua de poder.

É possível identificar o Território Agrícola que foi constituído a partir da atividade agrícola, que é a atividade econômica com maior visibilidade na Comunidade. Território esse formado primeiramente por famílias de baixa renda que se apropriaram do local e, que através da produção de hortaliças, foram constituindo um Território Agrícola em área urbana.

Entende-se Território, nesse contexto, primeiramente como características sociais, pois as famílias que se apropriaram dessa terra eram famílias de baixa renda, oriundas de municípios próximos à cidade de Manaus, sendo essa migração para cidade relacionada com as buscas por melhores condições de vida. Nesse aspecto, relações sociais, econômicas e culturais, estão inseridas no contexto da Comunidade Nova Esperança, que Saquet considera:

A produção territorial combina sempre malhas, nós e redes de acordo com as características de cada sociedade, na tentativa de obter autonomia. [...] O território é resultado desse movimento que envolve as relações sociedade-natureza por meio da projeção do trabalho no espaço e de sua apropriação historicamente determinada. (SAQUET, 2011, p.45).

Segundo a citação acima, pode-se compreender o contexto da formação do Território Agrícola na Comunidade Nova Esperança, pois, a partir do trabalho realizado pelos produtores na unidade produtiva de hortaliças, identifica-se essa forte relação sociedade-natureza, por meio do trabalho executado na terra para manter a família, que resulta na renda gerada por esse trabalho e que mantém as unidades produtivas e as famílias produtoras.

É necessário entender que o Território Agrícola foi constituído por essas famílias que em seus locais de origens já praticavam a agricultura e que tiveram a oportunidade ou apenas a escolha de permanecer com seus modos de vida em meio urbano, como é o caso dos produtores agrícolas da Comunidade.

Ao se observar, no primeiro contato, a Comunidade Nova Esperança, é possível identificar de forma rápida o Território Agrícola, pois em todos os ramais em que se localizam as unidades de produção de hortaliças, as características agrícolas são visíveis e os laços de identidade dessas famílias são preservados.

Território esse construído por famílias há mais de vinte anos, que não vieram com intuito de cultivar, porém foi na atividade agrícola que encontraram uma forma de sobreviver na Cidade de Manaus-AM. Esse território foi constituído e mantido ao longo desses anos por esses produtores agrícolas.

Formou-se esse território na Comunidade Nova Esperança a partir dessas famílias que, com sua prática da atividade agrícola e seu modo de vida, criaram uma identidade com o lugar, esse se tornou o palco de reprodução de práticas já realizadas em seus locais de origens. Observou-se assim, a identidade sendo um elemento característico e importante para formação deste Território Agrícola em meio urbano.

Existe na Comunidade um Território Agrícola por produtores e demais moradores, com suas particularidades entre si. O referido território é formado por casas dos produtores e suas áreas de cultivos, vizinhos que dão significado a Comunidade Nova Esperança. Ver figura nº 19.

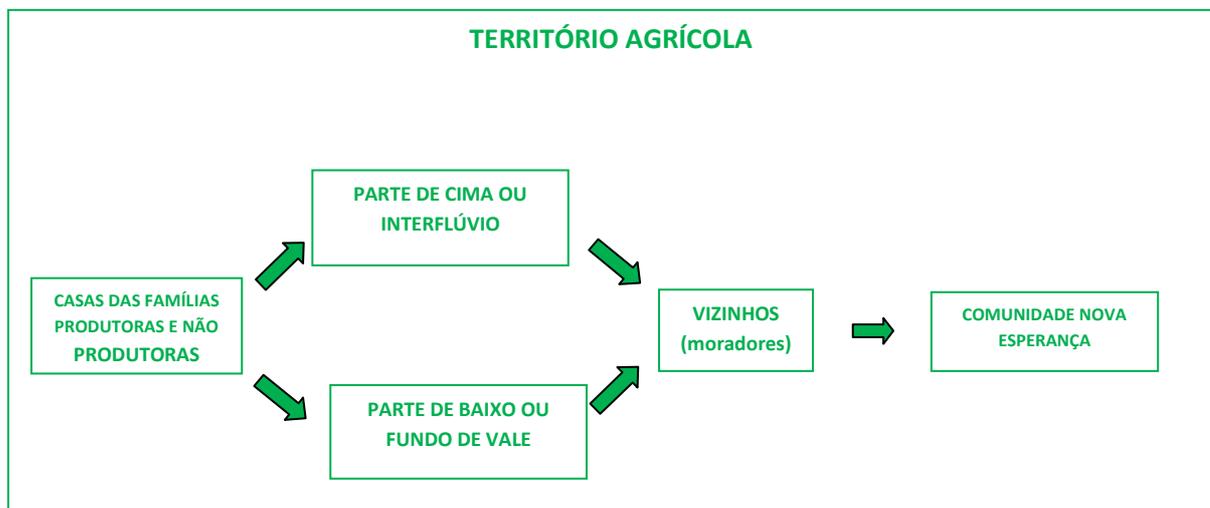


Figura 19 – Constituição do Território Agrícola da Comunidade Nova Esperança. Org. Nascimento. Dez/2013.

As relações entre si são mediadas por aspectos sociais, econômicas, políticas e culturais, sendo mais enfático esse último traço, pois se preservam os traços de suas territorialidades, que é uma marca simbólica das famílias produtoras da Comunidade Nova Esperança.

Há na Comunidade uma disputa de poder, elemento característico de um território, disputa essa que ocorre apenas quanto à gestão da Associação existente na Comunidade. Esse fato é mediado pelos produtores agrícolas, ressaltando que muitos associados não participam das reuniões, as quais seriam primordiais para tais decisões a serem tomadas em prol da Comunidade. Afirma-se que não existe uma luta pelo poder economicamente entre os produtores, mas entre produtores e a gestão da Associação, pois hoje o papel dessa entidade não é significativo em relação à produção que é gerada pela e na Comunidade Nova Esperança.

Vale destacar as faltas de políticas públicas a serem aplicadas em favor da Comunidade, uma vez que ela já persiste com a atividade agrícola há vinte anos. As famílias se mantêm com a renda fruto do seu trabalho, o Estado interage de maneira ineficaz dentro da Comunidade, pois o único órgão que foi identificado, durante os trabalhos realizados em campo, foi o IDAM/SEPROR, porém o mesmo não possui um diagnóstico atualizado da Comunidade Nova Esperança desde 2009, e, também, esse órgão não apresenta alternativas para os produtores poderem melhorar a sua produção.

Em meio a esse contexto antes explicitado, estão as relações que compreendem o poder, pois se trata de situações de conflitos dentro da Comunidade, que ultrapassam a ação do Estado e também conflito com o Estado, por não ter o incentivo para o desenvolvimento e permanência da atividade. O Território também foi constituído por redes e fluxos, pois na comercialização de suas produções incluem-se agentes externos à Comunidade que são primordiais para construção de tal território.

Existe uma rede de comercialização, mediada pelo mercado, em que a produção é para abastecer a alta demanda no consumo de hortaliças. Essa é uma rede em que o território agrícola na cidade ganha força por estarem próximos aos centros de distribuições, especificamente na zona Leste de Manaus-AM.

Território esse fruto de um trabalho realizado na terra pelas famílias, através de suas territorialidades e que, com isso, identificaram-se e construíram esse território agrícola que permanece há vinte anos, mantido pelos sujeitos sociais envolvidos nessa atividade. Compreende-se, assim, como foi constituído o Território Agrícola na Comunidade Nova Esperança.

No que diz respeito às territorialidades agrícolas, identificaram-se várias características exercidas pelos sujeitos sociais, características abstratas e físicas dentro do Território Agrícola construído. Primeiramente, as famílias que se apropriaram da área são oriundas, na maioria das vezes, de municípios próximos a Manaus-AM, e de outros Estados. Ver figura nº 20.

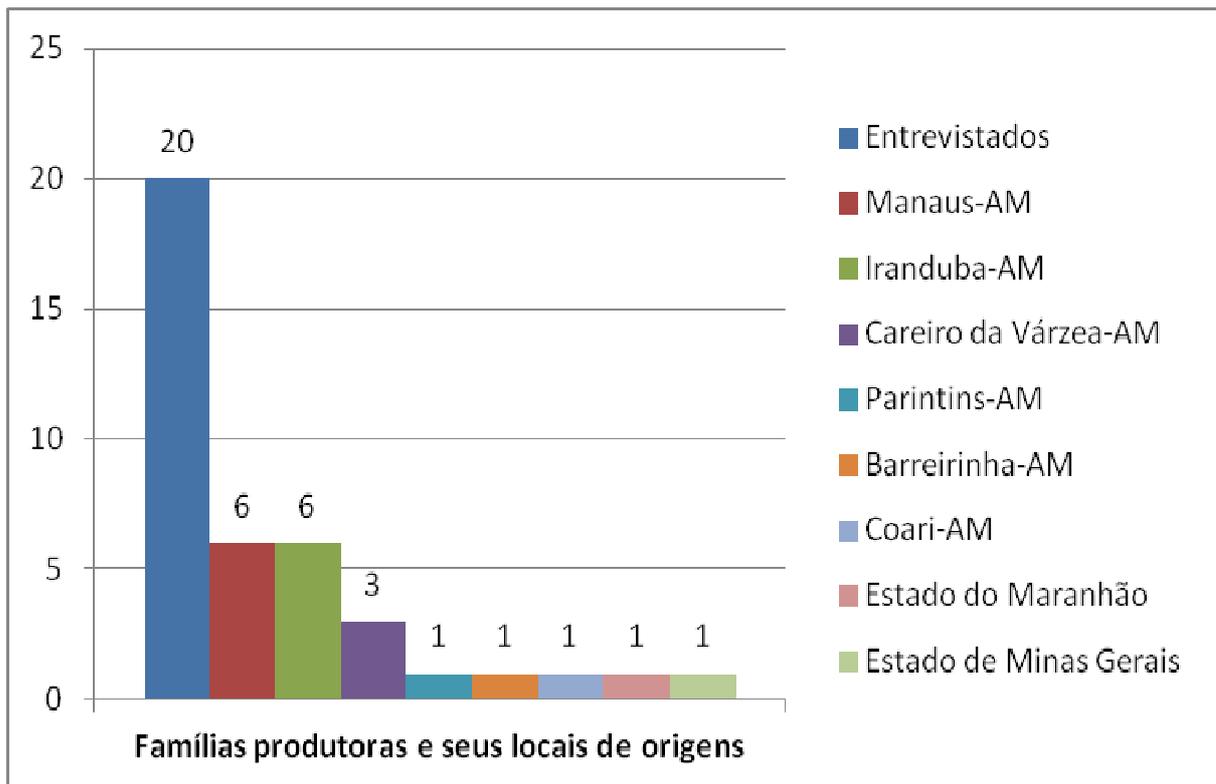


Figura: 20 – Gráfico das famílias e seus locais de origem.
Org. Nascimento. Jan/2014.

Essas famílias apropriaram-se e foram com suas práticas agrícolas mantendo-se no meio urbano e, conseqüentemente, adaptaram suas territorialidades à cidade, com traços significativos de seus costumes e modos de vida, como Raffestin, (1977), considera: “A territorialidade corresponde ao espaço vivido e às relações sociais de alteridade e exterioridade cotidiana”, e ainda Dematteis, (1964) apud Saquet, (2011): “a territorialidade é compreendida como relações sociais, econômica, culturais e política realizadas nas famílias, na vizinhança, na Comunidade e entre a cidade e o campo; significa um conjunto de tramas efetivadas por meio de redes de comunicação e circulação”.

Essas famílias criaram uma nova territorialidade em área urbana, pois, no contexto da Comunidade Nova Esperança, são as práticas agrícolas e o modo de vida sendo executado e vivido em meio urbano, o campo propriamente dito dentro do urbano, interagindo concomitantemente. Com isso, a Comunidade Nova Esperança configura-se como uma nova territorialidade, pois ao delimitarem abstratamente a área com sua prática agrícola e não agrícolas e seu cotidiano, é o que diferencia as famílias do modo de vida urbano.

Em se tratando dessas diferenças, identificaram-se certas características durante as pesquisas em campo como: as casas, a divisão entre a parte de cima e de baixo na Comunidade, o perfil do produtor agrícola e a rede de comercialização, que se constituiu a partir da atividade agrícola.

Como já foi verificada anteriormente, a Comunidade possui seus ramais, ainda assim denominado, apesar de estar inserida em área urbana e, nesses ramais, localizam-se as unidades produtivas de hortaliças e as casas de moradia desses produtores, isso levando em consideração a parte de fundo de vale da Comunidade em que se realiza a prática agrícola.

As características observadas em campo são: as casas estão localizadas dentro do terreno na parte da frente ou na parte de trás; as estruturas das casas variam entre alvenaria e madeira; os terrenos possuem seus limites físicos, com arames farpados e muros em alvenaria, e ou apenas limites abstratos, sendo estes respeitados pelos vizinhos, ou seja, há um acordo verbal entre esses moradores. Esse aspecto os diferencia dos limites característicos de áreas urbanas. Ver figuras n^{os} 21, 22 e 23.



Figura: 21 – Croqui ilustrativo de casa na área de cultivo – parte de baixo da Comunidade Nova Esperança.
 Desenho: Andrew Silva.
 Org.: Nascimento. Dez/2013.

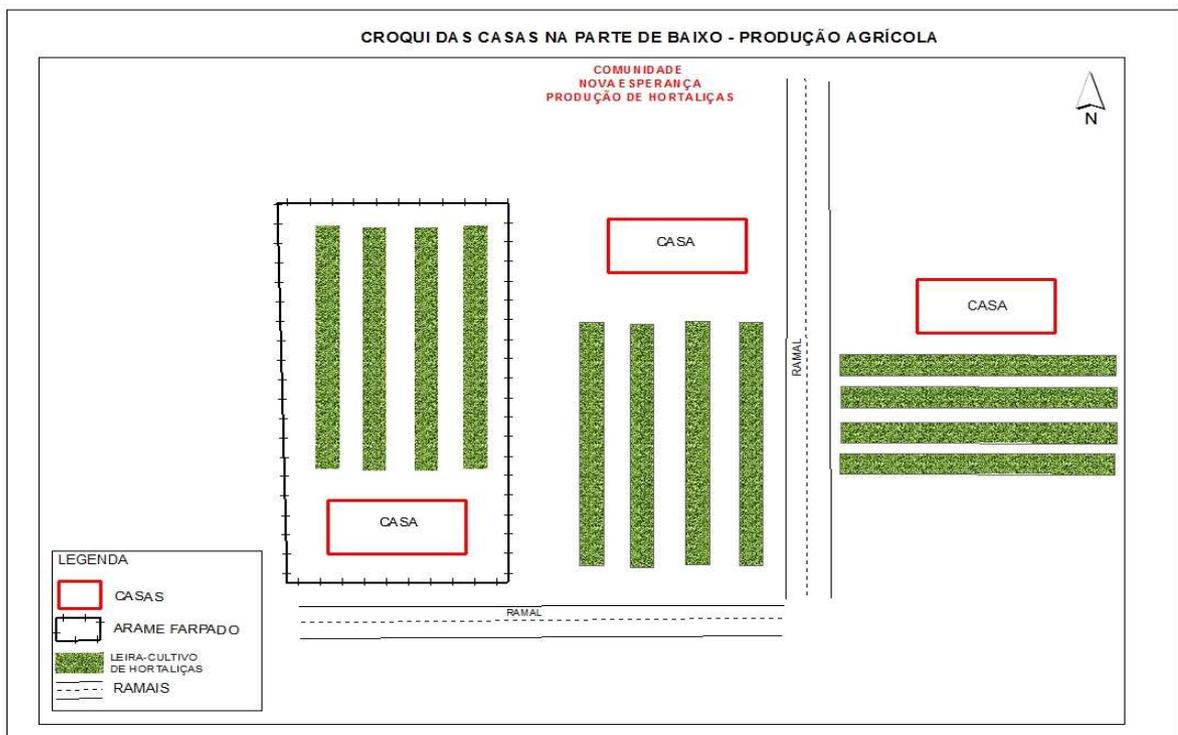


Figura: 22 – Croqui esquemático das propriedades na área de cultivo.
 Org. e elaboração: Nascimento. Jan/2014.



Figura: 23 – Casa na parte de baixo sem limite físico- casa localizada na área da frente do terreno.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Os tamanhos dessas propriedades variam em média entre 50x120 à 80x150, tamanho destinado à área de plantio e moradia, isso em se tratando da área em que é realizada a atividade agrícola, o que os diferem da área de “cima” da Comunidade, em que os terrenos são maiores e com outras formas de uso da terra.

Essas características fazem parte das territorialidades dos produtores agrícolas da Comunidade, podendo ser compreendida aqui a territorialidade no uso do espaço, uma vez que o tamanho da propriedade em meio urbano é menor, esse quando relacionado ao tamanho da propriedade quando se localizam no campo em que o tamanho é muito superior.

Na parte de “cima”, a propriedade tem função de moradia na maioria das vezes, como sítios ou chácaras, como são denominados pelos seus proprietários e moradores da Comunidade. Nesta parte, já se vê características do urbano, pois, além de arames farpados como limites de propriedade, existem os muros em alvenaria, diferenciando-se da parte em que se localiza a área de cultivo de hortaliças. Ver figuras n^{os} 24, 25 e 26.



Figura: 24 – Casa na parte de cima, o muro como limite de propriedade.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 25 – Croqui ilustrativo das propriedades na parte de cima da Comunidade.
Desenho: Andrew Silva
Org.: Nascimento. Dez/2013.

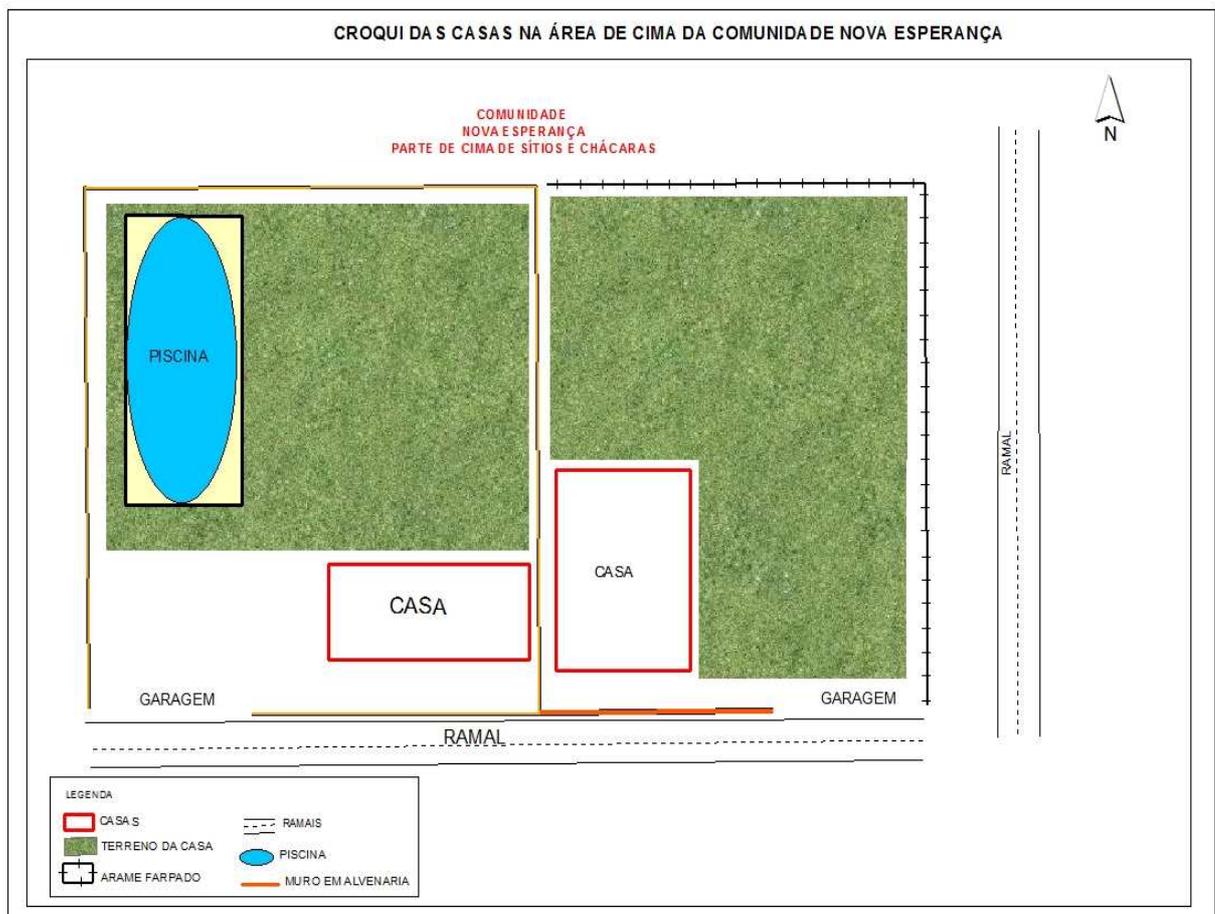


Figura: 26– Croqui esquemático das propriedades na parte de cima.
Org. e elaboração: Nascimento. Jan/2014.

Foi possível identificar as diferentes formas de uso da terra entre essas duas áreas dentro do Território Agrícola, a partir das suas territorialidades, como foram evidenciados com registros fotográficos e as ilustrações. Observa-se também uma diferença visível no que diz respeito ao poder aquisitivo, a partir do uso desse espaço, no modo de vida e até elementos mais característicos do mundo urbano.

Assim, identificaram-se as territorialidades agrícolas da Comunidade Nova Esperança, a partir das moradias, ou seja, de acordo com o uso da terra, tanto na parte de “cima” quanto na parte de “baixo”, frisando que neste território a terra é para trabalho e moradia. Diante dessa perspectiva, a produção agrícola é a atividade econômica mais ativa dentro da Comunidade. Desse modo, constrói-se a territorialidade agrícola dentro da Comunidade Nova Esperança, como afirma Sack:

A territorialidade como relação de poder; a territorialidade como mediação no uso do espaço, ou seja, como relações socioespaciais; a territorialidade significa atuação de, pelo menos, uma autoridade, influência, controle, estratégias, comunicação, classificação, enfim poder. (SACK, 1983, p.55/74).

Com base nessa análise, ratifica-se a construção do território agrícola através das territorialidades dessas famílias na divisão abstrata dentro da Comunidade em “cima” e em “baixo”, pois é possível identificar uma diferença econômica entre essas famílias, já que famílias que vivem e sobrevivem somente da renda gerada pela produção agrícola estão localizadas na parte de “baixo” da Comunidade.

Constituiu-se, assim, o território agrícola, ou seja, uma vez identificada essa diferença econômica, vê-se isso como um elemento da territorialidade dessas famílias. Ressalta-se que a atividade agrícola é o carro chefe no desenvolvimento econômico dessa Comunidade e isso resultou no território construído, com relação a isso Sack argumenta:

A territorialidade é um atributo humano, correspondendo às relações de poder, ocorrem tanto em nível pessoal como de grupo e internacional, supondo controle sobre uma área ou um espaço: é uma estratégia para influenciar ou controlar recursos, fenômenos, relações e pessoas. A territorialidade está intimamente relacionada ao como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar. (SACK, 1986, p.2).

A Comunidade Nova Esperança, assim como sua produção agrícola de hortaliças, vem persistindo em meio urbano, pois, ao se adaptar suas territorialidades a esse meio com características bastante forte, atribui-se significado ao lugar, para, assim, manter e preservar uma identidade que é repassada de geração para geração, como é o caso de muitos produtores agrícolas.

Nesse contexto, adentra-se no perfil do produtor agrícola, visto que ele é oriundo de outros municípios do estado do Amazonas e mesmo de outros Estados e, quando questionados porque trabalhava com agricultura, a resposta foi unânime, como relata G.F.S, produtor, 46 anos: *“é porque pra nós é mais fácil, e foi passada de pai pra filho, e aqui a gente pode trabalhar para sobreviver com que a gente trabalhava antes, trabalho de geração para geração”*. Com o relato acima verifica-se esse traço forte de sua territorialidade que permanece em meio urbano. Esse é um dos pontos mais significativos de identidade com o local, o trabalho agrícola como meio de reprodução de sua identidade.

Destaca-se, dessa forma, exemplo de um (1) dos produtores da Comunidade Nova Esperança, para tomar como base desses sujeitos sociais envolvidos na formação do território agrícola, assim como suas territorialidades.

“Seu Lopes”, como é conhecido, hoje com sessenta e oito (68) anos, nasceu em Atalaia do Norte/AM, morou no município de Benjamim Constant/AM, porém antes de fixar-se em Manaus/AM, onde reside há mais ou menos vinte anos, dedicou-se a maior parte de sua vida ao Exército Brasileiro, onde fora cabo, desempenhando o serviço de fotógrafo, a partir do qual adquiriu um vasto conhecimento sobre a região amazônica, porém sempre teve contato com as atividades típicas de zonas rurais e ribeirinhas.

Após o término da sua carreira militar, ele decidiu investir na produção de hortaliças, aproveitando o fato de sempre ter lidado com a terra na infância e adolescência. A partir desse investimento, decidiu iniciar sua produção na cidade, principalmente por perceber que *“no interior a vida é mais difícil e o que se produz não rende muito, porque os atravessadores pagam muito pouco.”* (Seu Lopes, 2013), e ainda por sua família já está adaptada à vida na cidade, além de seus filhos já estarem estudando com o objetivo de alcançar inclusive o ensino superior.

Percebe-se, com isso, que a busca por uma melhor qualidade de vida e a busca de estratégias para à produção agrícola, influenciou na migração para a cidade uma vez que, como bem destaca o entrevistado: *“a produção em área urbana tira o atravessador do nosso caminho que paga pouco em nossa produção, sem falar que em área rural gastamos com a logística para circulação da nossa mercadoria”* (Seu Lopes, 2013).

Em 1994 o Sr. Lopes se transferiu para o local, que hoje é chamado de Comunidade Nova Esperança, onde já se encontravam algumas famílias, sobretudo do interior do Estado do Amazonas. Nesse momento, a produção de hortaliça ainda não tinha tanta relevância, porque estava em seu estágio inicial.

Por se tratar de um solo arenoso, inadequado para atividade agrária, mas devido à necessidade de obter uma fonte de renda para o sustento da família e aproveitando suas experiências anteriores resolveu plantar, optou-se por trabalhar por culturas de ciclos curto e contínuo, nesse caso as hortaliças, porque o retorno com esses cultivos é mais rápido.

De acordo com o Sr. Lopes, a formação da Comunidade ocorreu a partir do momento em que uma família estabelecia-se na área, a partir de doações ou mesmo por compra de lote

de terreno, e começava a prosperar. Com isso, ela avisava aos demais parentes e amigos que ainda encontravam-se no interior do Estado, posteriormente migravam para cidade, contribuindo para formação e expansão da área.

A partir disso, ratifica-se, portanto, o argumento que a Comunidade Nova Esperança é basicamente formada por famílias que são oriundas do interior do estado e que se dirigiram à capital, ou melhor, deixaram a zona rural pela zona urbana. Dessa forma, elas praticam suas territorialidades, ou seja, iniciam o processo de adaptação do seu modo de vida anterior às novas necessidades e exigências da cidade. Identificaram-se muitos exemplos como o do Seu Lopes, ou seja, de famílias que já trabalhavam com a atividade agrícola em seus locais de origem e, na Comunidade Nova Esperança, encontraram uma forma de sobreviver e continuar com suas atividades, mesmo em se tratando de área urbana.

2.2 Trabalho e renda na Comunidade Nova Esperança

Utilizou-se, nesta pesquisa, uma amostra de 20 produtores dos noventa e oito (98) produtores existentes na Comunidade, conforme os dados IDAM/SEPROR, 2009. Dos vinte (20) produtores entrevistados, verifica-se que apenas seis (6) são do Município de Manaus-AM, os demais são de outros municípios do Estado do Amazonas e de outros Estados, como (6) Iranduba, (3) Careiro da Várzea, (1) Parintins, (1) Barreirinha, (1) Coari, (1) Estado do Maranhão, (1) Estado de Minas Gerais.

Conforme o que foi esclarecido sobre a organização da Comunidade Nova Esperança, é preciso compreender as etapas e os elementos que estão inseridos no processo de produção de hortaliças na unidade produtiva, enfatizando o trabalho realizado por essas famílias e consequentemente a renda gerada por esta atividade agrícola.

O referencial teórico que subsidiará para o entendimento e esclarecimento dessas variáveis trata a respeito dos elementos que caracterizam a produção camponesa, uma vez que a produção na Comunidade Nova Esperança baseia-se na força de trabalho familiar. A partir disso, serão analisados os elementos que compõem e que fazem parte do processo de produção de hortaliças, assim como a renda gerada por essas unidades de produção na Comunidade.

Com relação ao trabalho realizado pelos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança, eles não encontraram dificuldades para trabalharem com a prática agrícola no cultivo de hortaliças, pois nos seus locais de origem já trabalhavam com essa atividade econômica.

A força de trabalho é composta basicamente por membros da própria família, composta de duas a cinco pessoas, com uma carga horária de oito (8) horas a dez (10) horas por dia, sendo a atividade realizada de domingo a domingo, porém o produtor familiar não necessita seguir uma regra rígida para que esse processo seja executado, já que o próprio produtor familiar administra seu tempo de forma que não ocorra muito desgaste físico.

O primeiro elemento que se destaca na caracterização da produção camponesa é a força de trabalho familiar. Está é o motor do processo de trabalho na produção camponesa. [...] Dessa forma, a presença de força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. [...] A jornada de trabalho é outro elemento da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário como na produção capitalista; a jornada de trabalho de trabalho camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. (OLIVEIRA, 1996, p.64).

Assim, verifica-se a importância da mão de obra familiar no processo de produção. Logo, a família é o motor da engrenagem da produção e possuidora de autonomia no processo de produção, sendo essa característica básica e fundamental da unidade de produção camponesa. Fato esse semelhante ao que ocorre com as famílias produtoras da Comunidade.

A primeira atividade realizada no processo de produção de hortaliça na Comunidade Nova Esperança é a limpeza do terreno. Processo esse realizado para que assim se possa começar o semeio dos plantios. Nesse momento, observa-se que há união entre as famílias e vizinhos, pois membros de outras famílias participam dessa atividade, o que Tavares dos Santos designa como ajuda mútua:

A ajuda mútua aparece como processo grupal, concorrendo às pessoas espontaneamente para prestar o auxílio necessário. [...] Também se faz mutirão com a finalidade rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola: uma família solicita ajuda dos vizinhos, que vêm em grupo realizar a tarefa. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.35).

Assim, verifica-se que além da força de trabalho familiar, existe outra característica da produção camponesa, a ajuda mútua, que ao ser analisado no contexto da Comunidade Nova Esperança, dar-se-á durante a limpeza do terreno para o plantio. Momento esse em que as famílias unem-se para realizar a limpeza do terreno da família que necessitar dessa ajuda. Vale ressaltar que atualmente esse processo não é realizado com tanta frequência, como argumenta uma filha de um produtor S.M.:

Eu me lembro dos primeiros anos de produção, quando o meu padrinho de batismo que mora do nosso lado, ajudou muito a tirar as toras de árvores que foi preciso tirar do terreno, era uma festa, apesar do cansaço, pois no final sempre tinha uma merenda gostosa. (S.M. 20, anos, moradora).

Esse processo atualmente não ocorre com mais efetividade, uma vez que existem pessoas que trabalham como diarista na limpeza dos terrenos na Comunidade Nova Esperança e, com o relato acima, verifica-se que esse momento do processo de limpeza do terreno que ocorria nos primeiros anos de produção de hortaliças na Comunidade praticamente desapareceu.

É necessário relatar que dentro do processo de produção de hortaliças na Comunidade Nova Esperança, há uma divisão interna de trabalho, divisão essa que ocorre entre homens e mulheres adultos e crianças. Nessa etapa, os homens (adultos) realizam os trabalhos mais pesados, ou seja, os trabalhos que exigem mais esforço físico, trabalho esse que idosos e crianças não podem realizar, como capinar o mato utilizando instrumentos como enxada, terçado, carrinho de mão, entre outros.

Em algumas propriedades de cultivo, observou-se que as crianças têm sua parcela de contribuição na produção agrícola, visto que elas ajudam em pequenos trabalhos como na limpeza do terreno para o plantio, em que elas varrem e formam pilhas de matos, regam os cultivos e possuem trabalho até mesmo na colheita. Pode-se afirmar que esse é o momento em que ocorre a socialização da criança dentro da unidade produtiva familiar.

Essa socialização é característica da unidade de produção camponesa, o que pôde ser identificada dentro da unidade de produção na Comunidade Nova Esperança, pois, durante a pesquisa em campo, observou-se esse processo de socialização no momento em que seria

comercializada uma encomenda de hortaliças, e os filhos, nesse processo, ajudavam seus pais a separar as hortaliças em maços¹.

A socialização do camponês é mais um elemento característico da produção camponesa e que foi identificado na Comunidade, pois os filhos dos responsáveis pelas unidades de produções participam de algumas tarefas que é designada pelo pai, tarefa essa que exige menor esforço físico, como afirma Tavares dos Santos:

A reprodução da força de trabalho familiar efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças. Como a unidade produtiva camponesa condensa um núcleo produtivo, nela não confundir-se também a socialização primária, por meio do qual o indivíduo se converte em membro da sociedade, e a socialização secundária, através da qual o indivíduo adquire conhecimento específico de papéis determinados pela divisão social do trabalho. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.44/45).

As idades iniciais das crianças variam entre dez e quatorze anos de idade, nesse momento essa força de trabalho familiar é essencial, pois o pai já determina o trabalho que os filhos podem realizar, esse aspecto pode ser identificado nas famílias produtoras da Comunidade Nova Esperança.

Não deixando de ressaltar a atividades exercidas pelas mulheres (adultas e jovens), já que elas são responsáveis pelas refeições e cuidados com a casa, mas quando necessário ajudam no processo de capina e limpeza da área do plantio. O papel das mulheres, em sua maioria, foi identificado tanto nos trabalhos domésticos, como na realização das refeições, cuidados com a casa e com os filhos, papel este de fundamental importância.

Em apenas duas unidades de produção foi possível observar mulheres (adultas) cuidando dos cultivos, em que elas próprias plantavam, regavam e colhiam. Já as mulheres (jovens) foram observadas mais no momento em que separavam as hortaliças em maços para comercialização. Porém, esse trabalho agrícola na Comunidade Nova Esperança é realizado em sua maioria pelos homens.

Na fase de limpeza do terreno e colheita, observou-se a prática de contratação de mão de obra temporária, sendo o pagamento realizado por meio de diária que varia entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00 reais, de acordo com o proprietário do terreno e o tamanho da propriedade,

¹ – Como é embalada a hortaliça para que seja comercializada, ou seja, se pega certa quantidade de hortaliça, amarra-se com um fio tipo barbante e assim prepara-se para entrega no momento da negociação, neste caso o maço da cebolinha.

pagamento realizado em dinheiro ao término do dia, o que Tavares dos Santos afirma designa ser o trabalho acessório:

[...] os homens vão trabalhar na própria agricultura, nos parreiras de outros camponeses, ou na colheita de outros produtos nas áreas próximas, quase todas de produção camponesa. Neste caso camponês passa ser assalariado temporário de outro camponês, cuja família não basta para o desempenho das tarefas agrícolas. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p.37).

A presença do trabalho acessório na Comunidade Nova Esperança é mais um elemento que caracteriza a unidade de produção camponesa, porém, no contexto da área de estudo, a produção está sendo praticada em área urbana, com elementos semelhantes da unidade de produção camponesa.

Puderam-se identificar apenas duas famílias que praticavam o trabalho acessório, pois para essas famílias a renda gerada pela produção de hortaliças não era o suficiente para manter a família. Com isso, os produtores ficam sujeitos a realizar trabalho como de ajudante de obras (pedreiro) fora da Comunidade para complementar a renda da família, como argumenta:

Eu e o meu filho quando as coisas apertam, a gente trabalha fora como ajudante de pedreiro, porque temos que manter nossas famílias e também manter nossa produção, pois viver só da produção não dá, e assim a gente vai se mantendo. (Z.C.C. R., 56 anos, produtor).

O trabalho acessório na Comunidade Nova Esperança é identificado em duas das famílias entrevistadas durante a pesquisa. Com isso, o produtor cria mecanismos para manter a família e sua produção, porém a renda principal é proveniente da atividade agrícola.

É importante ressaltar que a realização da limpeza do terreno ocorre no final de cada ciclo de produção, entre trinta e cinco e quarenta e cinco dias ou, quando for necessário, como destaca Amaral, (2014, p.55/56): “Essa limpeza acontece sempre no fim de cada ciclo de produção, e sempre que se julgar necessário”. Após a realização da limpeza do terreno, são

formadas as “leiras” (espécie de canteiro no chão), para que assim se possa plantar, adubar, aguar e, assim, realizar-se a colheita. Ver figura nº 27.



Figura: 27 – Leiras (espécie de canteiro no chão).
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Essas espécies de canteiro no chão, chamadas leiras, são as áreas em que serão plantados os cultivos como a cebolinha, coentro, couve. Após a realização dessa limpeza, iniciam-se os processos de preparação das sementes das hortaliças que serão cultivadas.

O processo de preparação das hortaliças que serão cultivadas é realizado manualmente, utilizando-se instrumentos como enxada, rastelo (ancinho), carrinho de mão, pá, terçado e alguns equipamentos, como luvas, botas, chapéus, entre outros. Instrumentos esses utilizados no processo de plantio. Utilizam-se, também, os instrumentos para a construção e montagem das casas de vegetação, assim como sua manutenção. São instrumentos como martelo, serrotes, trenas, prego, etc. A técnica de irrigação também é

construída pelos produtores agrícolas, utilizando-se canos, torniquetes, serras, mangueiras, entre outros.

A fase inicial do processo de plantio é a fase de adubação, em que é utilizado adubo orgânico (esterco curtido de frango) e o adubo químico (calcário dolomítico) diretamente ao solo. Esse procedimento ocorre antes do cultivo de cada ciclo em toda a área cultivada, sendo esse processo realizado devido à falta de fertilidade do solo arenoso na Comunidade Nova Esperança.

Ao realizar o processo de plantio, inicia-se a fase de aquisição das mudas que varia de acordo com cada cultivo, seja cebolinha, seja coentro, entre outras, as sementes, os fertilizantes utilizados, assim como os agrotóxicos, instrumentos de trabalho, todos são comprados nos comércios especializados localizados nos bairros adjacentes à Comunidade.

Ao se realizarem essas etapas, os produtores fazem o semeio nas áreas de cultivo que foi preparado para o plantio, respeitando-se o critério de cada cultura. Ver figuras n^{os} 28 e 29.



Figura: 28 – Cultivo de cebolinha.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 29 – Cultivo de coentro.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

No que diz respeito à irrigação, ela continua sendo um problema a ser sanado, pois como já foi citado, o abastecimento de água não supre as necessidades de todas as famílias da Comunidade. Com isso, o processo de irrigação não é eficaz. Mas, algumas unidades de produção, as mais estruturadas utilizam o processo de irrigação por gotejamento e as demais unidades de produção utilizam mangueiras para regar os cultivos. Ver figura n^{os} 30 e 31.



Figura: 30 – Sistema de irrigação por aspersão (mangueiras).
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 31 – Sistema de irrigação por gotejamento.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Existem unidades de produção, localizadas às margens do igarapé do Mindu que corta a Comunidade, que desenvolveram um sistema de irrigação tecnicamente mais avançado. Técnica essa utilizada com bomba hidráulica para retirar água da nascente do igarapé, esse sendo o fator que o diferencia da técnica de irrigação por aspersão e da técnica de irrigação por gotejamento. Porém, esse sistema pode comprometer a qualidade do produto, uma vez que a nascente do igarapé do Mindu já está comprometida no que diz respeito à poluição, devido ao lixo despejado e até mesmo o uso dos agrotóxicos utilizados pelos produtores da Comunidade Nova Esperança.

Esse é um fator importante a ser salientado que, como já foi citado anteriormente, é uma das questões e assuntos tratados nas reuniões, a preocupação com o uso do agrotóxicos tanto para qualidade do produto, como em relação à saúde dos produtores. Os produtores reconhecem que esses produtos são proibidos e causam doenças, porém eles não têm assistência técnica presente para que sejam apresentadas alternativas para minimizar o uso dessas substâncias e extingui-las.

Uma das técnicas de produção agrícola a ser utilizada e que é recomendada pelo técnico do IDAM/SEPROR é a técnica hidropônica, que já é utilizada por algumas unidades de produção, pois o investimento é alto para construção da estrutura física e nem todas as famílias produtoras possuem condições financeiras para construir a estrutura necessária e adaptar-se a essa técnica.

A técnica hidropônica é utilizada somente no cultivo de alface, como se observou na Comunidade Nova Esperança, que é uma técnica de cultivo em água, que não precisa ser cultivada em solo e os nutrientes necessários para esse cultivo são colocados na água a fim de que eles alimentem esse cultivo.

Essa técnica é utilizada por algumas famílias dentro da Comunidade Nova Esperança. As famílias que utilizam a hidroponia sentiram-se satisfeitas com essa nova técnica, pois ela diminui o trabalho e qualidade das alfaces é superior quando comparada com a das cultivadas no solo. Ver figuras n^{os} 32, 33, 34 e 35.

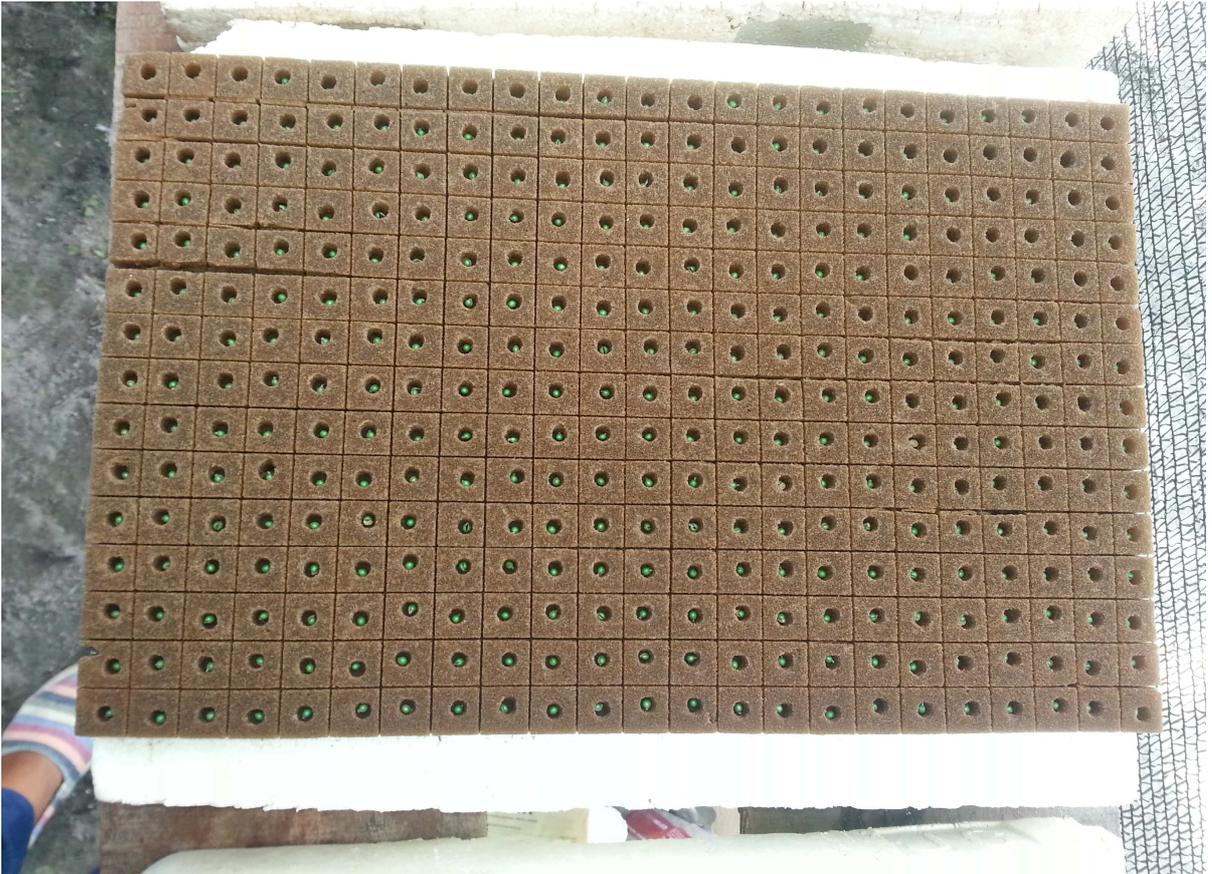


Figura: 32 – Processo de germinação da Alface - técnica hidropônica.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 33 – Processo de crescimento da Alface.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 34 – Processo de crescimento da Alface no tabuleiro – técnica hidropônica.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 35 – Alface no tabuleiro em definitivo pronto para colheita.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

A prática hidropônica, como já foi citada, é executada apenas por algumas famílias, pois o custo é alto e com isso nem todas as famílias possuem condições financeiras para montar a estrutura necessária. Com essa prática, os produtores teriam um produto de qualidade sem precisar de muita mão de obra para realização dessa tarefa, ressaltando também que não há tanto desgaste físico.

Observa-se, assim, que alguns produtores já aderiram uma nova técnica de cultivo na Comunidade Nova Esperança, técnica essa apresentada pelo Técnico do IDAM, e por conhecimento repassados aos produtores por pessoas de fora da Comunidade que já trabalham com essa prática hidropônica, como destaca:

Eu costumo dizer que o produtor ele é um pesquisador, pois nós sempre estamos em busca de uma técnica que diminua nosso esforço e mão de obra utilizada nesta prática. Com a prática hidropônica eu não preciso tá me abaixando até o solo pra cuidar do cultivo, até porque a coluna já não aguenta tanto e também diminui o trabalho que seria realizado mais ou menos por duas pessoas, e quem me falou e me ensinou sobre a técnica foi meu cunhado lá de Tabatinga que já trabalha com isso. (F.L.S., 68 anos, produtor).

Durante todas as etapas do processo de trabalho na Comunidade Nova Esperança até a colheita, pôde-se identificar outro elemento característico da produção camponesa, como a força de trabalho assalariado, uma vez que dos vinte produtores entrevistados, somente quatro produtores possuíam trabalhadores assalariados, em que o contrato é realizado verbalmente, e o pagamento é efetivado semanalmente, como o relato:

Eu tenho cinco trabalhadores comigo, até porque eu não vou mentir, eu sou produtor rural, mas eu tenho duas bancas na Manaus Moderna onde vendo minha produção, então eu preciso de trabalhadores, aí eu pago R\$ 250,00 reais por semana. (M.I. M., 45 anos, produtor).

Assim, configura-se o trabalho assalariado dentro da unidade de produção familiar na Comunidade Nova Esperança, que Oliveira, entende:

Essa contratação em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos em que os membros da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços. (OLIVEIRA, 1996, p.58).

Vale ressaltar aqui a propriedade da terra, essa sendo do próprio trabalhador, propriedade essa particular de cada família, o que se torna diferente da propriedade na agricultura capitalista, em que se subordina o trabalho alheio. Para os produtores da Comunidade Nova Esperança é terra de trabalho, da qual os produtores retiram sustento para manter a família através do trabalho familiar, realizado na terra em que eles são donos, como destaca MARTINS, (1980, p.59/60 apud OLIVEIRA, 1996):

Nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, por que não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganho do seu trabalho, e do trabalho de sua família e não ganho de capital exatamente por que esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1980, p.59/60 apud OLIVEIRA, 1996).

Com isso, verifica-se que, na Comunidade Nova Esperança, os produtores são possuidores dessa propriedade da terra, uma vez que residem e trabalham na terra. A terra é vista para sustento da família na unidade de produção.

Em relação ainda aos elementos que compõem a unidade de produção familiar, foi identificada a propriedade dos meios de produção na unidade de produção na Comunidade Nova Esperança, dos quais os produtores adquirem mercadorias, que não podem ser produzidas pelos produtores, mas compradas no mercado. Na Comunidade Nova Esperança, os produtores não têm nenhum banco que faça financiamentos para eles realizarem essa compra dos meios de produção. Aqui, a renda gerada na terra é revertida para compra de insumos e materiais necessários, assim como mercadorias de necessidades básicas, para manutenção da família e da produção agrícola, como destaca Oliveira:

Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. É com relação ao acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. (OLIVEIRA, 1996, p.63).

Com isso, ratificam-se essas características da unidade camponesa de produção sendo observadas na Comunidade Nova Esperança, pois essa atividade, mesmo sendo praticada em área urbana, possui características semelhantes às unidades de produção camponesa do campo e/ou rural.

A jornada de trabalho dos produtores agrícolas da Comunidade Agrícola Nova Esperança não segue uma rigidez propriamente dita, pois o horário de trabalho varia entre 08:00 à 10:00 horas diariamente, não obedecendo uma regra, variando de acordo com a época do ano, obedecendo ao ciclo da natureza. A respeito da jornada de trabalho na Comunidade, ela também é característica da unidade de produção camponesa, fato esse observado no cotidiano dos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança.

O horário de trabalho dos produtores ocorre entre 07:00 horas da manhã às 11:30, a partir desse horário ocorre um intervalo para o almoço e o descanso. Após esse descanso, os produtores retornam às atividades às 14:00 horas encerrando os trabalhos às 17:00 horas. Isso ocorre diariamente de domingo a domingo nas unidades de produção.

Em algumas ocasiões, os produtores começam os trabalhos às 05:00 horas da manhã, de acordo com a necessidade da família em realizar uma colheita para ser comercializada, porém, ao começarem mais cedo, eles encerram mais cedo suas atividades. Essa é uma característica que os diferencia de trabalhadores assalariados. Vale destacar, nesse contexto, que os produtores da Comunidade Nova Esperança possuem autonomia dentro unidade produtiva na jornada de trabalho, como afirma Oliveira:

A jornada de trabalho é outro elemento componente da produção camponesa. Nesse aspecto, a realidade é toda particular. Não há uma rigidez de horário diário como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. (OLIVEIRA, 1996, p.64).

Com isso, verificaram-se os elementos característicos da unidade de produção camponesa, identificados dentro da unidade de produção familiar na Comunidade Nova Esperança, ratificando-se, assim, a persistência dos produtores agrícolas familiares, mesmo em se tratando da atividade agrícola sendo praticada em área urbana.

Após a descrição do trabalho realizado na unidade produtiva da Comunidade Nova Esperança, esse realizado na terra, terra para trabalho, e, através desse trabalho é gerada uma renda que é revertida para sustentação da família e manutenção dessa produção de hortaliça, é necessário descrever como ocorre à economia dentro da unidade de produção familiar da Comunidade.

A economia dentro da unidade produtiva agrícola é muito particular, pois a diferencia da economia capitalista, já que se baseia na produção de mercadoria para assim garantir renda para aquisição de novas mercadorias, ou seja, segue a lógica M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria).

Nessa Comunidade, foi possível observar essa particularidade na economia interna da unidade produtiva, pois como foi visto a terra é para trabalho, tal trabalho é realizado pela família com intuito de obter renda para assim poder manter a família e a produção. Das vinte unidades produtivas trabalhadas nesta pesquisa, apenas duas unidades não viviam somente da renda gerada pela atividade agrícola na produção de hortaliças, ou seja, duas famílias complementavam sua renda com outra atividade não agrícola. Ver figura nº 36.

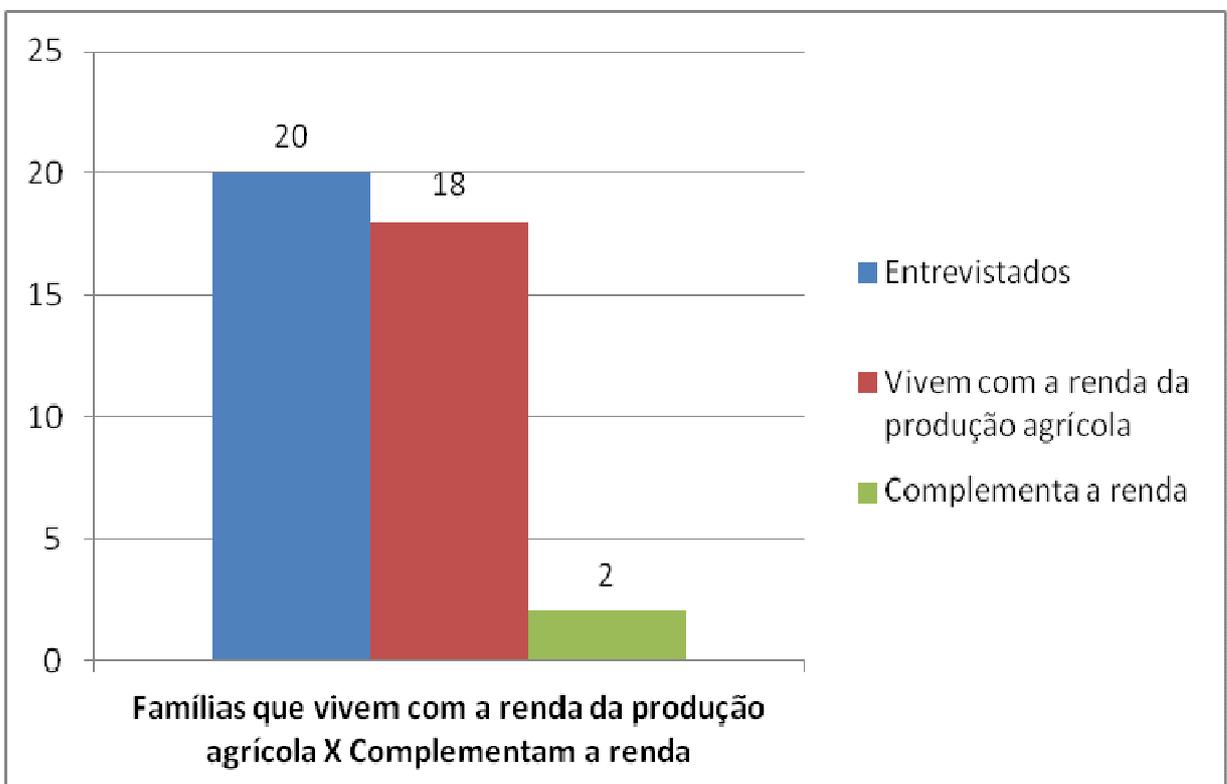


Figura: 36 – Gráfico das famílias que vivem somente da renda da atividade agrícola.
Org.: Nascimento. Jan/2014.

Como mostra o gráfico acima, ratifica-se que a atividade agrícola na Comunidade Nova Esperança é a principal fonte de renda das famílias ali residentes, renda essa gerada pelo trabalho da família.

Da renda gerada, parte é destinada à família e outra parte à manutenção da unidade produtiva de hortaliças. Assim, renda que possui apenas dois destinos, pois durante as entrevistas em campo não foi possível identificar mais de três produtores agrícolas que conseguiram poupar uma renda significativa.

Vê-se, mediante isso, que a economia dentro da unidade de produção na Comunidade Nova Esperança assemelha-se à economia camponesa, uma vez que ela possui uma autonomia na geração de sua renda, como afirma Shanin:

[...] a exploração da familiar, a aldeia e as redes sociais mais extensas de interação e dominação aparecem como unidade básica da vida econômica. A comunidade aldeiana opera em grande medida, como uma sociedade autônoma composta por exploração familiar e prováveis serviços tanto econômica como sociais que as unidades de produção familiar não podem satisfazer. Não, obstante deve recordar do caráter relativo e histórico de tal autonomia. (SHANIN, 1988, p.16).

Dessa forma, evidencia-se a renda, que é gerada pela família dentro da Comunidade Nova Esperança, provém dessa exploração do trabalho familiar na terra e que, por essa forma, essa família possui certa autonomia em sua economia, assim como no seu trabalho. Autonomia essa que a faz detentora e, ao mesmo tempo, administradora da propriedade da terra, dos meios de produção e da renda gerada por essa atividade agrícola.

Durante as pesquisas em campo, não foi possível identificar famílias produtores que tivessem sua renda administrada e gerada por outros agentes, a não ser o próprio chefe da unidade produtiva.

O rendimento gerado com a atividade agrícola na Comunidade varia entre R\$ 1.000,00 à R\$ 2.500,00 reais. Essa renda é gerada mensalmente, salvo dois produtores, os mais prósperos, que conseguem obter uma renda de até R\$ 7.000,00 reais. Destaca-se aqui o rendimento gerado apenas pelos produtores agrícolas, que como já foi citado é a atividade agrícola economicamente mais ativa dentro da Comunidade Nova Esperança.

Dentro dessa economia na unidade de produção, essa unidade possui algumas semelhanças com a economia camponesa, porém no que diz respeito à Comunidade Nova Esperança, ela está localizada em área urbana. Semelhanças essas identificadas na Comunidade como: a organização, as formas de produção, a divisão do trabalho, a socialização, sendo a agricultura ou cultivo o essencial da economia camponesa, o que Shanin considera:

[...] A forma em que os meios de produção revertem-se de geração em geração reflete na organização camponesa social e econômica, a menos, que seja a partir das leis de herança das sociedades industriais... A divisão do trabalho da exploração camponesa está estritamente relacionada com a estrutura familiar e se ajusta de acordo com sexo e idade. (SHANIN, 1988, p.18).

Essas características foram identificadas no contexto da unidade produtiva na Comunidade Nova Esperança. Vale ressaltar que já foi descrito os elementos que caracterizam e compõem a unidade de produção na Comunidade Nova Esperança e, dessa forma, confirma-se como se constitui a economia da Comunidade a partir da atividade agrícola.

O importante é enfatizar que a renda gerada pelo trabalho familiar dos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança é a principal fonte de sustento das famílias que estão nessa atividade há vinte anos.

2.3 Os diferentes usos da terra

Na Comunidade Nova Esperança, no decorrer do processo de formação, há diferentes usos da terra a começar pela divisão entre a parte de “cima” e parte de “baixo” na Comunidade.

Na área, a qual os produtores chamam a parte de “baixo” ou a horta como é conhecida, localizam-se as unidades de produção de hortaliças, locais em que a atividade agrícola é mais ativa, isso podendo ser observado e identificado ao entrar na Comunidade. Ver figuras n^{os} 37 e 38.



Figura: 37 – Cultivos de hortaliças, na parte de baixo da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 38 – Casas de vegetação na parte de baixo na Comunidade Nova Esperança - vista de cima.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Na área em que são realizados os cultivos, onde estão localizadas as unidades de produção, na maioria das vezes, encontram-se as casas dos produtores, pois, dos vinte produtores entrevistados, apenas três não moravam em seu local de produção, mas em outro ramal dentro da Comunidade Nova Esperança, e há dois produtores que moram em outro bairro da cidade de Manaus-AM, mas trabalham diariamente com atividade agrícola na Comunidade, anteriormente citado.

A terra aqui é para trabalho e moradia, é de onde provém a renda para manter a família e dar continuidade na produção agrícola. Cabe destacar que os produtores não possuem titularidade da terra como foi destacado anteriormente. Esse problema se torna uma dificuldade para os produtores, o que dificulta em conseguirem financiamentos bancários para melhorar sua unidade produtiva.

Ao ocuparem essa área, seja por meio da compra ou de doação como ocorreu inicialmente, sendo essa doação para beneficiar famílias de baixa renda que vivia nessa região, deu-se início, assim, à constituição da Comunidade Nova Esperança, que, no decorrer de sua formação, foi revelando-se ideal para realização de atividades agrícolas.

Nesta pesquisa, partiu-se do entendimento de como as diferentes formas de uso da terra subsidiariam na compreensão de tal realidade, especificamente na Comunidade Nova Esperança, com suas atividades tipicamente rurais sendo praticadas em área urbana. Terra aqui sendo entendida como terra para produção de hortaliças e não somente de moradia, ou para especulação imobiliária. É uma terra para trabalho da família, atendendo à demanda do mercado e, assim, suprir e manter as necessidades dessas famílias residentes nessa área. Dessa forma, pode-se considerar que o que ocorre na Comunidade Nova Esperança é uma Agricultura Urbana, uma vez que são produtores agrícolas familiares produzindo hortaliças em área urbana e que assumem uma relação com o mercado da cidade de Manaus-AM, com mais eficácia por estar localizada em área urbana e próxima do centro comercial da zona leste.

Há hoje outra forma de uso da terra na parte de “baixo”, porque a área onde se localiza o Bar do Vascão foi comprada por uma das moradoras da Comunidade a fim de acabar com o barulho que esse bar produzia e o incômodo que esse estabelecimento causava aos moradores da Comunidade. A partir dessa compra, construíram-se apartamentos para aluguéis que geram uma renda para a proprietária. Há também um comércio de pequeno porte como outra forma de uso da terra. Ver figuras n^{os} 39, 40 e 41.

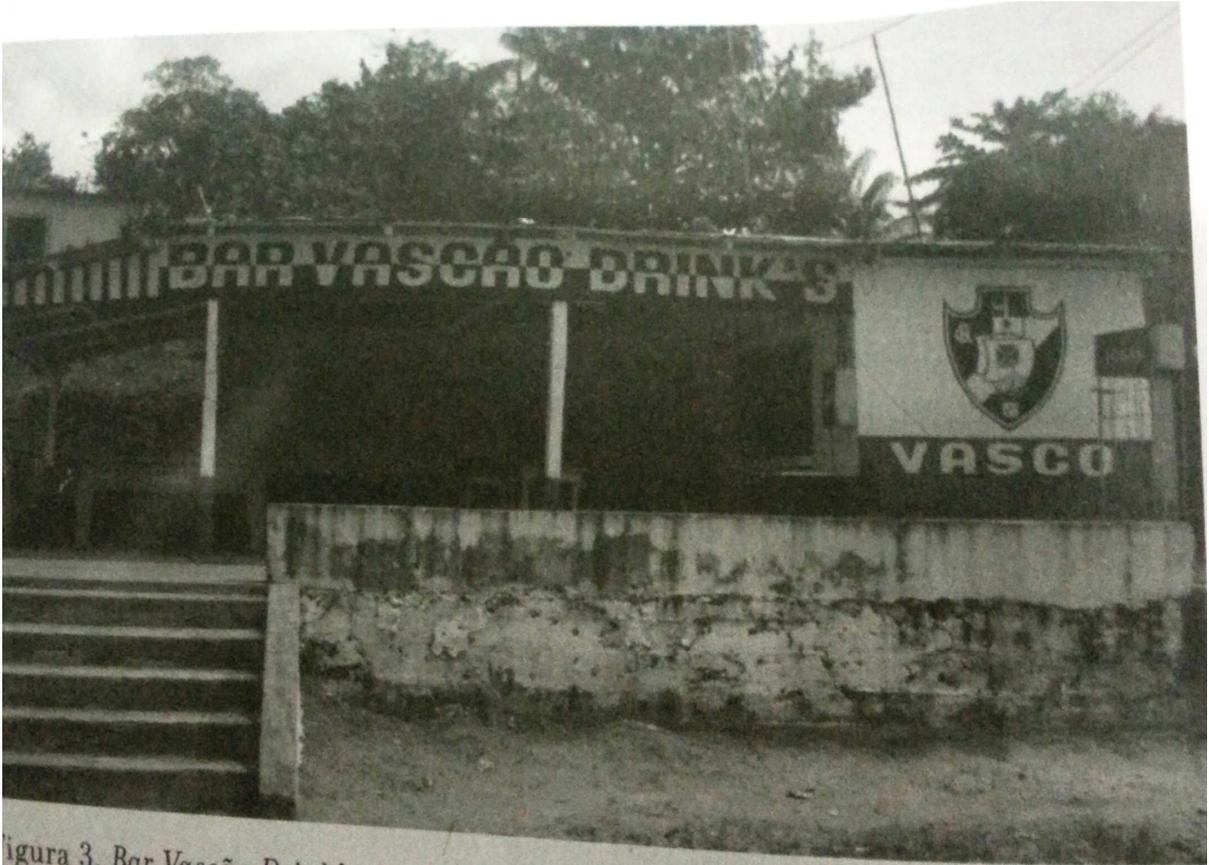


Figura 39 – Bar do Vascão/2009.
Fonte: Amaral, 2013.



Figura 40– Apartamentos pequenos para alugueis, onde antes era o Bar do Vascão.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 41 – Comércio de pequeno porte, Mercearia São Marcos.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Essas são as formas de uso da área localizada na parte de “baixo” da Comunidade Nova Esperança, não deixando de destacar que a produção agrícola é a atividade com maior ênfase na Comunidade, sendo conhecida como horta.

É importante salientar uma atividade que está sendo executada por alguns produtores da Comunidade Nova Esperança, a prática de arrendamento de terras, que seria um aluguel pago ao dono da terra a ser arrendada, podendo ser identificada essa prática com três dos vinte produtores entrevistados, dessa forma Oliveira argumenta:

[...] são camponeses sem-terra ou com pouca terra que arrendam terras para a prática da produção camponesa. Na realidade, são rendeiros e não arrendatários. Pagam, portanto por esse uso, renda, trabalho ou dinheiro. (OLIVEIRA, 1996, p.66).

Esse arrendamento de terras na Comunidade Nova Esperança é realizado entre o dono da terra e o produtor que a arrendará. Esse acordo é realizado verbalmente entre ambos e o

pagamento é feito em espécie. Nessa relação a palavra é o compromisso na prática desse acordo.

O arrendamento seria mais uma forma de uso da terra, pois muitas vezes esse dono da terra não mora mais na Comunidade e usa apenas a terra como uma forma de adquirir uma renda extra, com a prática de arrendamento. Quem arrenda essa terra tem a função de trabalhar nela com todos os custos e ganhos que o trabalho nesse espaço pode proporcionar. É preciso destacar a responsabilidade do produtor que arrendar esta terra ou apenas realizar o pagamento no final de cada mês.

O valor desse arrendamento varia de acordo com o tamanho da propriedade, a média do valor chega de R\$ 300,00 à R\$ 800,00 reais, valor esse pago mensalmente ao dono do terreno. Essa prática de arrendamento apenas foi identificada na parte de “baixo” da Comunidade Nova Esperança, ou seja, nas unidades produtivas de hortaliças, que possuem essa prática como um elemento característico da unidade produtiva, sendo essa em área urbana, o que se assemelha à unidade de produção camponesa.

Na parte de “cima”, ou parte mais elevada da Comunidade, é o lugar em que se muda o aspecto a começar pela paisagem, assim como o uso da mesma. Nessa área, encontraram-se os sítios ou chácaras, assim denominados pelos moradores e proprietários, com função de moradia contínua, ou para finais de semana ou apenas aluguéis para eventos religiosos. Ver figura n^{os} 42, 43 e 44.



Figura: 42 – Sítio “Santa Helena” - parte de cima na Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 43 – Chácara “Ternura da S.S. Trindade” - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 44 – Chácara “São Francisco” - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

A partir das fotos (figuras acima n^{os} 42, 43 e 44), identificam-se as mudanças desde a denominação dada às propriedades, até aos elementos notados visivelmente que mudam quando relacionado com a parte de “baixo” da Comunidade, em que a produção de hortaliças é notavelmente ativa.

As mudanças na paisagem através das formas de uso da terra são identificadas ao primeiro olhar ao entrar na parte de “cima” da Comunidade, pois os sítios ou chácaras possuem carros em suas garagens, limite das propriedades através de muros feitos com tijolos ou arame farpado, casas de alvenaria, piscinas, antenas de TV a cabo, condicionador de ar, elementos característicos do meio urbano. Não é possível identificar tais aspectos com maior facilidade na parte em que se localiza a horta. Ver figuras n^{os} 45 e 46.



Figura: 45 – Casa na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 46 – Casa na parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

É possível identificar os elementos característicos citados e com mais frequência nessa área da Comunidade, pois os moradores dessas propriedades muitas vezes têm seus empregos fora da Comunidade, alguns trabalham na Indústria ou em outro ramo de atividade, porém possuem sua moradia na Comunidade Nova Esperança.

Com isso, revelam-se as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Nova Esperança por meio dessas diversas características existentes em uma área em que a atividade agrícola é mais efetiva.

Ainda na parte de “cima”, evidenciou-se apenas uma moradia em que havia plantação de cana e criação de gado, propriedade essa pertencente ao atual Presidente da Associação da Comunidade. Ver figuras n^{os} 47 e 48.



Figura: 47– Criação de gado - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 48– Plantação de cana - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Na parte de “cima” da Comunidade, notou-se ainda mais uma forma de uso o aluguel de campo para futebol, fugindo da ideia de atividade agrícola, identificou-se também mais uma chácara e um balneário possíveis de serem registrados por foto de propaganda, pois, como foi indicado pelos moradores em campo, seria perigoso prosseguir até ao balneário por motivo de segurança. Ver figuras n^{os} 49,50 e 51.



Figura: 49 – Aluguel do campo de futebol - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 50 – Propaganda do Balneário na Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 51 – “Chácara Vovô Jaime” - parte de cima da Comunidade Nova Esperança.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Foi identificada na parte de “cima” apenas uma família que trabalhava com a atividade agrícola na produção de hortaliças, uma vez que as demais fazem uso da terra de outras formas, como descrita e identificada por registros fotográficos acima.

Pode ser observada também uma diferença socialmente econômica entre as famílias que vivem na parte de “baixo” e de “cima”, pois na parte de “baixo” há famílias de baixa renda que vivem apenas da produção de hortaliças, o que as difere das famílias residente na parte de “cima” da Comunidade. Esse fato foi constatado quanto aos aspectos na paisagem e nas moradias da parte de “cima” quando comparada com as moradias da parte de “baixo”.

Destacaram-se, diante disso, as diferentes formas de uso da terra na Comunidade Nova Esperança, por meio da produção agrícola, da prática de aluguéis de sítios para eventos religiosos, e, ainda, moradia contínua, balneário, aluguel de campo de futebol, tudo isso inserido na Comunidade Nova Esperança.

CAPÍTULO 3 - A COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS NA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA

3.1 Atores sociais envolvidos na comercialização

A hortaliza produzida e cultivada na Comunidade Nova Esperança tem como atores sociais definidos: os produtores agrícolas familiares; atravessadores/intermediários (esses em duas formas); os donos de mercadinhos e o consumidor final. Essa comercialização ocorre desde o cultivo com os produtores agrícolas até o consumidor final. Ver figura nº 52.

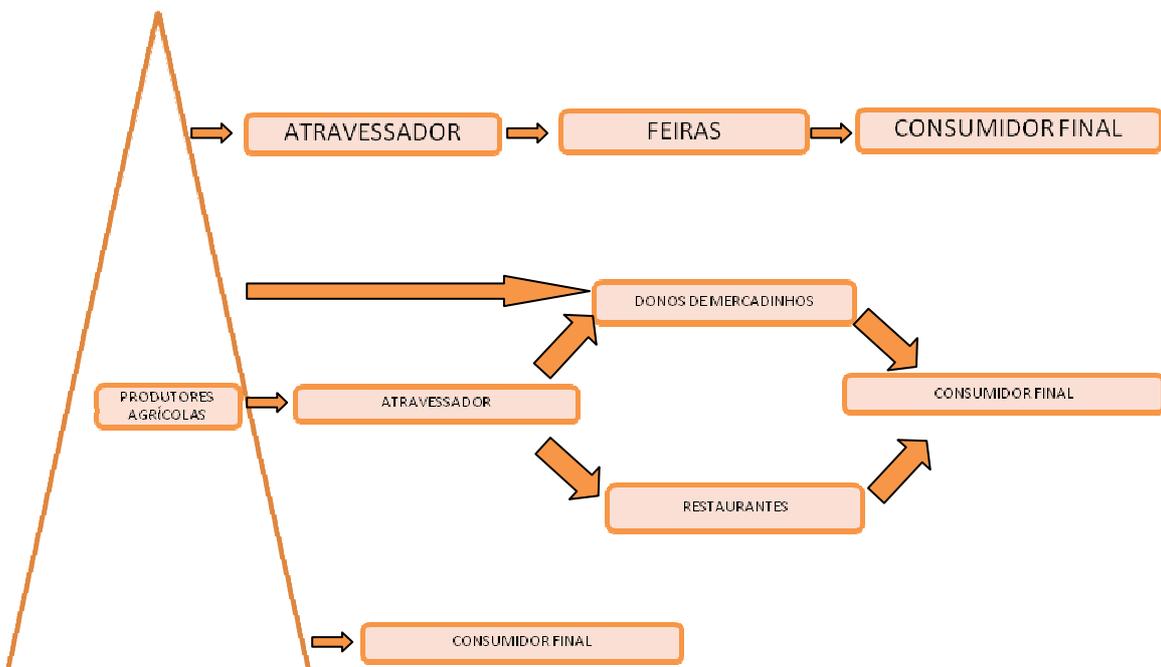


Figura: 52 – Fluxograma Geral dos atores sociais envolvidos na Comercialização de Hortaliças da Comunidade Nova Esperança.
Org. Nascimento. Jan/2014.

Os produtores agrícolas têm, por sua vez, o papel de produzir mercadorias, nesse caso a produção de hortaliças para pôr no mercado. Eles têm o papel fundamental nessa comercialização, pois os próprios são responsáveis pelo processo de cultivo até a colheita. Em algumas ocasiões, é responsável por realizar a comercialização fora da Comunidade.

Enfatiza-se que esses produtores agrícolas resolveram cultivar hortaliças devido ao ciclo curto e contínuo dessa cultura, a qual traria um retorno financeiro mais rápido para eles.

Com isso, esses produtores agrícolas não encontraram dificuldade em cultivar hortaliças, mesmo estando em área urbana, pois como já foi destacada no capítulo 1, a maioria destas famílias produtoras da Comunidade Novas Esperanças já praticavam a atividade agrícola em seus locais de origem, o que prevalece sua responsabilidade dentro da rede de comercialização de hortaliças provenientes da produção que é gerada pela Comunidade.

Não muito diferente da produção agrícola praticada em área rural, a produção agrícola executada em área urbana possui um ator social em comum, o atravessador, o qual é responsável em realizar a comercialização da produção de hortaliça gerada pelos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança até chegar ao consumidor final.

A grande diferença entre o atravessador no campo amazônico e o atravessador na cidade é que no campo amazônico o atravessador não tem a possibilidade de estar todos os dias nos centros de distribuição para comercializar mercadorias compradas dos produtores-ribeirinhos. Já o atravessador na cidade possui uma maior flexibilidade por estar próximo dos centros de distribuição, realizando, portanto, a comercialização com facilidade, não perdendo tempo e nem muito dinheiro com a logística, fator esse que o diferencia do atravessador no campo, como relata o Sr. G.F.S., 32 anos, produtor:

No campo o atravessador passa duas vezes pra comprar nossa produção, aqui é diferente se a gente tiver produto, todo dia o atravessador compra e aqui a gente não tem dificuldade de vender, eu vendo uma parte pra atravessador e outra vou vender na feira do produtor. (Sr. G.F.S., 32 anos, produtor).

Dessa forma, entende-se qual a diferença entre o atravessador no rural e o atravessador no urbano no contexto da Comunidade Nova Esperança. Esse seria um dos motivos que levaram as famílias a migrarem do rural para o urbano, como forma de minimizar os gastos no processo de circulação de seus produtos, como destaca Amaral:

Ao contrário, os produtores podem praticar preços competitivos em relação aos produtores que vêm de fora da cidade, sem gastos, pois são os próprios atravessadores que se dirigem a Comunidade Nova Esperança para comprar as hortaliças. Essa particularidade foi, provavelmente, a grande responsável por tornar a localidade atraente às famílias para lá se deslocarem. (AMARAL, 2014, p.62).

Diante desses fatos, o papel do atravessador atualmente na Comunidade Nova Esperança é fundamental para os produtores agrícolas na comercialização da produção gerada por esses atores sociais, haja vista que, dos vinte (20) entrevistados, apenas três (3) saíam para comercializar sua produção, pois nem todos os produtores agrícolas possuem a facilidade de transportar seus produtos até as feiras e isso que também geraria custos no trajeto. Ver figura nº 53.

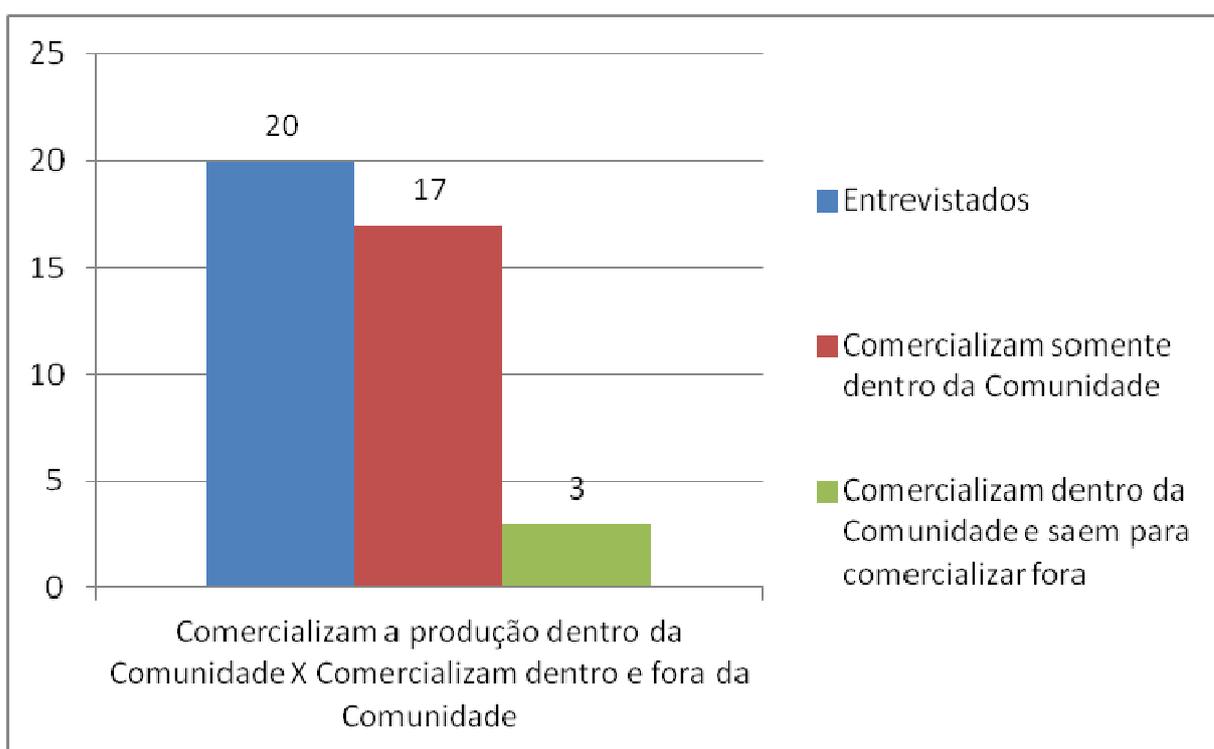


Figura: 53 – Gráfico dos produtores que comercializam sua produção dentro e fora da Comunidade Nova Esperança.

Org. Nascimento. Jan/2014.

Identificaram-se ainda dois tipos de atravessadores: o atravessador que comercializa diretamente com as feiras de Manaus (grandes, médias e pequenas) e o atravessador que comercializa com mercadinhos e restaurantes. Esses dois tipos de atravessadores possuem a mesma função dentro do processo de comercialização, a de realizar a circulação de mercadorias.

O atravessador que mantém o comércio diretamente com as feiras é o responsável de ir à Comunidade nas unidades de produção, realizar a compra da produção e comercializar nas feiras, muitas vezes nas feiras adjacentes à Comunidade Nova Esperança, como: Feira do

Produtor; Feira do Mutirão, Feira da Cidade de Deus; Feira do Jorge Teixeira; Feira do São José, entre outras. Ver figura nº 54. Vale ressaltar a Feira da Manaus Moderna que se encontra localizada na zona Sul da cidade de Manaus, mas que faz parte do processo de circulação de mercadorias provenientes da produção agrícola familiar, neste contexto comercializando também a hortaliça produzida pela Comunidade Nova Esperança.

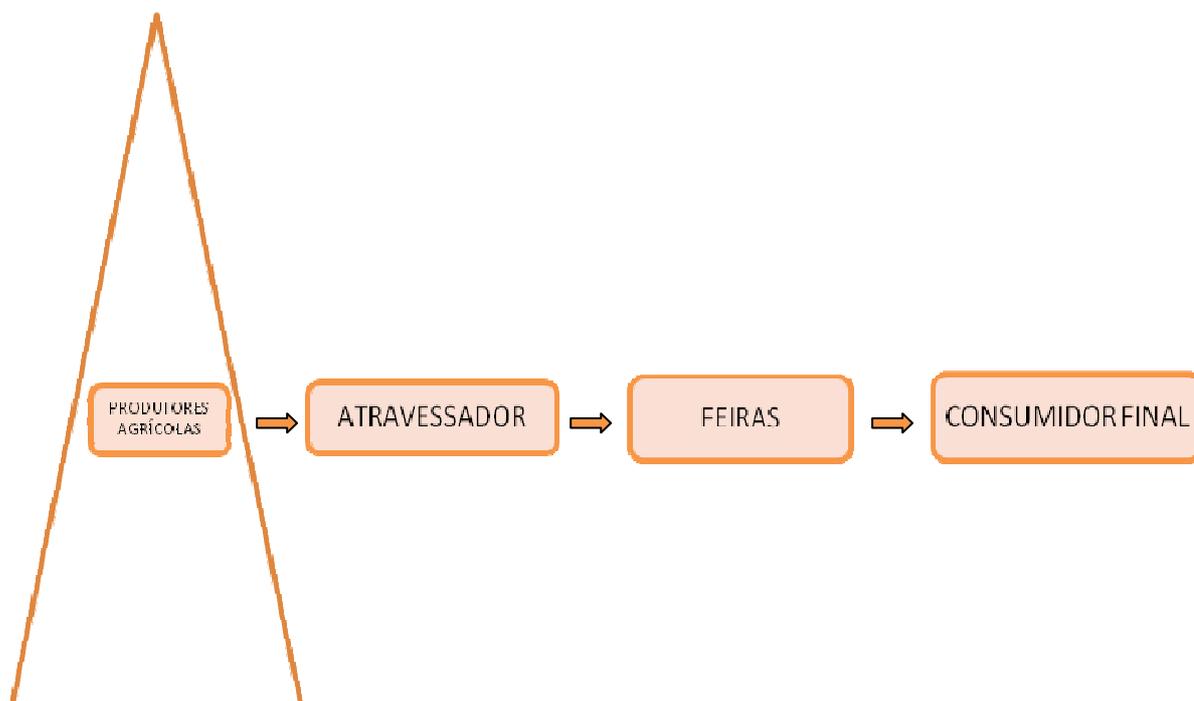


Figura: 54 – Fluxograma do atravessador que comercializa com as feiras de Manaus-AM. Org. Nascimento. Jan/2013.

Ao entrevistar um desses atravessadores, ele apresentou a seguinte opinião:

Eu compro aqui há três anos e vendo nas feiras daqui de perto, do João Paulo, Jorge Teixeira, do Produtor, Cidade de Deus, por exemplo, compro cebolinha aqui entre R\$ 1,00 à 2,00 reais o maço, dependendo do preço aí eu revendo nas feiras entres R\$ 1,50 à R\$ 2,50 o maço, depende muito do preço aqui na horta, porque eu tenho gasto de vim aqui comprar e levar pras feiras, então eu ponho um valor acima, compro todo dia durante a semana, e vivo só dessa renda, esse é o meio da gente trabalhar e ganhar um dinheiro. (Sr. E.S., 35 anos, atravessador).

Assim, observa-se o papel do atravessador que comercializa diretamente com as feiras, e que, através dessa rede de comercialização de hortaliças na Comunidade Nova Esperança, esse atravessador encontrou uma oportunidade de geração de renda para sua família, que é a

renda principal da sua família. Desse modo não somente o produtor agrícola familiar encontrou um meio de sobrevivência, como também o atravessador possui essa oportunidade a partir da produção gerada pela Comunidade. Com o passar do tempo nessa atividade, o atravessador passa a ter nas feiras o que ele chama de clientes “fiéis” ou os “patrões”, com quem eles comercializam a mercadoria comprada na Comunidade, não encontrando dessa forma dificuldade nesse processo de circulação de produtos.

Existe também o atravessador que mantém o contato comercial diretamente com os mercadinhos e restaurantes, ele também é responsável por ir até a Comunidade e realizar a compra das hortaliças, compra esta realizada diariamente, sendo necessário apenas os produtores terem os produtos disponíveis. Ver figura nº 55.

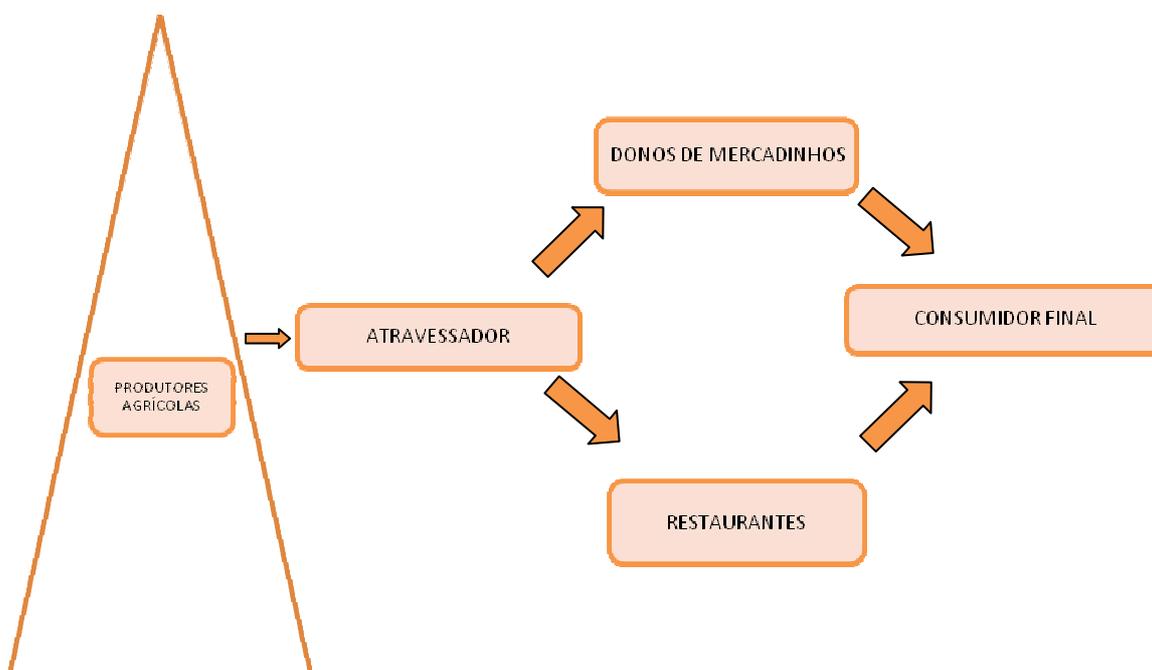


Figura: 55 – Fluxograma do atravessador que comercializa com os donos de mercadinhos e restaurantes. Org. Nascimento. Jan/2014.

Durante a pesquisa em campo, observaram-se os atravessadores indo até as unidades de produção em que havia produtos a serem oferecidos pelos produtores para realizarem as compras de hortaliças, como foi o caso do Sr. G.F.S., atravessador:

Se todo dia tiver produto eu compro pra vender em mercadinho e alguns restaurantes, já trabalho com isso há seis anos, e não tenho dificuldade na venda, não tenho um produtor fixo que eu compro de quem tiver o produto, e vivo somente com dinheiro do que vendo as hortaliças. (Sr. G.F.S., atravessador).

Dessa forma, verifica-se como esse ator social, o atravessador, ocupa um lugar na dinâmica comercial da produção da Comunidade Nova Esperança, destacando-se que ele preenche esse espaço no contexto da área de estudo, uma vez que a mencionada Comunidade não tem incentivos para realizar a circulação de sua produção.

Existem também como ator social os donos de mercadinho que vão até a Comunidade comprar as hortaliças para vender em seu comércio para o consumidor final. Esses novos agentes não compram em grandes quantidades, mas realizam as compras de duas a três vezes durante a semana.

Entrevistou-se um desses comerciantes o Sr. P. B., que já é comprador há quatro anos e que vende no seu comércio como o mesmo relata:

Eu compro aqui e revendo no meu comércio, não compro em grande quantidade, e o bom daqui é que a alface é fresquinha e com qualidade, compro aqui duas vezes, e às vezes três vezes na semana, dependendo do movimento lá. (Sr. P. B., comerciante).

Evidencia-se, assim, mais um ator social que está incluso no processo de comercialização e que é peça importante nessa dinâmica comercial da produção gerada pela Comunidade Nova Esperança. Ele também é, por meio de sua função, uma forma para que a hortaliça cultivada pelos produtores agrícolas familiares chegue até o consumidor final. Convém dizer que, muitas vezes, o consumidor final não tem o conhecimento de onde vem a hortaliça que frequentemente leva à mesa em suas refeições diárias.

Há, ainda, o bacieiro², que é o vendedor ambulante que comercializa a hortaliça no próprio bairro ou em bairros adjacentes, venda essa realizada de porta a porta diretamente para o consumidor final. O bacieiro não compra em grande quantidade, mas realiza compras diariamente na Comunidade, não deixando assim de ser um ator social nessa rede de comercialização. O bacieiro não foi um ator social visto constantemente durante a pesquisa em campo, porém ainda é ativo nessa rede de comercialização, sendo sua função de fundamental importância, pois ele também é responsável em realizar a compra da hortaliça na

² Espécie de vendedor ambulante, que comercializa seus produtos em uma bacia levada em sua cabeça, venda essa realizada porta a porta.

Comunidade Nova Esperança, fazendo essa produção circular mesmo que seja em pequena quantidade.

O preço da hortaliça comercializada com o baciairo varia entre R\$ 1,00 a R\$ 2,00 reais, chegando ao consumidor final pela quantia variando entre R\$ 1,50 a R\$ 2,50, mesmo preço quando comparado com o preço comercializado com o atravessador. Porém, esse baciairo para vender sua mercadoria precisa realizar seu trabalho no próprio bairro ou nos bairros próximos, isso sendo realizado com caminhadas, ou seja, a venda ambulante.

Os próprios produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança reconhecem o papel desse ator social na rede de comercialização. Tais produtores não deixam de realizar essa relação comercial com os baciairos ainda que esses comprem em pequena quantidade. O importante para os produtores da Comunidade é vender seus produtos, para quem chegar atrás das hortaliças produzidas nessa área.

Por fim, há o consumidor final que muitas vez dirige-se à Comunidade Nova Esperança para realizar a compra de hortaliças, como destaca alguns produtores o Sra. R.V.S e Sr. E.M.R.:

Vem consumidor final também e a gente vende, não é muito, mas a gente vende.
(Sra. R.V.S, produtora).

A gente vende de vez em quando, na verdade a gente vende pra quem aparecer, se a gente tiver o produto. (Sr. E.M.R, produtor).

O consumidor final realiza esse compra na Comunidade Nova Esperança, porém isso não ocorre constantemente, pois ele muitas vezes realiza a compra de hortaliças uma vez por semana, acontecendo essa compra de acordo com a necessidade de consumo da família. Percebe-se, conseqüentemente, a importância do consumidor final, pois se não houvesse o mercado consumidor por parte dele, não haveria necessidade de se produzir hortaliças.

Em se tratando de hortaliças, esse produto ganha destaque uma vez que o peixe faz parte da culinária amazonense e que, devido a isso, o mercado consumidor de hortaliças tem grande quantidade de apreciadores, pois, no preparo e quando servida a refeição, é utilizado o cheiro-verde, que é a combinação de cebolinha, coentro e chicória. Com isso, a atividade

agrícola praticada na Comunidade Nova Esperança mantém-se a partir desse mercado consumidor.

Mediante esses aspectos, apresentaram-se os atores sociais envolvidos e suas respectivas funções dentro da rede de comercialização da produção de hortaliças gerada pela Comunidade Nova Esperança que já persiste no meio urbano há vinte anos. Esses atores sociais têm o seu papel de fundamental importância para que a produção de hortaliças tenha a sua circulação de forma efetiva.

3.2 As formas de escoamento e o destino da produção

As formas de escoamento da produção gerada na Comunidade Nova Esperança ocorrem pelos ramais que dão acesso a todas as casas de vegetação de cultivos existentes na Comunidade. Esse escoamento é realizado por meio de carro, motocicletas, bicicleta, carrinhos de mão e os chamados bacieiros (vendedores ambulantes que vendem no próprio bairro e/ou bairros adjacentes, em bacias). Ver figura n^{os} 56 e 57.



Figura: 56 – Escoamento de hortaliças em motocicleta e carrinho de mão.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 57 – Alface sendo transportada em bicicleta.
Foto: Nascimento. Dez/2012.

A comercialização é efetuada na própria Comunidade, sendo a colheita realizada na hora em que o comprador chega para negociar a produção, obtendo, dessa forma, hortaliças frescas, como relata o Sr. P. B. B., 41 anos, comprador de alface há três anos:

Eu compro aqui, porque a hortaliça é fresquinha e com qualidade para revender no meu comércio e o preço é bom, é colhida na hora que eu chego pra comprar, e eu só compro do E.A.L. (produtor). (Sr. P. B. B., 41 anos, comprador).

Ao serem questionados se havia exclusividade na venda, todos os produtores responderam que não, porém cinco dos entrevistados tinham clientes “fixo” em contrato verbal, no qual, quando o comprador precisasse de hortaliças o produtor agrícola com o qual mantém o contrato verbal, este deveria ter essa mercadoria para lhe oferecer, como mostra o relato acima do Sr. P. B. B. que é comprador de alface há três anos de um produtor.

Vale ressaltar que esses produtores que mantêm contrato com comprador “fixo”, quando os produtores precisam de um empréstimo em dinheiro para compras de insumos e equipamentos, os compradores realizam esse empréstimos, que é pago em mercadorias futuras.

Essa é uma prática de dependência entre produtor e comprador, pois nesse contrato verbal há essa necessidade de ambas as partes complementarem-se entre si, já que o produtor, em meio a algumas dificuldades financeiras, tem como buscar recursos com esses tais clientes “fixos” e, futuramente, sua produção ser destinada a esse comprador. Esses produtores já mantêm essa prática junto a esses compradores há no mínimo dois anos.

A venda de hortaliças é realizada diretamente para compradores, sejam eles: atravessadores, feirantes das grandes, médias e pequenas feiras da Cidade de Manaus-AM, mercadinhos nos bairros adjacentes ou para o consumidor final que vão até a Comunidade Nova Esperança em busca desse produto que é a hortaliça. Nesse momento, a hortaliça é embalada em maços para que assim seja comercializada e entregue ao comprador. Ver figura nº 58, 59 e 60.



Figura: 58 – Alface embalada em maço para comercialização.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 59 – Cebolinha embalada em maço para comercialização.
Foto: Nascimento. Dez/2013.



Figura: 60 – Coentro embalado em maço para comercialização.
Foto: Nascimento. Dez/2013.

Com as entrevistas realizadas com vinte responsáveis por casas de vegetação de cultivos de hortaliças, somente três dos entrevistados saíam para vender sua mercadoria, além de vender na sua própria propriedade, e os demais realizam somente sua venda na Comunidade, como os relatos Sr. W.P.A, 36 anos, e do Sr. M.I.M., 45 anos, produtores:

Eu saio pra vender nas feiras aqui de perto, nesse carro quase parando, para vender minha produção para aumentar minha renda, e vendo também aqui no terreno para quem chegar e eu tiver mercadoria pra vender e o pagamento é na hora. (Sr. W.P.A.).

Eu vendo aqui e na Manaus Moderna, que eu tenho duas bancas lá, mas na Manaus Moderna eu coloco um preço acima, porque eu tenho custo de gasolina no transporte. (Sr. M.I.M).

Dessa forma, verifica-se a importância da prática agrícola em área urbana, uma vez que os produtores não precisam deslocar-se para comercializar suas mercadorias, não tendo a partir disso custo de transportes, o que os distingue da agricultura praticada em zonas rurais onde há gastos com a logística, até chegar aos centros de distribuições. Nessa rede de comercialização, o atravessador, feirante e comprador final passam a comprar diretamente na Comunidade.

Para os produtores entrevistados, a figura do atravessador é importante, pois ele é o responsável em fazer as suas produções circular, visto que muitos dos produtores entrevistados não possuem condução própria e condição financeira para comercializar seu produto fora da comunidade, como relata o Sr, W.P.A, 36 anos, produtor:

É importante o atravessador porque ele vem aqui compra a nossa produção e paga na hora, e a gente colhe na hora, basta ele pedir a quantidade e a gente ter na hora, o que era diferente quando a gente trabalhava no interior. (Sr, W.P.A).

Verifica-se a importância desse ator social para os produtores agrícolas da Comunidade, porém eles relatam que, se tivessem um apoio do Governo (Estado), o atravessador seria desnecessário para fazer essa produção circular. No entanto, no contexto atual da Comunidade, o atravessador é uma peça fundamental na rede de comercialização. Para os produtores era necessário que o Estado, por meio do órgão responsável

IDAM/SEPROR, criasse alternativas para que esses produtores tivessem mais facilidade em realizar a comercialização da sua produção, assim, eliminar-se-ia a figura do atravessador, porém não é o que ocorre e, nesse contexto, o atravessador assume esse papel de fundamental importância dentro da rede de comercialização.

As necessidades mais frequentes apontadas pelos produtores para melhoria na questão de circulação da produção seria uma feira de exposição na Comunidade Nova Esperança ou fora da mesma, para realizar a comercialização da produção e, até mesmo, o apoio do poder público para melhorar o escoamento da produção, como relata o Sr. W.P.A, 36 anos, produtor:

Deveria ter uma feirinha aqui na Comunidade pra gente vender nossa produção, ou um caminhão que viesse pegar nossa mercadoria pra ajudar nossa venda, ou tem tipo uma cooperativa pra fazer essa venda, o asfalto poderia ser melhor para os carros, e motos pudesse andar melhor. (Sr. W.P.A.).

Outro auxílio que eles relatam que melhoraria a circulação de mercadoria, seria a criação de uma cooperativa da Comunidade para realizar essa venda mais eficaz da produção gerada na Comunidade, como destaca o Sr. A.P.S., 42 anos, produtor:

Tinha que ter uma cooperativa para vender nossa produção, que assim a gente ganhava um pouco mais, pra gente poder comprar o que falta pra gente, porque a Associação só serve pra quando a gente for se aposentar. (Sr. A.P.S.).

Com as entrevistas realizadas em campo junto aos produtores agrícolas, eles se mostraram insatisfeitos com a atual Gestão da Associação da Comunidade, uma vez que os produtores não têm incentivos e não veem melhoria alguma para Comunidade e seus produtores, a não ser a emissão de declaração de produtor rural para que eles se aposentem, como relata a Sra. R.V.S., produtora:

Sou associada da Associação, mas ela não contribui em nada, a vantagem é só pra se aposentar mesmo, porque quando a gente precisa de alguma coisa pra produção não serve pra nada e a gente nem participa das reuniões porque é somente briga na reunião. (Sra. R.V.S.).

Dá os motivos dos quais os produtores agrícolas possuem a necessidade da criação de uma cooperativa dentro da Comunidade Nova Esperança, uma vez que a Associação da Comunidade não os representa de forma mais ativa perante os órgãos responsáveis, não apresentando alternativas e, até mesmo, expectativas de melhorias no que diz respeito à comercialização da produção de hortaliças.

A partir dos dados coletados, verificou-se ainda que não há uma variação significativa nos preços das hortaliças entre uma unidade de produção e outra. As variações que ocorrem é no período da enchente/cheia Amazônica de abril a julho, em que os produtores ribeirinhos, principalmente dos Municípios próximos à capital amazonense, ficam impossibilitados de realizar o plantio.

A produção de hortaliça na Comunidade Nova Esperança sofre essas alterações no seu preço nesse período devido às consequências da enchente/cheia, pois os produtores dos Municípios de Careiro, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão, esses sendo municípios próximos à capital amazonense que abastecem o mercado consumidor de Manaus-AM com sua produção, não podem realizar seus plantios, uma vez que suas áreas de cultivo encontram-se alagadas.

Conseqüentemente, diminui-se a produção de hortaliças ou como ocorre, em muitos casos, os produtores não realizam ou perdem seu plantio. Diante desse contexto, há a dificuldade de suprir a demanda dos consumidores da Cidade de Manaus-AM. É nesse momento que há alta no preço das hortaliças na Comunidade Nova Esperança. Ver figura nº 61.

Produtos	JAN	FEV	MAR	ABRI	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Alface (<i>Lactuca</i>)	R\$ 1,00 à R\$ 1,50	R\$ 1,00 à R\$ 1,20	R\$ 1,00 à R\$ 1,20	R\$ 1,00 à R\$ 1,50	R\$ 1,00 à R\$ 1,50	R\$ 1,70 à R\$ 1,80	R\$ 1,70 à R\$ 1,80	R\$ 1,80 à R\$ 2,00	R\$ 1,70 à R\$ 1,80			
Cebolinha (<i>Allium fistulosum</i>)	R\$ 1,00 à R\$ 1,50	R\$ 2,00	R\$ 1,00 à R\$ 1,50									
Coentro (cheiro-verde) (<i>Micropogonias furnieri</i>)	R\$ 2,00 à R\$ 2,50	R\$ 2,00 à R\$ 3,00										

Figura: 61– Tabela de produto X preço anual na Comunidade Nova Esperança.
Org. Nascimento. Jan/2014.

Evidenciou-se que 30% do que é consumido de hortaliça pela população da Cidade de Manaus provém da Comunidade Nova Esperança, ou seja, é significativa a produção gerada e o destino dela, como relatou A. A.P., presidente na atual Gestão da Associação:

Atualmente, aproximadamente 30% das hortaliças consumidas em Manaus, vem daqui da Comunidade Nova Esperança, o que é significativo pra população da cidade de Manaus-AM. (Sr. A.A.P).

A partir disso, observaram-se as formas de escoamento e o destino da produção de hortaliça da Comunidade Nova Esperança, produção essa que tem como principais destinos as grandes, médias e pequenas feiras, mercadinhos de pequeno porte da Cidade de Manaus-AM. No contexto atual da Comunidade, destacam-se algumas feiras como: Feira do Produtor; Feira da Manaus Moderna; Feira do Mutirão; Feira do Coroado; Feira do São José; Feira da Cidade de Deus; Feira do Jorge Teixeira. Vê-se, portanto, que é a partir das formas de escoamento e o destino que a hortaliça chega à mesa de uma parcela da população Manauara.

3.3 A vinculação com o mercado de Manaus

A Comunidade Nova Esperança localiza-se no bairro Jorge Teixeira, zona Leste da cidade de Manaus. Em vista disso, há a proximidade com o centro de distribuição nesse contexto tendo como principais centros o da zona Leste e o da zona Norte, pois o destino com os quais a produção de hortaliça é comercializada é justamente as principais feiras da zona Leste e Norte da cidade, sendo elas: Feira do Produtor; Feira do Mutirão; Feira do Coroado; Feira do São José; Feira do Jorge Teixeira; Feira da Manaus Moderna, sendo a feira da Manaus Moderna a única localizada na zona Sul.

Por estarem localizados na zona Leste da cidade de Manaus-AM, os produtores de hortaliças da Comunidade Nova Esperança não encontraram dificuldade em comercializar sua produção, visto que são os próprios compradores, sejam eles atravessadores/intermediários, feirantes, donos de mercadinhos, ou consumidor final, que vão até a Comunidade realizar a compra dessas hortaliças, e que, após essa compra, as colocam no mercado para que sejam

comercializadas. Dessa forma, os produtores agrícolas mantêm essa vinculação com o comércio de Manaus-AM.

É importante salientar que na Comunidade Nova Esperança o foco de produção é o cultivo de hortaliças, pois é cultura de período curto e contínuo, esse fato contribui para um retorno financeiro mais rápido para família produtora da Comunidade. Ver figura nº 62.

Produtos	Ciclo
Alface (<i>Lactuca</i>)	30 a 40 dias
Cebolinha (<i>Allium fistulosum</i>)	3 a 4 meses
Coentro (cheiro-verde) (<i>Micropogonias furnieri</i>)	30 a 35 dias

Figura: 62 – Tabela de cultivo da Comunidade Nova Esperança – dados dos produtores agrícolas. Org. Nascimento. Jan/2014.

Com a tabela acima, afirma-se quais os produtos e o período de cada cultura de hortaliça que chegam ao comércio de Manaus-AM, provenientes da atividade agrícola praticada na Comunidade Nova Esperança.

Com os relatos de produtores e atravessadores, identificam-se quais as feiras que comercializam as hortaliças produzidas pelos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança, ratificando a facilidade que os produtores possuem em sua comercialização, pelo fato da Comunidade estar localizada em área urbana, o que facilita a circulação de mercadoria, uma vez que se encontra próxima dos centros de distribuições.

Para os produtores, essa proximidade é o motivo mais importante dentro dessa vinculação com o mercado de Manaus, pois torna acessível à circulação da produção gerada por eles, já que eles não gastam com logística e, como já foi descrito, na maioria das vezes, o próprio atravessador diariamente vai até a Comunidade comprar as hortaliças.

Como pôde ser observado, durante as pesquisas em campo, os atravessadores realizam essa circulação que atinge até a zona central da cidade de Manaus-AM. Ver figura nº 63.

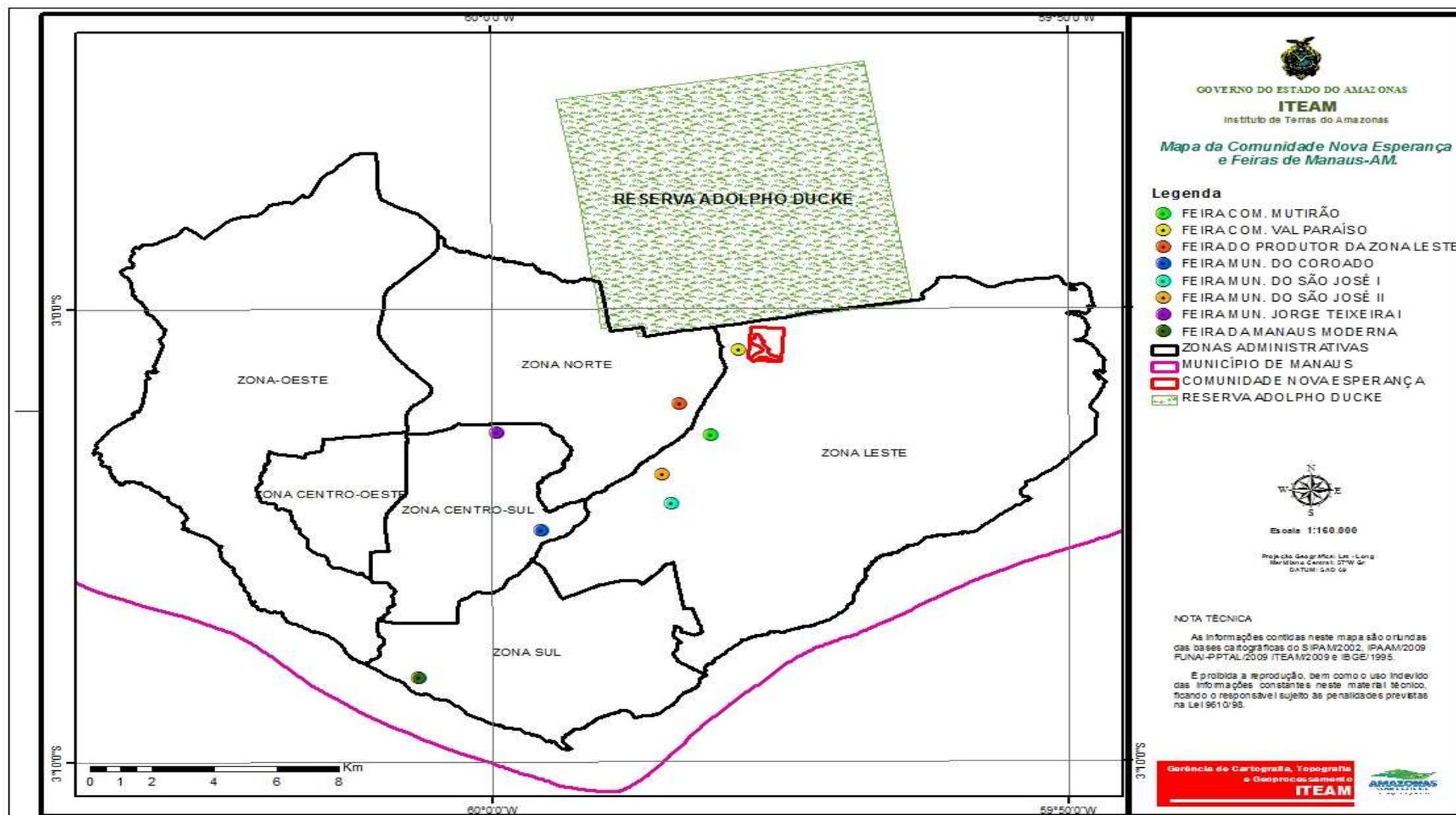


Figura: 63 – Mapa da Comunidade Nova Esperança e feiras onde as hortaliças são comercializadas.

Base: Cartografia ITEAM/SPF

Elaboração e Organização: Nascimento. Jan/2014.

No mapa acima (figura nº 63), é possível observar o destino da produção que é gerada na Comunidade e quais as feiras que comercializam as hortaliças, pois o fator determinante, como já foi dito anteriormente, é o fato de estar próximo aos centros de distribuições, devido a isso, há a facilidade de ser comercializada em várias feiras da cidade de Manaus-AM.

Essa comercialização, como já foi destacada, é realizada pelos atores sociais envolvidos na dinâmica comercial das hortaliças da Comunidade Nova Esperança, na maioria das vezes realizada pelos atravessadores até as feiras apresentadas acima, chegando ao consumidor final.

No mapa, é possível visualizar também a localização das feiras que comercializam a hortaliça que é produzida pela Comunidade Nova Esperança. É possível destacar que cada feira, na qual é comercializada essa hortaliça, possui o seu mercado consumidor, ou seja, cada feira é responsável por atender os bairros mais próximos à feira e, assim, atende-se a esses 30% de hortaliça consumidos pela população de Manaus-AM. Ver figura nº 64.

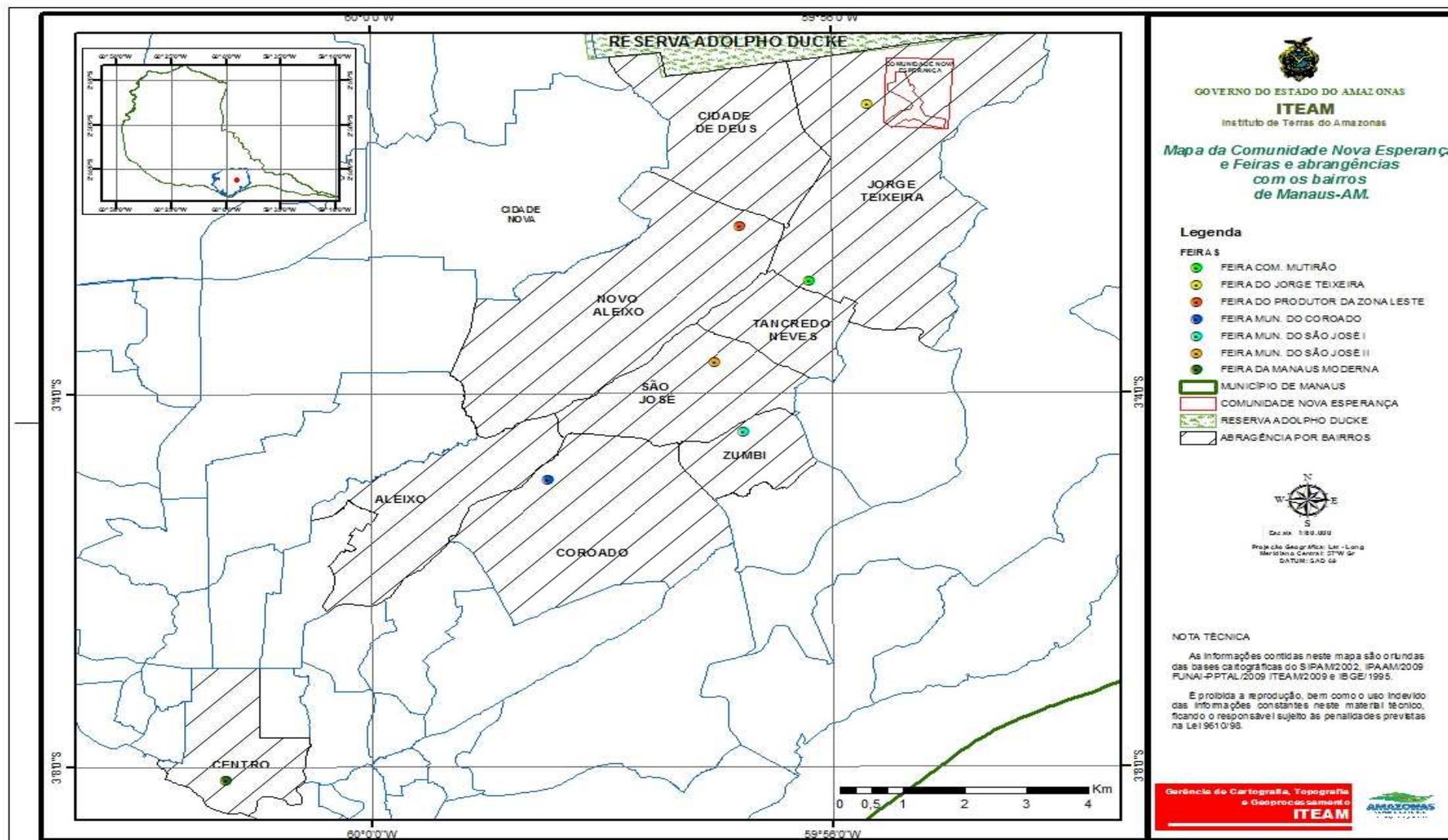


Figura 64 – Mapa da Comunidade Nova Esperança e feiras abrangências com os bairros de Manaus-AM.

Base: Cartografia ITEAM/SPF

Elaboração e Org.: Nascimento. Jan/2014

Ratifica-se a importância dessa atividade agrícola no contexto de desenvolvimento econômico de uma atividade. Com isso, a Comunidade Nova Esperança ganha destaque para que essa atividade persista por muitos anos na cidade de Manaus-AM, pois, através do trabalho familiar dessas famílias, supre-se a demanda do mercado consumidor de hortaliças.

Os produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança possuem algumas necessidades no que diz respeito à melhoria na circulação de mercadorias, pois para eles o atravessador atualmente é figura fundamental nessa dinâmica comercial, porque a Comunidade não possui incentivos para que os produtores realizem essa distribuição de mercadoria mais eficaz e rentável. Mas, se esses produtores tivessem meio de transporte para locomoção, a figura do atravessador seria de alguma forma eliminada desse processo de circulação de hortaliças e, em consequência disso, tais produtores poderiam adquirir mais uma renda na comercialização de seu produto.

A necessidade da Comunidade Nova Esperança, no que diz respeito à vinculação com o mercado, seria iniciativa por parte do Governo (Estado) juntamente com os produtores, para buscar alternativas para melhorar a circulação da produção deles, para que assim essa atividade econômica que já persiste há vinte anos não seja extinta, sendo essa necessidade apresentada pela maioria dos produtores entrevistados.

Para a Comunidade, esse é um fator importante: a falta de aplicação de políticas públicas voltadas para essa atividade realizada na Comunidade Nova Esperança, porém, com todo esse fator negativo a produção gerada não deixa de circular, pois existem os atores sociais responsáveis pela circulação dessa produção e que, a partir da função desses atores, essa atividade agrícola mantém-se em meio urbano.

Quando se diz iniciativa por parte do Governo, que se possa entender órgãos competentes como IDAM/SEPROR, que são os órgãos responsáveis por Comunidades e atividade rurais, nesse caso inclui-se a Comunidade Nova Esperança, como argumenta Sra. R.V.S, produtora:

Poderia ser como é no Careiro-AM, onde tenho um terreno e que eu cultivo lá também, lá o IDAM a SEPROR, estão mais presente lá com incentivo de materiais, até mesmo na venda da nossa produção, não sei por que aqui é diferente? Não sei se é por que a gente trabalha com agricultura, mas aqui na capital, eu não entendo, mas que deveria olhar mais pela gente, deveria. (Sra. R.V.S, produtora).

Assim, verifica-se um exemplo de visão política de alguns produtores e que muitos chegam a se questionar por que em área urbana não há o mesmo incentivo que muitas vezes existe em área rural. Ficou constatado que a Comunidade Nova Esperança raramente é contemplada com incentivos, como a compra de implementos agrícolas, porque isso não é viável, posto que o preço a ser pago pelo produtor é exorbitante e, com isso, muitos produtores não fazem uso de financiamentos realizados por instituições financeiras.

A Comunidade Nova Esperança, além de ser responsável pela produção de hortaliças, é também responsável pela geração de empregos direta e indiretamente, pois, além das famílias produtoras, existem as pessoas que trabalham mediante diárias e os atravessadores/intermediários que possuem sua renda principal por meio da comercialização de hortaliças. Seria necessário que órgãos competentes pudessem desenvolver alternativas com mais eficácia para atender esses produtores e desenvolverem ainda mais essa atividade significativa que é a atividade agrícola da Comunidade Nova Esperança.

Na Comunidade Nova Esperança, o emprego gerado direto e indiretamente começa desde o cultivo, pois alguns produtores possuem de dois a três trabalhadores que os ajudam no trabalho na produção, e os empregos indiretos gerados pela rede de comercialização, que são os atravessadores/intermediário e, como já foi destacado, muitos desses atravessadores vivem somente da renda após a comercialização das hortaliças produzidas pela Comunidade.

Portanto, a partir dos atores sociais envolvidos na comercialização de hortaliças com a produção gerada pela Comunidade Nova Esperança começa essa vinculação com o mercado de Manaus, pois os mesmos são responsáveis em dispor dessa produção no mercado, já que comercializam com pequenas, médias e grandes feiras da cidade, até mesmo em comércios de pequeno porte. Apesar dos pontos negativos apresentados no que diz respeito à comercialização de sua produção, logo problemas na vinculação com o mercado, a Comunidade ocupa um espaço significativo com relação à atividade econômica que ela exerce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as pesquisas realizadas em campo, a partir de uma abordagem teórico-empírica e dos instrumentos utilizados na coleta de dados, como entrevistas semi-estruturadas, registros fotográficos e de áudio, além da observação do dia a dia dos produtores agrícolas da Comunidade Nova Esperança, pôde-se identificar que a maioria das famílias ali residente são oriundas dos municípios amazonense mais próximos à capital Manaus e, até mesmo, de outros Estados.

A partir disso, pode ser observado o modo de vida desses produtores sendo reproduzido em área urbana, uma vez que a maioria desses produtores já havia trabalhado com a atividade agrícola em seus locais de origens. Com a proximidade com Manaus, essas famílias puderam e tiveram a oportunidade de migrar para cidade sem haver tantos obstáculos, e que através de suas atividades anteriores, foram consolidando um território, por meio de suas atividades agrícolas, constituindo uma nova territorialidade no meio urbano.

Dessa forma há uma interação do rural e urbano, pois por delimitação política-administrativa a Comunidade Nova Esperança está inserida em zona urbana da Cidade de Manaus-AM, especificamente no bairro Jorge Teixeira- zona Leste, caracterizando, assim, uma agricultura urbana. Porém, alguns produtores autodenominam-se como produtores rurais, levando em consideração a atividade agrícola praticada pelos mesmos, pois a terra é voltada para moradia e produção de hortaliças com ênfase na comercialização, pois isso faz parte da reprodução econômica e social dos sujeitos sociais envolvidos.

Essas famílias preservam muitas características tipicamente rurais no que diz respeito à terra, pois o respeito do limite de suas propriedades muitas vezes ocorre com acordos verbais entre os vizinhos, ou seja, limites abstratos e limites físicos com arames farpados. Há as técnicas que persistem em meio urbano, mas que sofrem alterações após a inserção de algumas novas técnicas, como a técnica hidropônica e casas de vegetações.

Com essa atividade agrícola bem ativa na Comunidade Nova Esperança, foi possível construir uma identidade com o local, a partir de traços de suas territorialidades que essas famílias trouxeram consigo. Com isso, é possível identificar traços rurais dentro urbano, e transformando-os em produtores agrícolas familiares urbanos, ratificando a prática de agricultura urbana.

Foi possível identificar na Comunidade traços não apenas rurais, mas traços urbanos, não apenas por estar inserida em área urbana, mas as características existentes em algumas propriedades, pois como foi descrito na Comunidade existe uma “divisão” entre a parte mais elevada/cima ou interflúvio e a parte de baixo ou fundo de vale, em que é possível ter a visão do rural e do urbano interagindo harmoniosamente.

Na área de fundo de vale, onde se localizam as hortas ou produção de hortaliça, ocorre a produção realmente ativa da Comunidade, em que estão as unidades de produção, com traços mais fortes de ruralidades, com casas de madeira ou alvenarias inacabadas, limite dos terrenos com arames farpados ou não, além de lugar também de moradia dos produtores agrícolas, com alguns ramais de barro batido e os demais com asfalto em condições precárias.

Na área de interflúvio, parte mais elevada, onde se localizam os chamados sítios com função de moradia contínua ou apenas para finais de semana ou para aluguel para possíveis eventos, tendo dessa forma tanto traços rurais como traços do urbano, pois as delimitações dos terrenos já começam a ser feitos por muros, arames farpados, com piscinas, garagens, antenas de TV a cabo. Nesse contexto, foi possível identificar com mais clareza elementos característicos do urbano, o que não pôde ser observado na área em que se concentra a produção de hortaliças.

Mediante tal estudo, podem ser observados os diferentes usos da terra, quando se fala sobre parte de cima e de baixo, pois em baixo a terra é para trabalho e moradia, na parte mais elevada a terra é para moradia, ou apenas finais de semana, sendo denominado pelos seus proprietários de sítio ou chácara, o que não ocorre na parte de baixo. Ratifica-se, assim, o rural e urbano não sendo conceitos na prática separados, porém interagindo-se até porque se trata de características/e ou atividades tipicamente rurais dentro do urbano.

Com relação a questões econômicas, nessa nova territorialidade através das atividades agrícolas, os produtores mostraram-se satisfeitos com relação a alguns obstáculos que foram superados com a atividade agrícola sendo praticada em área urbana. Obstáculos como poder trabalhar o ano inteiro, o que não poderia ocorrer quando estavam nos locais de origem a fim de poder comercializar seus produtos.

Dentre as questões relacionadas a obstáculos superados estando na cidade, a mais importante foi poder realizar a atividade agrícola durante o ano todo, o que não é possível realizar durante o período de cheia amazônica, além da facilidade que eles encontraram na

comercialização de suas produções, pois eliminaram na dinâmica comercial na cidade a figura do regatão, aparecendo somente a figura atravessador. Assim, rompeu-se com a figura de alguns agentes de comercialização composta na atividade agrícola, sendo praticada em área rural. O que ainda persiste é apenas a figura do atravessador que hoje no contexto da Comunidade Nova Esperança é um agente social importante na dinâmica comercial.

Com a facilidade dessas novas relações, os produtores de hortaliças da Comunidade Nova Esperança aumentaram e conseguiram manter uma estabilidade de suas produções, pois com essa facilidade na comercialização, por estar próximo do centro de distribuição, o retorno é mais rápido e eles podem com isso melhorar os instrumentos de produção, melhorar as deficiências do solo, adquirir renda para obtenção e inserção de novas tecnologias na unidade produtiva e, diante disso, dependem apenas dos ciclos produtivos de cada cultivo.

O desafio da pesquisa era, portanto, entender como estava organizada a Comunidade Nova Esperança, quem eram os sujeitos sociais envolvidos, como ocorreu a formação da Comunidade, como era dinâmica no meio urbano, como se dá a relação com a terra, a dinâmica comercial com o mercado de Manaus-AM. Assim, poder identificar em que grupo social os produtores agrícolas estavam inseridos e dessa forma realizar o trabalho proposto identificando os produtores agrícolas familiares em meio urbano, constituindo um território agrícola através de suas territorialidades, caracterizando uma agricultura urbana.

Porém, tratar Agricultura Urbana atualmente ainda é assunto muito complexo, pois não há um conceito consolidado, mas a pesquisa aqui proposta e realizada vem a contribuir para o conhecimento científico e que, assim, esse conceito possa ser mais difundido e compreendido, dando uma real importância a ele por se tratar de Manaus-AM, em que as áreas de periferia da cidade comportam famílias de baixa renda e encontram na atividade agrícola um meio de sobrevivência.

O importante é compreender o território agrícola formado a partir das territorialidades dessas famílias que migraram para Manaus-AM em busca de melhoria de vida e, mediante isso, poder verificar em sua Comunidade aspectos do campo e da cidade inseridos homogeneamente nesse espaço.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, acompanhou-se o momento em que os produtores da Comunidade Nova Esperança, representados pelo presidente de sua Associação, lutavam para que os produtores pudessem permanecer com a atividade agrícola, praticada em

área urbana junto ao Plano Diretor da Cidade de Manaus, o que não foi aceito por esse Plano, porém os produtores continuam e permanecem na atividade, visto que é dessa atividade que eles tiram seu sustento. Esta foi umas das inquietudes que poderá ser respondida em uma nova pesquisa, pois o que acontecerá daqui a algum tempo com essas famílias que tiram seu sustento dessa atividade agrícola?

Portanto, buscou-se analisar a Comunidade Nova Esperança no que diz respeito a sua formação e organização, respondendo os objetivos propostos da pesquisa, realizando uma reflexão que teve como embasamento as categorias de análise da Ciência Geográfica, para que assim este trabalho possa vir a contribuir para o conhecimento científico de modo global, regional e local, pois é uma atividade agrícola sendo praticada em área urbana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002a.

_____. **NBR 14724**: informações e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, mar. 2011a.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

AMARAL, F. Lima do. **Racionalidade produtiva: espaço, habitus e trabalho na Comunidade Nova Esperança**. Manaus: Editora Valer, 2014.

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo -Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da UNICAMP, 1992.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 81-110

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Contribuição ao debate sobre o rural e o urbano**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-53

CALAÇA, Manoel. **Agroindústria e modernização do campo no cerrado**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 255-268

CORRÊA, Roberto Lobato. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na Várzea da Amazônia**. 2007. 251f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana). Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENDLICH, Ângela Maria. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-32

FALCADE, Ivanira (Orgs.). **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 241-253

_____. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. In: Revista Nera, presidente Prudente, ano 10. Nº 10, jan/jun 2007, p. 134-150

FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de. **Ocupações urbanas irregulares: o comércio de imóveis no bairro da Nova Vitória**. Manaus: UFAM. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE). 2008. 110 f

FILHO, Vitor Ribeiro. **A mobilidade social em Manaus: uma análise introdutória**. Manaus: EDUA, 1999

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **A relação campo-cidade como método**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 269-282.

GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T. **Novo Dicionário Geológico Geomorfológico**. 5ª Ed. Bertrand Brasil, 2006.

GUIBERT, Martine. **Las relaciones ciudad-campo: características del debate**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 225-240.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURTIENE, Thomas. **Análise socioeconômica dos sistemas de uso da terra por pequenos produtores agrários na Amazônia oriental**. In: *Novos Cadernos NAEA*. v.7, nº 2, dez 2004, 191-272.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª Ed. Barcelona: Península, 1978. p. 261.

MACIEL, Paulo Sérgio. **O impacto da Zona Franca de Manaus – ZFM no desenvolvimento do Estado do Amazonas: a eficácia do Modelo**. Manaus: UFAM. Dissertação de Mestrado. Programa de Engenharia da Produção da Universidade Federal do Amazonas, 2002. 117 f.

MATOS, Luciana Lima de. PEIXOTO, Renata Andrade; COSTA, Reinaldo Corrêa. **Os assentados e a cidade: o Assentamento Tarumã Mirim e Manaus (AM)**. In: *Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia (ENGA)*. Formação e contemporaneidade da diversidade sócio-espacial no campo. v. 19, São Paulo, São Paulo, 2009. p.1-9.

_____. **Entre o rural e urbano: a Comunidade Agrícola João Paulo e as transformações em seu espaço geográfico, Manaus – Amazonas**. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Curso de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

_____. **O processo de comercialização da produção agropecuária na Comunidade Agrícola João Paulo – Manaus/AM**. Monografia. Curso de Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

MARAFON, Gláucio José. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (Orgs.). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 35-58.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

_____. **Habitação e cidade**. 7ª Ed. São Paulo: Atual, 1997.

MINISTÉRIO DO INTERIOR SUFRAMA. **Legislação da Zona Franca de Manaus. Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona franca de Manaus. 1972.

MOREIRA, José Roberto. **Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil**. In: *Novos cadernos NAEA*. v. 12, nº 2, dez 2009, p. 57-88.

MONT-MÓR, Roberto Luís. **O que é urbano, no mundo contemporâneo?** UFMG/Cedeplar, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia agrária: perspectivas no início da século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 29-64

_____, Ariovaldo Umbelino de. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. São Paulo: Instituto Iânde, 2006.

OLIVEIRA, F. C. B. **Agricultura familiar em área urbana: análise socioeconômica da Comunidade Nova Esperança, bairro Jorge Teixeira – Zona Leste da cidade de Manaus**. Programa de Pós- Graduação em Geografia da Amazônia Brasileira. Universidade Federal do Amazonas, 2007. (Monografia).

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PINEDO-VASQUEZ, Miguel; PADOCH, Cristine; SEARS, Robin R.; BRONDÍZIO, Eduardo S.; DEADMAN, Peter. **Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia**. In: *Novos Cadernos NAEA*. v. 11, nº 2, dez/2008, p. 43-56

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de oliveira. **As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação

Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 187-204

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 157-186

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. **A zona franca de Manaus e o capitalismo no Brasil**. In: *Estudos Avançados*. nº 19, v54, 2005. p. 99-113

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil**. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v.16, 2001, p. 164-184.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol. 18 Nº51, fevereiro/2003.

SHANIN, Theodor. **Natureza y lógica de La economia campesina**. Barcelona: Editora Anagrama, 1988.

SILVA, Charlene Maria Munis da; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Rural e o urbano na Amazônia: as relações entre rural e urbano em Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parinstins/AM**. In: *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, Práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças*. v.16. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. In: *Nova economia*, Belo Horizonte. v. 7, nº 1, mai, p. 43-81

SOBARZO, Oscar. **O rural e o urbano em Henri Lefebvre**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 53-64

SOUZA, Ana Maria Oliveira de. **O papel da SUFRAMA na interiorização do desenvolvimento da Amazônia. Manaus**. UFAM. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PRODERE). 2004. 153 f

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.).

Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 111-130

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, território e relação campo-cidade: uma outra leitura da modernização da agricultura.** In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira;

Revista da ABRA, Nº 1, Volume 25, Janeiro – Abril/1995.

SOBRE A FORMA DE TRABALHO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA												
O trabalho é feito por: Pai Mãe Filhos O				Qual o horário de trabalho?	Usam agrotóxicos na plantação?	Costuma contratar Ajudantes?	Qual a forma de pagamento?	Pessoas da família trabalham fora ?	Qual outra atividade Ajuda na renda?	Conseguem poupar, ou só pro consumo?	Tem conta em banco?	Onde fazem compras p/ casa?

Produtor	Ciclo	Produtos					
		Alface	Cebolinha	Cheiro Verde	Couve	Pepino	Outros

Produtos	Produção Anual											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ALFACE												
CEBOLINHA												
CHEIRO VERDE												
COUVE												
PEPINO												

TABELA PRODUTOS X PRODUÇÃO ANUAL Significado das abreviações:

M = Masculino
 F = Feminino
 PV = Porto Velho
 C = Católica
 E = Evangélica
 O = Outros
 AN = Analfabeto
 ALF= Alfabetizado
 EF = Ensino Fundamental
 EM= Ensino Médio
 ES = Ensino Superior
 FM= Família
 BF = Bolsa Floresta
 BV = Bolsa Verde
 M = Madeira
 A = Alvararia
 Com = Comunidade
 Z = Zona